

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

MARIA VERÔNICA TAVARES NEVES

**O PAPEL DOS MODIFICADORES EM TEXTOS ARGUMENTATIVOS DE ALUNOS
DO ENSINO MÉDIO**

**Maceió-AL
Agosto de 2011**

MARIA VERÔNICA TAVARES NEVES

**O PAPEL DOS MODIFICADORES EM TEXTOS ARGUMENTATIVOS DE ALUNOS
DO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira do Centro de Educação – CEDU, na área de Educação e Linguagem, da Universidade Federal de Alagoas, sob a orientação da Profa. Dra. Adna de Almeida Lopes, como exigência final para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa educação e linguagem.

**Maceió- AL
Agosto de 2011**

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

N513p

Neves, Maria Verônica Tavares.

O papel dos modificadores em textos argumentativos de alunos do ensino médio / Maria Verônica Tavares Neves. – 2011.
141 f. : il.

Orientadora: Adna Lopes.

Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. 137-141.

1. Argumentação. 2. Modificadores. 3. Semântica argumentativa. 4. Ensino médio. I. Título.

CDU: 373.5:800.85

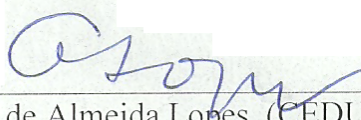
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

“O Papel dos Modificadores em Textos Argumentativos de Alunos do Ensino Médio”.

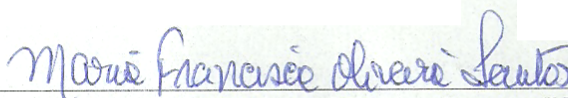
MARIA VERÔNICA TAVARES NEVES

Dissertação submetida a banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 04 de agosto de 2011.

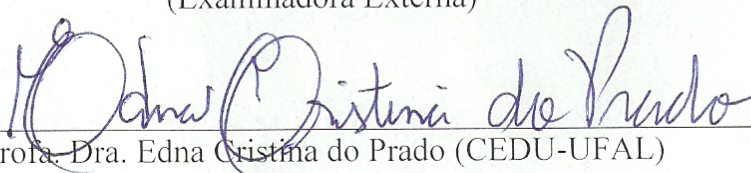
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Adna de Almeida Lopes (CEDU-UFAL)
(Orientadora)



Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos (UNEAL)
(Examinadora Externa)



Profa. Dra. Edna Cristina do Prado (CEDU-UFAL)
(Examinadora Interna)

Dedico este trabalho a Deus e

que fazem parte da minha história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e por todas as oportunidades que tem me concedido.

Agradeço aos meus pais, Antônio José Neves e Iracema Tavares Neves, que, com toda sapiência, me ensinaram os valores necessários para a minha jornada nesta terra e que se sentem felizes com cada etapa por mim percorrida.

Agradeço as minhas três irmãs, ao meu irmão, aos meus sobrinhos, cunhados, sogra e sogro, todos muito queridos que colaboraram com incentivo e palavras reconfortantes.

Agradeço a Alberto, meu esposo, por sua paciência e sua compreensão. Agradeço aos três grandes amores de minha vida, Bárbara, Bruno e Breno, razões de minha vida e incentivo para que eu siga sempre em busca de novos horizontes.

Agradeço à professora Dr^a. Adna Lopes, minha orientadora, com quem aprendi muito mais do que qualquer conhecimento científico poderia ensinar. Por sua sabedoria, pela humildade, pela sensibilidade e pelo respeito para com as nossas individualidades e os nossos limites.

Agradeço às professoras: Dr^a. Maria Francisca Oliveira; Dr^a. Edna Cristina do Prado e Dr^a. Nadja Naira pelas suas valiosas contribuições e por terem atendido ao convite para participarem como avaliadoras deste trabalho.

Agradeço à UNEAL, em nome do Ex – Reitor Prof. Dr. Dácio Brito Rocha e da Ex- Reitora Prof^a. Msc. Laudireje pela oportunidade oferecida através do Convênio e ao atual Reitor Msc. Jairo José Campos da Costa.

Agradeço aos professores, direção e funcionários do Programa de Pós-Graduação desta universidade UFAL, pela competência e seriedade.

Agradeço aos meus professores da Universidade Estadual de Alagoas, em especial, a um mestre e amigo muito querido, Prof. Oliveiros Nunes, que me iniciou no mundo da pesquisa e me incentivou a chegar aonde cheguei

Agradeço aos colegas e amigos que fiz durante o curso; aos amigos do grupo de pesquisa e, especialmente, aos professores Dr. Eduardo Calil, Dra. Inês Matoso e Dra. Auxiliadora com quem pude aprender muito.

Agradeço a Alexandre Felipe, namorado de mi querido por todo apoio, principalmente no dia da minha defesa.

Agradeço aos meus amigos especiais: Julia Sara, Jailma, Rosa Medeiros, Margarete de Paiva, Iraci Nobre, Edil Aidé, Waléria, Lucicleide, Elizete, José Assis, Pedro, Jean Marcel, amigos muito queridos, pelo apoio e as palavras reconfortantes, que sempre me deram.

Enfim, agradeço a todos que colaboraram de alguma forma para que hoje eu pudesse concluir este trabalho.

As palavras me antecedem e ultrapassam, elas me tentam e modificam [...] meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias.

(CLARICE LISPECTOR, 1971, p. 99-100)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o uso dos modificadores, especificamente, adjetivos e advérbios, como força argumentativa polifônica, em sete textos de alunos do ensino médio de uma escola pública do município de Cajueiro – AL. A pesquisa foi realizada a partir do aporte teórico da semântica argumentativa de Ducrot (1987, 1988, 1989) e colaboradores, conhecida como TAL (Teoria da Argumentação na Língua), tendo por objetivos específicos: comprovar a argumentação como fato linguístico; verificar a força polifônica dos adjetivos e advérbios no funcionamento da língua; observar a imprevisibilidade e a incompletude na textualidade. Partiu-se do pressuposto de que há efeito de argumentação em todos os textos em que há encadeamento argumentativo, ou uma relação argumentativa convocando o texto para a interpretação. Nesse sentido, parte-se da hipótese de que a argumentação é contraponto à deriva, mas suscetível à imprevisibilidade da língua, e que ela pode evitar um possível esgarçamento do sentido do texto. Com a análise do papel dos modificadores nos textos dos alunos, percebeu-se que os adjetivos e advérbios podem alterar polifonicamente a força argumentativa do léxico: aumentando, do caso dos modificadores realizantes (MR); abrandando ou invertendo, no caso dos modificadores derrealizantes (MD) ou reforçando a aplicabilidade de um predicado e ainda incidindo em um comentário subjetivo do locutor, no caso dos modificadores sobre-realizantes (MS). Assim sendo, os modificadores auxiliam, apontam, direcionam os possíveis leitores sobre as intenções do locutor e, se bem trabalhadas pelos professores, podem auxiliar no ensino- aprendizagem da argumentação.

Palavras-chave: Argumentação. Modificadores. Ensino médio.

ABSTRACT

This study aimed in general, to analyze the use of modifiers, especially, adjectives and adverbs, as polyphonic argumentative force within seven texts of High School level students, from a public school in Cajueiro city in Alagoas. This research had its theoretic supports on Argumentative Semantics by Ducrot and followers, known as LAT (Language Argumentation Theory). And in specific: confirm argumentation as linguistic fact; verify the argumentative force of adjectives and adverbs in the use of language; observe the unpredictability and incompleteness of textuality. It was taken into consideration the presupposition that there is effect of argumentation in all the text in which there is argumentative enchaining, or an argumentative relation convoking the text to be interpreted. In this perspective, we took into account the hypothesis that argumentation is a counterpart to drift, but susceptible to unpredictability to which language is submitted, and that it can avoid possible text tearing. It is what we could capture from the use of these words in the texts that were analyzed in the present study. It was noticed that even adding no meaning to the lexical word to which they are applied, adjectives and adverbs can polyphonically alter the argumentative force of this lexicon: enhancing in the case of the realizing modifier (RM); alleviating or inverting in the case of the derrealizing modifiers (DM) or reinforcing the applicability of a predicate or still inserted in a subjective commenting of the speaker, in the case of the overrealizing modifiers (OM). In this way, they give support, point out and give direction the readers about the intentions of the speaker, and so they are very important aspects that if well worked out by Portuguese Language teachers they can give support to the teaching-learning of argumentation.

Key-words: Argumentation. Modifiers. Texts. High School.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Conceção de Valor argumentativo de Ducrot.....	27
QUADRO 2 – O que a Língua e a Fala representam para Saussure.....	30
QUADRO 3 – O que a Frase e o Enunciado representam para Ducrot.....	30
QUADRO 4 – Topos e Gradualidade.....	36
QUADRO 5 – Sujeitos Linguísticos da TAL.....	41
QUADRO 6 – Tipos de Modificadores.....	51
QUADRO 7 – Material Linguístico e a realização Linguística.....	56
QUADRO 8 – Modificadores do manuscrito 1.....	82
QUADRO 9 – Modificadores do manuscrito 2.....	90
QUADRO 10 – Modificadores do manuscrito 3.....	97
QUADRO 11 – Modificadores do manuscrito 4.....	102
QUADRO 12 – Modificadores do manuscrito 5.....	110
QUADRO 13 – Modificadores do manuscrito 6.....	120
QUADRO 14 – Modificadores do manuscrito 7.....	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 A ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	20
1.1 A Teoria da Argumentação Da Língua (TAL).....	23
1.2 A Semântica Ducrotiana.....	29
1.3 Da Teoria padrão a Teoria dos <i>Topoi</i> argumentativo.....	30
1.3.1 Argumentatividade Radical.....	34
1.3.2 Teoria dos <i>Topoi</i> : forma recente.....	35
1.3.3 Teoria Polifônica.....	37
1.3.4 Teoria dos Modificadores.....	49
2 ARGUMENTAÇÃO E TEXTUALIDADE: DEFINIÇÕES.....	53
2.1 Concepções de língua/linguagem.....	53
2.2 Concepções de texto e enunciados.....	57
3 OS MODIFICADORES: ESTUDO SOBRE ADJETIVOS E ADVÉRBIOS.....	63
3.1 Estudos normativos sobre os adjetivos e advérbios.....	63
3.2 Estudos linguísticos sobre adjetivos e advérbios.....	69
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	77
4.1 Procedência do <i>corpus</i>	77
4.2 As propostas de produção escrita.....	78
5 OS MODIFCADORES NA CONTENÇÃO DA DERIVA NOS TEXTOS ARGUMENTATIVOS.....	81

5.1 Manuscrito 1: o uso social da mentira.....	81
5.1.1 Recorte A do manuscrito 1.....	83
5.1.2 Recorte B do manuscrito 1.....	86
5.1.3 Recorte C do manuscrito 1.....	86
5.1.4 Recorte D do manuscrito 1.....	88
5.2 Manuscrito 2: o uso social da mentira.....	89
5.2.1 Recorte A do manuscrito 2.....	90
5.2.2 Recorte B do manuscrito 2.....	94
5.3 Manuscrito 3: o uso social da mentira.....	96
5.3.1 Recorte A do manuscrito 3.....	97
5.3.2 Recorte B do manuscrito 3.....	99
5.3.3 Recorte C do manuscrito 3.....	100
5.4 Manuscrito 4: o uso social da mentira.....	100
5.4.1 Recorte A do manuscrito 4.....	103
5.4.2 Recorte B do manuscrito 4.....	104
5.4.3 Recorte C do manuscrito 4.....	105
5.4.4 Recorte D do manuscrito 4.....	107
5.5 Manuscrito 5: drogas.....	108
5.5.1 Recorte A do manuscrito 5.....	111
5.5.2 Recorte B do manuscrito 5.....	114

5.5.3 Recorte C do manuscrito 5	115
5.5.4 Recorte D do manuscrito 5	117
5.5.5 Recorte E do manuscrito 5	119
5.6 Manuscrito 6: drogas	120
5.6.1 Recorte A do manuscrito 6	121
5.6.2 Recorte B do manuscrito 6	122
5.6.3 Recorte C do manuscrito 6	124
5.6.4 Recorte D do manuscrito 6	125
5.6.5 Recorte E do manuscrito 6	125
5.7 Manuscrito 7: drogas	126
5.7.1 Recorte A do manuscrito 7	129
5.7.2 Recorte B do manuscrito 7	130
5.7.3 Recorte C do manuscrito 7	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Um forte vínculo com as questões do ensino e da aprendizagem da língua e, por consequência, uma preocupação constante, e crescente, com a construção de uma prática pedagógica mais qualificada, capaz de possibilitar ao aluno verdadeira reflexão sobre a língua, motivaram-nos a buscar subsídios teóricos, no âmbito da Linguística, capazes de contemplar a linguagem em uso e a construção de sentidos por meio da linguagem.

Na interface educação e linguagem, este estudo pode inscrever-se na linha de pesquisa texto, argumentação, enunciação e discurso: teorias e aplicação, que tem como principal objetivo vincular o conhecimento lingüístico, teórico, ao ensino de língua nas escolas, atendendo às indicações do Ministério da Educação e Cultura, reunidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa (2001).

Inquieta-nos, de um lado, o fato de que, como profissionais da linguagem e do ensino, temos um conhecimento bastante restrito acerca da linguagem e, mais ainda, no que se refere às teorias lingüísticas que deveriam embasar nossas práticas.

Ao procurarmos nos qualificar estamos procurando, de certa forma, melhorar, cada vez mais, como profissionais e como sujeitos sociais. No entanto, sabemos que isso é apenas uma parte de um processo de lapidação que não terá fim, enquanto vivermos, pois o conhecimento é sempre amplo e necessário. E, quanto mais achamos que o temos, mais conscientes ficamos em saber o quanto ainda dele precisamos.

Creemos que, com base nesses conhecimentos, poderemos construir nosso próprio percurso, elaborar melhor nossos materiais de ensino, ou, pelo menos, ter melhores condições de avaliar os materiais disponíveis no mercado, adaptando-os e incrementando-os, de acordo com as nossas necessidades e as dos nossos alunos.

Por outro lado, a preocupação estende-se aos alunos que, apesar de frequentarem os bancos escolares por, no mínimo, onze anos, saem da escola com enormes dificuldades em relação à escrita e à leitura. Falta de clareza e falta de relação entre as ideias defendidas são alguns dos problemas da produção escrita, principalmente, quando se trata de textos argumentativos. Os alunos que saem do

ensino médio e adentram ao ensino superior têm demonstrado verdadeira aversão por acharem esse tipo de texto complexo.

Já em relação à leitura, que tem se mostrado como uma das maiores dificuldades para o processo de escrita, os alunos não conseguem definir um limite, na interpretação, entre o que o texto diz e o que eles pensam, ou seja, aquilo que eles trazem para a leitura do texto a partir de seus conhecimentos prévios. Faltam-lhes conhecimentos dos mecanismos linguísticos que norteiam a produção de sentidos no texto.

A escolha do foco de análise em textos argumentativos, principal interesse deste trabalho, decorre do fato de a argumentação constituir-se um elemento importante para o desenvolvimento da linguagem e da competência discursiva dos alunos.

Observando o ambiente escolar, percebemos que ele é um espaço em que a leitura e a produção escrita estão presentes como um dos seus objetos de ensino. No entanto, os trabalhos realizados nem sempre dão conta de sua complexidade, como já foi discutido no início desse texto, ocorrendo de forma descontextualizada, sem considerar o sentido do discurso, construído pelas formas linguísticas, e seu caráter interativo. Isso faz com que essas práticas aconteçam de modo mecânico e, muitas vezes, sem sentido para os alunos.

Tudo isso nos faz entender que, apesar das mudanças ocorridas, ainda temos um ensino de língua materna, hoje, que parece estar um tanto desfocado em relação ao seu objetivo, principalmente no que se refere ao ensino aprendizagem, pois o *status* de protagonista ainda é conferido com primazia à metalinguagem, quando, na verdade, deveria, no máximo, esta ser uma parte desse processo.

Como já foi dito, apesar das inúmeras pesquisas na área da linguística e das mudanças que vêm sendo propagadas para as reais mudanças no processo de ensino e aprendizagem da língua materna, sabemos que a grande ênfase ainda tem se reduzido à memorização de regras gramaticais aplicadas a uma única modalidade, a língua escrita, em uma única variante, a norma culta, com a desculpa de que essa é a verdadeiramente cobrada nos vestibulares, concursos e sociedade de um modo geral.

No entanto, as pesquisas e a experiência vêm mostrando que, ao contrário, a “aprendizagem” da metalinguagem parece até distanciar o aluno das tarefas de compreensão leitora e de produção de textos/discursos. O estudo da língua centrado

apenas na gramática normativa acaba por inibir e limitar a atividade de produção desse aprendiz, pois este tem sempre a impressão de não saber escrever, como se a língua que usasse fosse uma e a ensinada na escola outra, completamente diferente, causando-lhe aversão e apatia pelo estudo de sua língua materna.

Faz-se necessário aqui lembrar um sério agravante: que a criança chega à escola como usuário da língua e com uma competência comunicativa de base já bastante desenvolvida em nível oral, além de contar com uma imaginação prodigiosa e extremamente fértil em termos de possibilidade de criação e potencialidade de aquisição de recursos linguísticos para aprimorar sua expressão verbal.

Mas a escola, na contramão desse processo, introduz a criança no mundo da escrita, desprezando o que ela já domina linguisticamente e impondo a ela um registro desvinculado do seu contexto de uso. Unidades desprovidas de sentido, como letras, sílabas, palavras e mesmo orações são trabalhadas num universo totalmente artificial, impondo a esses sujeitos aprendizes a condição do não saber, da plena ignorância, como se o falante já não dominasse estruturalmente mecanismos básicos de uso da língua. Dessa forma, a língua escrita é colocada aos alunos como uma desconhecida, sem qualquer vínculo com a língua que ele já usa, e usa proficientemente, em várias situações enunciativas.

Diante o exposto preocupa-nos, como profissionais da educação, encontrar caminhos mais atrativos que possam ser trabalhados nas nossas escolas e que possam ajudar professores e alunos a encararem esse processo com prazer e com sucesso. Aqui estaremos, especificamente, apresentando uma proposta de trabalho com argumentação a partir da Teoria da argumentação na língua ou teoria enunciativa ou semanticista, que vem sendo desenvolvida, desde os anos 80, por Anscombe, Ducrot e Carel. Essa teoria trata a argumentação como um ato que já está presente na própria língua e não exterior a ela.

Logo, é propósito dessa dissertação, dentre outros, o de apresentar alguns elementos que são fundamentais para uma melhor compreensão acerca do discurso escrito e que devem ser mais bem explorados nos Cursos de Formação de Professores, especificamente, nas Licenciaturas em Letras, Língua Portuguesa, e na de Pedagogia, para que esses formandos possam conceber outras maneiras de trabalhar a argumentação em textos, visto que, este tem sido um trabalho bastante

difícil, na Educação Básica, tanto para os que buscam ensinar, quanto para os que buscam aprender a produzi-los.

Portanto este estudo procura tratar da argumentação por um viés teórico que vai apresentar contrapontos ao que vem sendo chamado de concepção tradicional ou argumentação retórica. Acreditamos que esta proposta teórica possa trazer outras contribuições que venham a melhorar e até trazer outras significações para o trabalho com argumentação e ensino de língua, principalmente sobre um novo olhar com o trabalho de textos argumentativos na Educação Básica.

Buscamos, então, neste estudo apresentar uma concepção de argumentação inscrita na própria língua e não exterior a ela, como se postula na concepção tradicional. Para melhor compreensão procuramos de forma sumária explicar isto.

Na concepção tradicional de argumentação, um texto possui sua argumentatividade baseada nos fatos e valores descritos através da linguagem. A estrutura linguística não tem relação com o encadeamento argumentativo do discurso. Logo, a argumentação tem como suporte apenas os fatos e valores.

Nessa perspectiva, a língua desempenha um papel secundário, uma vez que ela serve apenas como instrumento pelo qual o discurso persuasivo é transmitido. Funcionando, assim, apenas como um código pelo qual se transmite a mensagem, pois o que promove as sequências argumentativas são as informações veiculadas pela linguagem e não pela língua. Desta forma, a língua é exterior a atividade argumentativa.

Na concepção teórica adotada por este estudo temos uma concepção de argumentação que contraria a concepção tradicional, pois além de considerar a linguagem como criatividade, ainda propõe que a argumentação está inscrita na língua e não exterior a ela, dito de outra forma, a língua é argumentativa por si mesma, sendo assim, nesta perspectiva teórica, podemos conceber a ideia de que as palavras organizadoras do discurso, dizem muito mais do que parecem estar dizendo. Assim, o que está explícito, na superfície textual, é um dos componentes da construção do sentido de um texto, mas não é o único.

Partindo do pressuposto teórico acima apresentado, sumariamente, pretendemos com este estudo abordar aspectos da argumentação em textos produzidos por alunos do ensino médio, nos quais objetivamos fazer uma reflexão acerca do uso dos adjetivos e dos advérbios, como palavras orientadoras argumentativas do discurso, chamados nessa teoria de modificadores.

Posto isso, pretendemos mostrar que mesmo os modificadores não acrescentando sentido a palavra lexical (substantivo e verbo), à qual estão aplicados, podem alterar polifonicamente a força argumentativa desse léxico: aumentando, no caso dos Modificadores Realizantes (MR); abrandando ou invertendo, no caso dos Modificadores Derrealizantes; ou reforçando a aplicabilidade de um predicado e ainda incidindo em comentário subjetivo do locutor, no caso dos Modificadores Sobrerrealizantes (MS).

Essa teoria traz também um novo aspecto para o trabalho argumentativo é o conceito de sujeito, que muda na teoria semântica de Ducrot e colaboradores. Essa teoria vai de encontro com a teoria da unicidade do sujeito. E define que todo enunciado deve conter diferentes vozes, representada por diferentes sujeitos. E os denominam de sujeito empírico, locutor e enunciadore. A esse aspecto ele chama de polifonia.

Essa teoria é bastante ampla e dentro dela surgem outras teorias mais específicas que vão dando corpo à teoria geral, que é chamada aqui no Brasil de TAL. Procuramos neste estudo apresentar um panorama sintético de sua essência, mas nos detemos em três pontos específicos: a teoria dos *topoi*, a teoria polifônica e a teoria dos modificadores.

O estudo foi realizado, especificamente, em textos argumentativos produzidos por alunos do Ensino Médio, com um *corpus* inicial formado por 27 manuscritos coletados em uma escola pública na cidade de Cajueiro – AL, produzidos a partir de propostas para textos argumentativos com os seguintes temas: o valor social da mentira; os jovens e as drogas.

Os textos foram coletados durante um trabalho do Projeto integrado de pesquisa em manuscritos escolares e processos de escritura - MEPE/CEDU/UFAL. Foram analisados, inicialmente 18 manuscritos escolares, mas apenas sete foram selecionados para comporem o *corpus* desta pesquisa por conterem o uso dessas palavras com mais frequência.

O problema de pesquisa consistiu em saber se, realmente, a argumentação está inscrita na língua como afirma Ducrot e colaboradores e de que maneira os efeitos polifônicos dos modificadores, em particular, os adjetivos e advérbios contribuem para a orientação argumentativa do texto, evitando o esgarçamento e contribuindo para sua compreensão.

Em âmbito geral o estudo objetivou fazer uma análise acerca do uso dos modificadores, especificamente, adjetivos e advérbios, como força argumentativa polifônica em textos de alunos do ensino médio. E como específicos: comprovar a argumentação como fato linguístico; verificar a força polifônica dos adjetivos e advérbios no funcionamento da língua e observar a imprevisibilidade e a incompletude na textualidade.

Partindo do pressuposto de que há efeito de argumentação em todos os textos em que há encadeamento argumentativo, ou uma relação argumentativa convocando o texto à interpretação, podemos lançar aqui a mesma hipótese formulada na tese de Pereira de Castro (2001) e Campos (2005), ou seja, de que a argumentação é contraponto à deriva, mas suscetível à imprevisibilidade qual a linguagem está submetida, e que ela pode evitar possíveis esgarçamentos do texto. Isso nos faz pensar que mesmo um texto marcado pela oralidade como os deste corpus nos permite compreender a orientação argumentativa via a utilização dos adjetivos e ainda acrescentamos os advérbios.

Importante se faz aqui ressaltar que os famosos manuais de redação enfatizam que o uso dos adjetivos em textos dissertativos deve ser evitado por aqueles que se aventuram a produzir um texto dessa tipologia, pois compromete o texto. Já esse estudo postula o oposto disso, que seu uso auxilia na orientação argumentativa.

A base teórica deste estudo constitui-se de estudos realizados em Ducrot (1984, 1987, 1988, 1989, 1998 e 2007), por criar e defender a tese de que a argumentação é uma questão linguística e não retórica; como também dos trabalhos de teóricos brasileiros que partem dessa concepção teórica, como Koch: (1992, 1996, 1997, 1998 e 2008), Guimarães (2007), Barbisan (2004), Castilho & Castilho (1993), Espindola (1998, 2004), Nascimento e Silva (2005), Olioni (2006), Orlandi (1986), Freitas (2006), entre outros.

O trabalho encontra-se dividido em sete partes, a saber: Introdução; 1. Argumentação na língua; 2. Argumentação e textualidade: definições de conceitos; 3. Os modificadores: estudos sobre adjetivos e advérbios; 4. Procedimentos metodológicos; 5. Os modificadores na contenção da deriva nos textos argumentativos; As considerações finais e as referências.

A introdução buscou em aspectos gerais apresentar o estudo realizado. No capítulo que trata sobre a argumentação na língua que procurou fazer uma síntese

sobre a teoria em todas as suas fases, no entanto, buscou-se enfatizar a teoria dos *topoi*, a teoria polifônica e a teoria dos modificadores por serem necessárias para as análises realizadas.

No capítulo sobre argumentação e textualidade buscamos apresentar as concepções de língua/linguagem; texto e enunciado utilizados neste estudo.

No capítulo sobre os modificadores apresentamos conceitos e exemplos para diferenciar estudos normativos e linguísticos acerca dos adjetivos e dos advérbios.

No quarto capítulo procuramos definir a metodologia do estudo e para tal apresentamos a procedência do *corpus* e as propostas de produção.

No quinto capítulo buscamos apresentar as análises realizadas nos manuscritos, usando como embasamento a semântica argumentativa ducrotiana. E por fim apresentamos as considerações finais a que este estudo pode chegar.

1. A ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A argumentação na perspectiva de Aristóteles e de Perelman¹ é vista como processo exterior a língua. Mas com a criação da Teoria da Argumentação na Língua (TAL)² ou Teoria Semântica, a argumentação passa a ter um novo sentido, uma vez que, nesta teoria, ela passa a ser intrínseca à língua. A TAL passa a ser objeto da linguística e vem sendo desenvolvida há mais de vinte anos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris por Oswald Ducrot e Jean- Claude Anscombe, e atualmente conta com a colaboração de Marion Carel.

Seus estudos sobre argumentação é de base estruturalista, e vai de encontro à argumentação tradicional, uma vez que nega a ideia de que a língua tem primeiramente uma função referencial e que o sentido do enunciado se julgue em termos de verdade ou falsidade. Os trabalhos de Anscombe e Ducrot (1983) diferenciam-se de outros estudos cujo objeto tenha sido a argumentação, pelo fato de proporem uma reconstrução linguística dos conceitos fundamentais da argumentação, numa perspectiva de língua, que ainda não havia sido explorada até então.

Essa teoria conhecida como TAL ou Teoria Semântica foi criada desde 1983, com a publicação do livro *Argumentação na Língua*, postula que a argumentação está na língua, ou seja, no valor semântico profundo (significação) de certas palavras, expressões e enunciados, dando indicações que não são de natureza informativa, e sim argumentativa.

Pela primeira vez, ao longo do surgimento da retórica ou argumentação tem-se a língua não mais como um mero recurso ou meio, mas como o objeto principal do estudo da argumentação ao lançar como hipótese principal da teoria: “fundamentalmente a língua é somente argumentativa. E, se há um valor informativo, este é derivado daquele (argumentativo)” (ESPÍNDOLA, 2004, p. 16).

¹ Abordagens que tratam a argumentação como um processo de evidências, de demonstrações, de provas por meio das condições de verdade, portanto como um processo factual.

² A teoria é de origem francesa e tem sua denominação na língua de origem *Argumentation dans La langue*; cuja sigla é ADL. Daqui para frente aparecerá a sigla em português TAL (Teoria da Argumentação na Língua) ou (SA) Semântica Argumentativa como também ficou conhecida aqui no Brasil.

Nesse sentido, Anscombe e Ducrot (1995) postulam uma semântica de natureza argumentativa.

Nessa perspectiva teórica, subjaz uma concepção específica de linguagem: a de que a linguagem não dá acesso direto à realidade, que não tem um lado objetivo. Se ela descreve a realidade, o faz pelos aspectos subjetivos e intersubjetivos cuja unificação conduz ao valor argumentativo. Essa descrição faz da realidade o tema de um debate entre indivíduos. O valor linguístico dos enunciados produzidos pelos falantes transforma as coisas do mundo em argumentações. A língua adquire, assim, um caráter polêmico, de enfrentamento entre indivíduos. Nesse sentido, falar é tratar de impor aos outros uma apreensão argumentativa da realidade.

O trabalho de Anscombe e Ducrot é contínuo e dividido em quatro fases:

1ª Descritivismo Radical - em que a língua e a argumentação ainda são vistas, seguindo a retórica da época.

2ª Descritivismo Pressuposicional - representa um ajuste da primeira fase.

3ª Argumentação na Língua - a argumentação passa a ser constituinte da significação, ou seja, os valores argumentativos passam a estar na língua. Ducrot acrescenta o conceito de polifonia à TAL. Referido conceito traz a noção de enunciadores colocados em cena por um locutor, em um enunciado, evidenciando diferentes pontos de vista. Esses enunciadores dialogam no discurso, revelando, pela língua, os diferentes pontos de vista possíveis num mesmo enunciado/discurso. Essa noção é desenvolvida por Ducrot (1980, 1987, 1988)

4ª Argumentatividade Radical (Teoria dos *Topoi*) - começa com a Argumentação na Língua e vai até as pesquisas atuais denominada de (TBS) Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida por Marion Carel e Ducrot.

No tópico sobre a Teoria da Argumentação da Língua, explicamos com mais propriedade cada uma das fases, como também suas principais características, mas nos detemos na teoria polifônica e na teoria dos modificadores, que se encontram na terceira e quarta fase da teoria.

A importância de se estudar a argumentação e a retórica consiste em conhecer como essas ciências vêm se delineando ao longo dos anos, como também para verificar que estas ainda continuam sendo um forte objeto de estudo de muitos pesquisadores, que continuam a acrescentar informações, cada vez mais importantes, uma vez que a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade, pois, constantemente, estamos

avaliando, criticando, defendendo pontos de vista, enfim, apresentando juízo de valor.

Buscamos, assim, cotidianamente pelo discurso, que é a ação verbal dotada de intencionalidade, influenciar o comportamento dos outros, se deixar influenciar ou compartilhar de suas crenças, opiniões etc. Com isso, estamos procurando convencer e persuadir dependendo do nosso (*pathos*, auditório ou público) e para isso fazemos uso diário da argumentação, muitas vezes sem nem tomarmos consciência que estamos fazendo.

Pudemos perceber ao longo da pesquisa que a retórica sempre existiu desde que o homem precisou se utilizar dela para argumentar, discutir, apelar, fazer o outro crer em algo, fazer outros aceitarem seu ponto de vista.

Já como prática metódica e ensinada, ela surge com os gregos, por volta de 465, que a utilizavam para defender seus direitos, e por viverem em uma democracia, que dava ao cidadão o direito de falar, e precisavam falar bem. Para os gregos, a retórica era a arte da eloquência e o estudo desta correspondem ao estudo do discurso e das técnicas utilizadas para persuadir, manipular ou convencer um auditório. Os romanos também a aderiram, assimilando-a.

Essa ênfase retórico-discursiva possui uma tradição que remonta ao mundo greco-romano. A sua elaboração teve o concurso da sofística, de Platão, Aristóteles, Cícero, Quintiliano e outros na Antiguidade Clássica. No entanto, o que vemos ao longo dos anos é que as formulações apresentadas por esses autores não se mantiveram intocáveis. Em cada momento da evolução da história, as suas obras estiveram em discussão, sendo reformuladas e abrindo-se a novas convenções.

A retórica clássica teve seu declínio, a ponto de quase desaparecer no século XIX, isso se deu por várias razões, mais a maior evidência se deve a dois acontecimentos: o positivismo, que a rejeita em nome da verdade científica e o Romantismo, em nome da sinceridade. Com isso, a retórica perdeu terreno, mas não morreu, sobreviveu, mudando, apenas um pouco sua nomenclatura: a nova retórica, com Perelman e Olbrecht-Tyteca (2005).

Agora, seu objetivo não é só produzir discursos e sim interpretá-los. Os trabalhos de Perelman e Olbrecht-Tyteca (2005) deram novos impulsos aos estudos sobre argumentação, tentando aliar os principais elementos da retórica de Aristóteles a uma visão atualizada do assunto.

A retórica, como arte de persuadir, é centrada no sujeito, no orador e na sua relação com o interlocutor, o auditório, portanto, é centrada na interlocução, na produção e na recepção do discurso. São as habilidades do orador em selecionar os meios para persuadir e convencer o seu interlocutor que estão em jogo; a língua é mero instrumento.

No entanto, essa percepção muda radicalmente com Anscombre e Ducrot (1995), que defendem uma argumentação que, antes de depender do sujeito, esteja inscrita na língua, já “disponível” e prevista no próprio sistema linguístico. E esta pode ser considerada a grande mudança de sentido da argumentação ao longo dos tempos. A Teoria da Argumentação na Língua de base estruturalista³, desenvolvida por Anscombre e Ducrot, diferentemente das concepções “clássicas” de argumentação, promove a inovação de situar a argumentação na própria língua, ou, dito em termos saussurianos, no sistema da língua.

O próximo capítulo tratará de sintetizar os principais aspectos dessa teoria objetivando esclarecer cada uma de suas fases, seus principais conceitos, procurando enfatizar a teoria dos modificadores e teoria polifônica, uma vez que os conhecimentos sobre essas duas fases da teoria são imprescindíveis para embasarem o estudo ora realizado.

1.1. A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO DA LÍNGUA (TAL)

O uso que fazemos da língua nas nossas interações diárias, em todos os tipos de contexto, é sempre permeado por intenções ou objetivos. A intencionalidade está tão presente nas interações verbais que se materializa na própria estrutura da língua, como afirma Ducrot (1988).

³ Ele acredita que a semântica lingüística deve ser estrutural e que o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação. Ratificando esse posicionamento, ele diz ser estruturalista e que isso significa definir os objetos de um domínio uns em relação aos outros, ignorando voluntariamente aquilo que, na sua natureza individual, se define apenas em relação a si mesmo e/ou em relação a objetos de outro domínio. Afirma (1987, p. 67): “Certamente, tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que diz Saussure. Retomo de Saussure esta ideia [...] segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso” (Cf. MOURA, H.M.M. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. In: DELTA, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 169-183, fev. 1998).

É com base no pressuposto de que a língua é por natureza argumentativa, com o uso que dela fazemos (ESPÍNDOLA, 2004), que é possível afirmar que os diferentes gêneros textuais/discursivos, independentes do universo social em que estejam inseridos, são permeados pela argumentatividade e/ou pela intencionalidade. Desse modo:

Quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o “jogo”), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeado, isto é, pretendemos *atuar* sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras) (KOCH, 2001, p. 29).

Como expõem em suas pesquisas Ducrot (1988), Espíndola (2004) e Koch (2001), a linguagem nada mais é que esse jogo onde vivemos a jogar, com regras a serem seguidas e objetivos a serem atingidos, por esse e outros motivos é fato que ela desperta curiosidade, não só dos linguístas, mas também de todas as pessoas, sejam elas escolarizadas ou não.

Nesse contexto, há uma série de características que permeiam a relação homem/linguagem. Cada um de nós fala de forma diferente de acordo com nossos interesses, costumes, contexto social, escolaridade etc. Para tal, necessitamos dominar recursos linguísticos a fim de convenceremos ou persuadirmos, tanto na escrita quanto na fala, nosso auditório, seja ele universal ou particular.

Nesse sentido, podemos afirmar que a linguagem é essencialmente argumentativa. E, é sobre a argumentação na língua que tratamos neste capítulo, mas especificamente, sobre a ADL (*L'argumentacion dans la langue*), desenvolvida pelo linguísta francês Oswald Ducrot e seus colaboradores. E que foi traduzida para nós como: Teoria da Argumentação na Língua (TAL) como já foi citado no capítulo anterior.

Neste capítulo, objetivamos apresentar uma visão panorâmica da Teoria Semântica Argumentativa, também conhecida como TAL como passaremos a chamá-la de agora em diante. Essa teoria vem sendo desenvolvida há mais de vinte anos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. Pode-se considerar que a TAL surgiu com a publicação do livro *L'argumetation dans la langue*, de Jean Claude Anscombe e Oswald Ducrot, em 1983, embora se encontrem nessa obra textos publicados entre 1975 e 1981 sobre o tema.

Como já foi posto no tópico anterior, seus estudos sobre argumentação são de base estruturalista, refuta a ideia de que a língua tem primeiramente uma função referencial e que o sentido do enunciado se julgue em termos de verdade ou falsidade. Os trabalhos de Anscombe e Ducrot (1983) diferenciam-se de outros estudos cujo objeto tenha sido a argumentação, pelo fato de proporem uma reconstrução linguística dos conceitos fundamentais da argumentação, numa perspectiva de língua, que ainda não havia sido explorada até então.

O problema de base desses linguístas era o de saber por que o discurso impõe à argumentação restrições que não se explicam pelas condições lógicas ou psicológicas da demonstração. A ideia central é de que,

o sentido de um conceito comporta como parte integrante, constitutiva, essa forma de influência que se chama força argumentativa. Significar para um enunciado é orientar. De modo que a língua, na medida em que contribui antes de qualquer coisa para determinar o sentido dos enunciados, é um dos lugares privilegiados onde se elabora a argumentação (DUCROT, 1983, *apud* BARBISAN, 2004, p. 21-22).

Logo, essa teoria se fundamenta no pressuposto de que a argumentação está inscrita na língua, ou seja, no sistema linguístico. Essa constatação está ligada ao fato de que, no valor semântico profundo (significação) de certas palavras, expressões e enunciados, há indicações que não são de natureza informativa e sim argumentativas.

O objetivo geral dessa teoria argumentativa é opor-se à concepção tradicional do sentido que, geralmente, distinguem três indicações opostas no sentido: **as objetivas**, que representam a realidade; **as subjetivas**, que mostram a atitude do locutor frente à realidade e **as intersubjetivas**, que se referem às relações entre locutor e aquele a quem ele se dirige.

Essa oposição se dá por Ducrot afirmar que a linguagem ordinária não possui uma parte objetiva e muito menos que os enunciados descrevam a realidade.

No creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; em todo caso no la describen directamente. A mi modo de ver, si el lenguaje ordinario describe la realidad consiste em hacer de ella el tema de un debate entre los individuos (DUCROT, 1988, p. 50)⁴.

⁴ Não creio que a linguagem ordinária possua uma parte objetiva nem tão pouco que os enunciados da linguagem deem acesso direto à realidade, em todo caso não a descrevem diretamente. Ao meu modo de ver, se a linguagem ordinária descreve a realidade, consiste em fazer dela tema de um debate entre indivíduos (DUCROT, 1988, p. 50. Trad. Minha).

Para demonstrar seu raciocínio com relação ao que foi exposto acima, ele lança duas razões e exemplifica “supongamos que diga de Pedro que es inteligente. Aquí doy una descripción de Pedro”⁵. Ducrot (1988) com esta frase procura explicar que a descrição dada está ligada à admiração subjetiva que ele tem por Pedro (atitude do locutor frente à realidade) e, que a inteligência não significaria nada se ele não sentisse admiração pela inteligência, sendo esse o aspecto intersubjetivo (às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige).

A segunda razão para opor-se à concepção tradicional é que ele unifica os aspectos subjetivos e intersubjetivos para chamá-los de valor argumentativo dos enunciados. Definindo esse valor como: “o valor argumentativo de uma palavra é o papel que uma palavra pode desempenhar no discurso, tornando-se o nível fundamental da descrição semântica”. Nessa perspectiva, o sentido de uma palavra é uma orientação para o sentido do enunciado e, então, para o discurso.

Nesse sentido, o valor argumentativo é o conjunto de possibilidades ou impossibilidades da continuação discursiva. É a orientação dada ao discurso, uma palavra que torna possível ou impossível certa continuidade do discurso. Tomando o exemplo anteriormente mencionado, mas dando continuidade a ele, podemos dizer:

E₁ Pedro é inteligente, logo não poderá resolver esse problema.

E₂ Pedro é inteligente, logo poderá resolver esse problema.

No exemplo 1, não se deveria utilizar o advérbio de negação “não”, pois se pensamos que Pedro é inteligente, ele seria capaz de resolver problemas, e não o contrário, neste caso, a palavra escolhida mudou a orientação do discurso, impossibilitando a continuação discursiva.

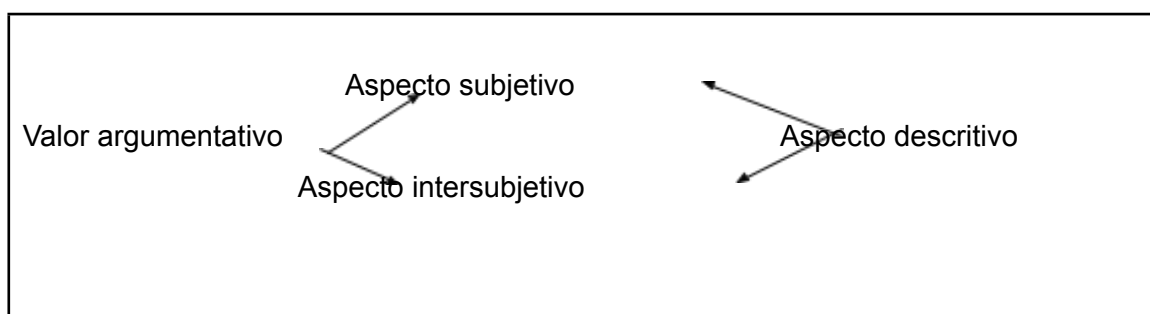
Nesse sentido, Ducrot (1989), considera o valor argumentativo como um nível fundamental da descrição semântica.

Com isso, ele explica o porquê de acabar com a separação denotação-conotação e de destruir a oposição objetivo/subjetivo/intersubjetivo.

Podemos representar essa concepção de Ducrot através do seguinte esquema:

QUADRO 1 – Concepção de Valor Argumentativo de Ducrot

⁵ Suponhamos que diga de Pedro que ele é inteligente. Aquí dou uma descrição de Pedro. (Id. Ibid. Trad. minha).



Assim, o sentido é entendido como a orientação que a enunciação (do enunciado) fornece ao interlocutor para que a interpretação se processe e se produza com eficácia, não se deve compreender o sentido como certos elementos fornecem para que se obtenha certa conclusão.

“Significar, para um enunciado, é orientar. De modo que a língua, na medida em que contribui em primeiro lugar para determinar o sentido dos enunciados, é um dos lugares privilegiados onde se elabora a argumentação” Anscombre e Ducrot, (1983, *apud* FURLANETO, 2006). No caso dos elementos que articulam sequências enunciativas, ver-se-á que eles estão a serviço de uma “intenção” argumentativa específica, remetendo ao conjunto de elementos de um texto.

Um dos objetivos da TAL é fazer a descrição semântica da linguagem no quadro do estruturalismo saussuriano. Existem dois princípios saussurianos relevantes para a TAL: o primeiro é que a língua é um sistema de signos, os quais se definem uns em relação aos outros, isto é, uma unidade em relação com as outras unidades. Da mesma maneira, Ducrot (1989) define a língua como um conjunto de frases, cujo sentido advém da combinação com outras frases, formando, assim, o que ele chama de **encadeamento argumentativo**⁶. Portanto, se tomarmos como estudo o conjunto dos enunciados de uma língua, cada um deles define-se, do ponto de vista semântico, a partir das suas relações com os outros enunciados em discursos reais. Na TAL, a noção de relação está nas **relações sintagmáticas**⁷ derivadas dos encadeamentos discursivos, em especial nos argumentativos. Esse

⁶ É o encadeamento argumentativo que é a unidade de sentido e argumentar consiste em ser coerente com regras que, através de sua lexicalização, aparecem como lugares comuns (CAREL, 1997, p. 24).

⁷Sobre relações sintagmáticas Saussure procura mostrar que a combinação dos elementos linguísticos de forma linear obedece a um padrão definido pela língua. Como exemplo, percebemos a formação linear na frase "A lua é linda", organizada de forma gramaticalmente correta e apresentando os termos sequencialmente (ARTIGO + SUBSTANTIVO + VERBO + ADJETIVO). Mas nesta relação sintagmática, pode também existir um paradigma e este ocorre quando elementos linguísticos são suscetíveis de figuração no mesmo ponto do enunciado. É possível substituir o termo LUA por MENINA, CASA, ATRIZ e tantos outros SUBSTANTIVOS FEMININOS. Desta forma, o enunciado.

tipo de encadeamento é constituído de duas frases simples, em que há um argumento (A) e uma conclusão (C), que formam uma frase complexa: **o enunciado**.

Entre A e C existe uma relação de causa e consequência, articulada por um conector explícito ou implícito. Essa relação pode ser expressa por A portanto C. Ducrot justifica a escolha dessa relação argumentativa como foco de estudos da TAL por duas razões: a primeira é que essa relação é intrinsecamente ligada ao discurso, sem basear-se nas inferências que o discurso mostra. A segunda, por sua vez, é que a argumentação é fundamental nas relações discursivas, permitindo a unificação da descrição linguística.

O segundo princípio saussuriano fundamental para a TAL é o da relação língua/fala. Pela interpretação que Ducrot (1989) faz dos conceitos estabelecidos por Saussure, há dentro da teoria estruturalista da linguagem uma distinção entre objeto e matéria da linguística. A fala equivale à matéria, que é o dado empírico constituído de fatos fisiológicos, psíquicos, sociológicos, instituídos por uma coletividade. Saussure opta por estudar o objeto abstrato, definido por ele como sendo a língua, um construto teórico.

A língua é conceituada por ele como sendo o aspecto social, passivo da linguagem, um conjunto de convenções, enquanto a fala é o seu aspecto individual, ativo. Ao explicar essa noção de que a fala é um ato individual, Ducrot afirma que o falante atribui à sua enunciação um valor próprio, mas há uma causalidade social (da relação eu/tu) que justifica parcialmente o valor que é atribuído ao enunciado.

Além dos conceitos estruturalistas, Ducrot reforça, também, a ideia de que não se pode ignorar a enunciação, pois é a partir das palavras que a enunciação e seu contexto devem ser qualificados. Na escolha das palavras, forma-se uma imagem da fala, e essa imagem é essencial para a compreensão do discurso. Sendo assim, é o discurso que constrói o contexto.

Consequentemente, o contexto não preexiste ao discurso; o que preexiste é uma situação sem limites e sem estruturas, que é definida pelas palavras, e os pontos de vista tornam essa situação utilizável para a interpretação.

Ao descrever a sua terminologia, Ducrot (1989) conceitua **frase, enunciado, significação, sentido**. Necessário se faz nos apropriarmos desses termos para entendermos melhor o funcionamento da TAL.

1.2 A SEMÂNTICA DUCROTIANA

Neste tópico, pretendemos clarificar os conceitos de frase, enunciado, significado e sentido.

(...) a **argumentação** não está mais somente nos enunciados, mas também nas palavras, expressões, isto porque a língua, nessa teoria, é fundamentalmente argumentativa. A **língua** é um conjunto de frases que servem para construir discursos e o **discurso** é o encadeamento de enunciados. A **frase**, por sua vez, é uma construção do lingüista que serve para explicar a infinidade de enunciados. Por outro lado, o **enunciado** é uma das ocorrências da frase – é a manifestação, “na superfície”, da estrutura profunda que é a frase. “**A significação** é o valor semântico da frase, consistindo em um conjunto de instruções diretivas que permitem interpretar os enunciados da frase e o **sentido** de um enunciado é a descrição que faz da sua enunciação” (ESPINDOLA, 1998, p. 45. Grifo nosso).

Como nos mostra Espindola (1998), Ducrot (1988) apresenta em sua teoria distinção entre frase e enunciado; sentido e significação. Para ele, **frase** é a entidade teórica, linguística, construída pelo linguísta, enquanto que o **enunciado** é a realidade empírica, observável, é o que realmente interessa ao semanticista. Com relação ao sentido e a significação o teórico também os diferencia: **sentido** é o valor semântico do enunciado e **significação** é o valor semântico da frase. E acrescenta que o valor semântico da frase está constituído por diretrizes, instruções para a interpretação do enunciado.

Nesse sentido, a **frase** como uma entidade linguística abstrata, teórica, (equivale à **língua** para Saussure), uma sucessão de símbolos não necessariamente presentes no enunciado, fora de qualquer situação de discurso. O **enunciado** é a ocorrência particular da frase, entidade empírica que pode ser observada, (equivale à **fala** para Saussure). O valor semântico da frase é a significação, e o do enunciado, o sentido, que é produzido em uma determinada situação de uso.

A significação é aberta e é formada de instruções que dizem o que se tem que fazer para chegar ao sentido do enunciado. Ducrot (1998) denomina texto uma sequência de frases. A frase pertence ao domínio das entidades abstratas, ao passo que o discurso é uma sequência de enunciados ligados entre si, constituindo, assim, a atualização do texto. Ducrot (1998) rejeita a conceituação tradicional de sentido, ao afirmar que a linguagem ordinária não tem parte objetiva, não descreve a realidade. Se há essa descrição, ela se faz pela atitude e pela relação entre o **locutor e o interlocutor**.

A unificação dos aspectos subjetivos e intersubjetivos leva ao valor argumentativo do enunciado, a orientação que essa palavra traz ao discurso. O emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação, e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação que seu emprego determina.

Sintetizando, podemos dizer que a frase e o enunciado são para Ducrot o que a língua e a fala representam para Saussure. Esquemmatizando, teremos:

QUADRO 2 – O que a Língua e a Fala representa para Saussure

LÍNGUA= objeto abstrato = construto teórico = social = passiva = entidade abstrata
(frase para Ducrot)

FALA= matéria da linguística = dado empírico = aspecto individual = ativa =
entidade concreta (enunciado para Ducrot)

QUADRO 3 – O que a Frase e o Enunciado representa para Ducrot

FRASE = entidade abstrata = valor semântico => significação => (língua para
Saussure)

ENUNCIADO = entidade concreta = valor semântico => sentido=> (fala para
Saussure)

1.3 DA TEORIA PADRÃO À TEORIA DOS *TOPOI* ARGUMENTATIVOS

A TAL insere-se no grupo das teorias que rejeita a concepção de língua como um conjunto de estruturas e regras que independam da enunciação e do contexto. Sendo assim, vai de encontro com a tradição lógico-filosófica, que apresenta como função principal da língua, a representação da realidade e, por extensão, que a significação das frases tem em si mesma um valor de verdade.

Desde 1983 até a atualidade, Anscombe e Ducrot continuam pesquisando sobre a argumentação, fazendo várias reformulações em torno da teoria, mas mantendo sempre a concepção de que a argumentação se dá na e pela língua. Na primeira fase, chamada Descritivismo Radical, a língua e a argumentação são estudadas separadamente, seguindo ainda a tradição retórica da época, com algumas modificações, é claro, pois a língua apesar de não ser vista como argumentativa, já se evidenciava a existência de encadeamentos argumentativos, através de conectores como, portanto, por consequência, porque etc.

Para Silva e Espíndola (2004, p. 20-21), as teses postuladas pelo Descritivismo Radical são:

- a. os encadeamentos argumentativos do discurso estão fundamentados nos fatos que os enunciados veiculam;
- b. as estruturas linguísticas realizadas pelos enunciados (as frases) têm por função semântica primeira a descrição dos fatos;
- c. as informações veiculadas pelos enunciados são derivadas, por um lado, do valor semântico das frases (informativo) e, por outro, da aplicação eventual a este valor de leis discursivas relativas à transmissão de informação.

Para entendermos como funciona tudo isto nesta fase da teoria, apresentamos um exemplo, dado pelo próprio linguísta. Levando em consideração, que para estas frases tivéssemos como conclusão “Pedro vai fracassar.”

1. Pedro trabalhou **pouco**.
2. Pedro trabalhou **um pouco**.

Convocando o topos para a frase 1: “Quanto mais se trabalha mais êxito se alcança” e para frase 2: “Quanto mais se trabalha mais se fracassa”.

Nesse ponto da teoria, a sua tese geral dizia que *“la significación de las frases contiene em sí misma instrucciones como éstas: busque cuál es la conclusión a la que tiende el locutor”* (Ducrot, 1988, p. 82)⁸. Isto é, sendo a significação aberta, seriam as instruções contidas na significação das palavras as responsáveis pela orientação argumentativa. Tais instruções estão contidas na significação do que o autor chama de expressões argumentativas. Sobre isso apresentamos um comentário de Campos:

Na teoria dos *topoi*, o valor argumentativo das palavras é outra questão que Ducrot levanta contra a definição de potencial argumentativo como conjunto de conclusões possíveis é a de que, embora um par de expressões como *“pouco”* e *um pouco* tenha valores argumentativos opostos, elas permitem chegar à mesma conclusão, a depender do princípio argumentativo subjacente. Os exemplos usados são, mais uma vez, 1 e 2. De 1, *“Pedro trabalhou pouco”*, pode-se concluir *“vai fracassar”*, se se considera que *“o trabalho conduz ao êxito”*. De 2, *“Pedro trabalhou um pouco”*, pode-se concluir o mesmo, *“vai fracassar”*, se se considera que *“o trabalho leva ao fracasso”*. Embora tais frases permitam conclusões diferentes, elas não impedem conclusões idênticas, o que compromete a forma padrão da teoria e obriga a sua reformulação (2007, p.143).

⁸ A significação das frases contém em si as mesmas instruções como estas: busque qual é a conclusão que tem o locutor (DUCROT, 1988, p.82.Trad. minha).

Ducrot (1988) defende a ideia de que há em todas as línguas duplas de frases que ao enunciar o mesmo fato do mundo, tem orientações argumentativas diferentes, como nos exemplos das frases anteriormente postas, que indicam o mesmo fato: trabalho em pequena quantidade representada pelas expressões argumentativas, pouco e um pouco. Isso faz Ducrot rever a TAL, efetivando uma alteração, passando à segunda fase denominada de Descritivismo Pressuposicional.

Nesta etapa, acrescenta-se à frase o valor de posto e pressuposto. A partir do momento que se reconhece que o posto e o pressuposto correspondem a duas atitudes do locutor com relação a informações transmitidas, neste momento postula-se a descrição linguística da pressuposição. O autor apresenta como exemplo a frase:

EX1 Paulo não sai mais à noite.

Analisando o exemplo, na perspectiva da Pressuposição linguística, teremos:

Ex2 Paulo saia à noite. (Pressuposto, tempo anterior à enunciação);

Ex3 Paulo não sai, à noite, atualmente. (Posto, tempo posterior à enunciação).

Ducrot conclui, então que os pressupostos estão inscritos na língua, ou seja, são fatos de língua e declara que “A língua, independentemente das utilizações que dela podem ser feitas, apresenta-se, fundamentalmente, como lugar de debate e da confrontação das subjetividades.” (1987, *apud* ESPÍNDOLA, 2004, p. 23). Nesse momento, podemos dizer que a pressuposição, desempenha três funções básicas, na atividade linguística:

a. funciona como elemento de coesão e coerência, pois evita a repetição no encadeamento discursivo;

b. faz com que haja recorrência semântica; uma condição de progressão que se dá via o posto;

c. aparece como evidência, verdade óbvia que não pode ser questionada que se dá via pressuposto.

O que muda entre esta fase e a anterior é o fato de que agora só são utilizados argumentativamente os fatos afirmados, ou seja, os postos. É esta proposta de distinção entre posto/pressuposto e sua função no encadeamento dos enunciados que representa um caminho para a postulação de que a argumentação está na língua (ESPÍNDOLA, 2004).

A terceira fase está relacionada a pesquisas reunidas em *L'argumentation dans la langue*, na qual vão denominá-la de Argumentação como uma Constituinte da Significação. A novidade deste estágio consiste no fato de introduzirem os valores argumentativos na língua, ou seja, as frases impõem que seus enunciados sejam utilizados argumentativamente e em uma dada direção. Nesta fase, incluem-se noções de expressão argumentativa, potencial argumentativo e ato de argumentar.

O ato de argumentar consiste no resultado do encadeamento do discurso: um sendo o argumento e o outro, a conclusão. O potencial argumentativo de um enunciado constitui o conjunto de enunciados que podem se unir a esse enunciado, como conclusões, também chamado de classe das conclusões. Essa classe de conclusões seria o conjunto de conclusões (r) determinadas pela instrução ligada à frase. São determinadas como r1, r2, r3 etc.

Uma dessas conclusões pode ser atualizada com a introdução de expressões argumentativas (EA), que são expressões da língua representadas por adjetivos, substantivos e verbos (palavras cheias ou lexicais), como também operadores de frases (palavras que, ao serem introduzidas em uma frase, produzem outra frase), que indicam a direção argumentativa da frase.

Nas experiências realizadas, Ducrot percebeu que existiam exemplos em que a introdução de um operador não satisfazia a tese proposta, resolveu modificar a classe das conclusões com a introdução de um operador argumentativo, como exemplo ele cita:

1. É cedo, são oito horas.
2. É tarde, são oito horas.

Ao enunciado base **São oito horas**, ele acrescenta dois operadores argumentativos (quase) e (apenas) e tentou descrever o potencial argumentativo, em termos de conclusões dos enunciados.

3. São quase oito horas.
4. São apenas oito horas.

O que ele pode constatar é que ao enunciado “são oito horas” com ou sem o operador argumentativo, poder-se-ia encadear uma conclusão do tipo **É tarde**. O mesmo verificou-se com o enunciado 4, que permite a mesma conclusão - **É cedo** – com ou sem a referida expressão. Evidenciando que a introdução de um operador em um enunciado não limita as conclusões possíveis, pois, dependendo, da

intenção do locutor e do contexto, a conclusão **É tarde** pode ser ligada ao enunciado São oito horas, independente ou não, deste apresentar o operador **quase**. O mesmo acontece com o enunciado 4.

Esses acontecimentos levam Ducrot e colaboradores à quarta etapa da teoria, denominada de Argumentatividade Radical, que começa com a publicação do livro *L'argumentation dans la langue* (1983), os quais pertencem à quarta etapa apenas alguns capítulos dessa obra, pois a maior parte dos capítulos ainda está destinada à terceira fase.. Esta etapa se estende até as pesquisas atuais. Procuraremos sintetizar os aspectos mais relevantes para a compreensão desta complexa teoria no tópico seguinte.

1.3.1 Argumentatividade Radical

Campos (2007) apresenta três fatores que levaram Ducrot (1989) a uma alteração radical de sua teoria. São eles:

- 1) A dificuldade de descrição das expressões argumentativas;
- 2) O fato de que há duplas de frases com mesmo operador argumentativo que permitem chegar a conclusões diferentes;
- 3) Há duplas de frases com operadores opostos que levam potencialmente à mesma conclusão.

Diante desses fatores, a solução encontrada para a TAL, foi apresentar uma nova teoria dentro da já existente, esta se denominou “Teoria dos *Topoi* Argumentativos”, que será objeto de discussão do próximo tópico.

O que muda nesta teoria em relação à etapa anterior é que ela traz os princípios para o interno do enunciado, onde o responsável pela possibilidade de conclusões diferentes serem extraídas de uma mesma frase seria um princípio convocado pela própria frase e não exterior a ela como na primeira fase.

Ducrot traz a noção de “*topos*”, que equivaleria ao “*topos* de Aristóteles”. Anscombe e Ducrot (1995) tomam o *topos* como um lugar argumentativo comum que orienta para determinada conclusão. Essa noção é fundamental para este trabalho de pesquisa, considerando que tomamos adjetivos e advérbios como uma força argumentativa que impulsionará a argumentação para que se chegue a uma dada conclusão.

1.3.2 Teoria Dos *Topoi*: Forma Recente

Na chamada forma recente da TAL, aparecem dois novos fatos: a argumentação já não é mais descrita em termos dos enunciados, mais sim em relação aos enunciadores do enunciado; como também é acrescida a noção de *topos*. Nesse momento, constitui-se a fusão da Teoria da Argumentação da língua com a Teoria da Polifonia com objetivo de descrever com mais profundidade e precisão o sentido.

A ideia central é a de que um locutor do enunciado assume uma determinada posição em relação a um enunciador que argumenta e aí está o valor argumentativo do enunciado. Em outras palavras, só será considerado ato de argumentação quando o locutor se identificar com um enunciador que argumenta.

Ducrot (1988) ainda acrescenta que o ponto de vista de um enunciador é considerado argumentativo se existirem duas condições:

a. a primeira é que esse ponto de vista seja destinado a justificar uma certa conclusão *r* sobre a realidade ou estado de coisa de que se fala no enunciado. Esta conclusão *r* pode ser implícita ou explícita no enunciado, podendo ser ou não assumida pelo locutor;

b. a segunda é que o trajeto argumentativo de *E* para *r* se faça por meio do princípio argumentativo, um *topos*.

Para Ducrot (1988) um *topos* não é um conjunto qualquer de argumentos, mas um princípio argumentativo destinado a garantir a passagem do argumento à conclusão e tem que ter pelo menos três propriedades: **ser universal ou comum; ser geral e ser gradual.**

O *topos* tem característica **universal ou comum** por ter que ser compartilhado por uma comunidade linguística. O *topos* não deve ser apresentado como propriedade do enunciador, mas como lugar comum ao enunciador e a outras pessoas.

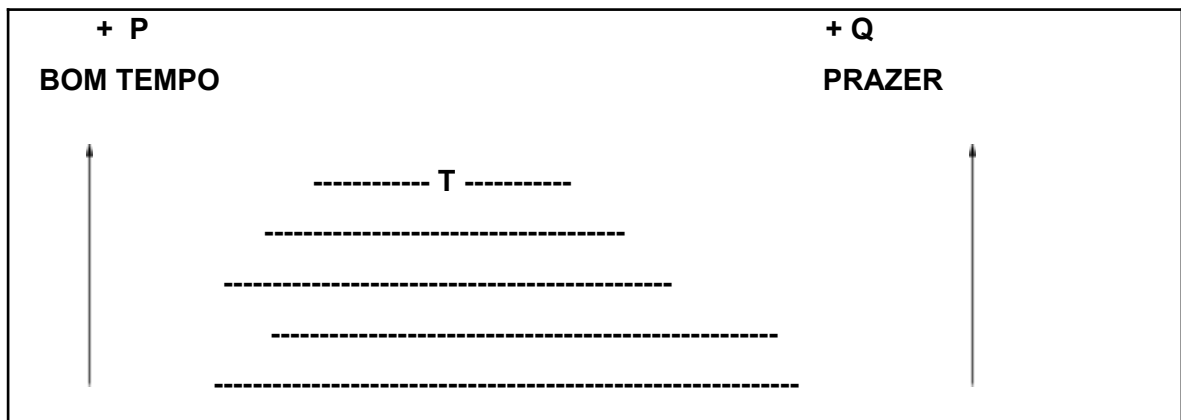
A segunda característica do *topos* é a **generalidade**, uma vez que como princípio deve ser julgado válido, além da situação na qual é aplicado, para um grande número de situações semelhantes, o que significa que argumentar consiste em integrar o estado de coisas particulares de que se fala a uma categoria muito mais geral e para a qual o *topos* utilizado é igualmente considerado válido.

A terceira propriedade do *topos* é a **gradualidade** que é uma característica que põe em relação duas propriedades graduais (duas escalas), na passagem de um argumento para uma conclusão. Um *topos* T põe em relação uma escala anterior P com uma escala posterior Q, ou seja, o *topos* põe em relação duas propriedades graduais. É o ponto de partida através do qual se desenvolve a ideia de Forma Tópica (FT).

Todo *topos* tem duas formas tópicas que se aplicam através do locutor, sendo que, no nível do enunciado, o enunciador convoca uma ou outra de suas formas tópicas (FT). Essas formas tópicas podem ser **diretas ou conversas**. A FT direta é representada por [+ P, + Q], [- P, - Q], ou pela FT conversa [+P, - Q], [-P, + Q].

Podemos visualizar o exposto no quadro abaixo:

QUADRO 4 – Topos e Gradualidade



Fonte: Ducrot, (1988, p. 106).

“O quadro acima apresenta um esquema em que o topos faz correspondência a cada direção de escala do “bom tempo, uma direção da escala do” prazer”. Assim, temos a seguinte Forma Tópica (FT): FT: Quanto mais calor, melhor ir à praia. Representada por (+P, +Q) => *Topo* direto.

Se tivéssemos o contrário “Não faz calor, não vamos à praia”, teríamos o mesmo *topo* direto, sob a seguinte Forma Tópica: FT: Quanto menos calor, melhor não ir à praia. (-P, -Q) => *Topo* direto.

Ou se tivéssemos: Faz calor, não vamos à praia. E a seguinte Forma tópica: FT: Quanto mais calor, menos agradável ir à praia. (+P, -Q) => *Topos* converso.

E ainda, “Não faz calor, vamos à praia. Teríamos a seguinte Forma Tópica: FT: Quanto menos calor, melhor ir à praia. (-P, +Q) => *Topos* converso.

O autor vai estender esse conceito de gradualidade ao léxico, trazendo o conceito de modificador, os quais são representados pelo adjetivo e advérbio. Freitas expõe sobre isto:

O autor estende o conceito ao léxico, entendendo que as palavras apresentam uma gradualidade que lhes confere maior ou menor força argumentativa (DUCROT 1995, 1998). Nesse ponto, agrega a sua teoria o conceito de **modificador**, tido como o adjetivo ou advérbio que determina os predicados (nome ou verbo), podendo diminuir ou aumentar a aplicabilidade destes. Denomina “realizantes” (MR) os modificadores que aumentam essa força, e “desrrealizantes” (MD) aqueles que a diminuem ou invertem (MD atenuador e MD inversor). Dentro de tal quadro explicativo, o autor repensa o exemplo-fetiche de sua teoria, o par pouco / um pouco, classificando o primeiro termo como inversor, e o segundo como atenuador (FREITAS, 2006, p. 325).

Aqui trataremos também da Teoria da Modalização (TM) como uma Teoria análoga à Teoria da Argumentação na Língua (TAL), já que o fenômeno da modalização também é tratado a partir de uma concepção argumentativa da língua. Assim, a TM é utilizada para explicar determinados fenômenos que a TAL não consegue explicar com propriedade.

Koch (2000, p. 72) afirma que, “na estruturação do discurso, a relação entre os enunciadores é comumente projetada através de certas relações de modalidade e ainda acrescenta que o locutor manifesta suas intenções e atitudes diante do enunciado, através de diferentes atos ilocucionários de modalização”.

Castilho e Castilho (1993, p. 217) definem modalização como o termo que expressa um julgamento do falante perante uma proposição.

Sobre os modificadores trataremos de forma mais precisa no tópico 3.

1.3.3 Teoria Polifônica

Aqui, procuramos fazer uma breve incursão na Teoria Polifônica proposta por Ducrot (1988). Iniciamos, apresentando a origem do termo polifonia, em seguida, apresentamos os tipos de polifonia e como esta se apresenta nos textos.

Este termo tem origem no universo musical, em que diversas vozes se entrecruzam em um tipo de composição musical. Foi introduzido, inicialmente, nas ciências da linguagem, por Michael Bakhtin (1981), mais especificamente, na literatura, para estudar os romances de Dostoiévski, do qual produziu uma obra sob o título de Problemas da Obra de Dostoiévski.

Teve sua primeira edição em 1929. Nela Bakhtin empregou o termo polifonia para nomear dois tipos de literatura: a dogmática, do tipo monológica, e a carnavalesca, popular ou polifônica.

Para ele esse tipo de literatura se diferencia das demais por marcar o surgimento de um herói que possui uma voz que se coloca de igual para igual com a voz do autor. Bakhtin (1981) acrescenta que o autor não fala do personagem, mas fala com ele, estabelecendo um diálogo constante na obra.

Bakhtin desenvolveu assim uma teoria a respeito do discurso, partindo do pressuposto de que o discurso é por natureza dialógico e que a linguagem só tem existência nas relações dialógicas; para ele toda linguagem desde a cotidiana à científica estão impregnadas dessas relações. Sobre a concepção da dialogia, como fundamental na linguagem aparece em *Marxismo e filosofia da linguagem*, publicado em nome de V. Voloshinov aluno de Bakhtin⁹.

Essas relações estabelecem a união existente entre a linguagem e a vida e é constituída pela relação entre o eu e o tu, da interação verbal entre os sujeitos (locutor e interlocutor) no espaço do discurso. Logo, é no discurso que as relações dialógicas se materializam. Desse modo, Bakhtin (1981, p. 221) postula que a polifonia “pode ser de vozes conciliadas ou de vozes em luta e inteiramente cindidas”. Para o autor, o romance de Dostoievski é o melhor exemplo de romance polifônico.

O conceito de polifonia, que interessa a este estudo, aparece pela primeira vez na teoria de Oswald Ducrot, no primeiro capítulo de *Les mots du discours* (1980), a partir da tese de que na descrição da enunciação que constitui o sentido do enunciado deve-se distinguir o locutor, o alocutário, o destinatário e os enunciadorees.

O locutor é definido como o autor das palavras, e os enunciadorees, são os agentes dos atos ilocucionários, e, de forma correlata, o alocutário, a quem é dirigida a enunciação do locutor, e o destinatário, a quem se dirigem efetivamente os atos ilocucionários produzidos pelos enunciadorees.

Mas é no livro *O dizer e o dito* (1987) que Ducrot, realmente, formula sua Teoria da Polifonia, na qual procura desenvolver e/ou rever o que havia postulado na obra de 1980. Nesse sentido, no capítulo VII, apresenta sua concepção polifônica do

⁹ A alusão feita a Bakhtin, consiste apenas em esclarecer a origem do nome polifonia. Não pretendemos nesse estudo fazer qualquer tipo de aprofundamento nessa teoria.

sentido e diz que o objetivo do capítulo é contestar e substituir o pressuposto da “unicidade do sujeito”. Para o autor, não é tão claro quanto a linguística teorizou até então que cada enunciado possua somente um autor.

Começa por discutir as propriedades desse sujeito, primeiro aponta o fato de o sujeito ser dotado de toda atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado, ou seja, o sujeito é capaz de efetuar o trabalho muscular que possibilita tornar audíveis as palavras que compõem o enunciado e, ao mesmo tempo, de realizar a atividade intelectual que está subjacente à produção do enunciado e que envolve a formação de julgamentos, a escolha das palavras, o uso de regras gramaticais etc.

A segunda particularidade do sujeito é ser o autor, a origem dos atos ilocucionários realizados na produção do enunciado. É o sujeito que pergunta, afirma, ordena, etc. Além disso, o sujeito tem como terceiro atributo o de ser designado em um enunciado pelas marcas de primeira pessoa seja por um verbo cujo sujeito é eu, seja como proprietário dos objetos qualificados como meus, ou ainda, como aquele que se encontra no lugar denominado aqui.

A partir das propriedades acima postas, Ducrot demonstra que é impossível a manutenção da unicidade do sujeito e propõe que a descrição da enunciação, constitutiva do sentido do enunciado, contém ou pode conter a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam a sua origem. Assim sendo, sua tese é a de que é preciso distinguir entre esses sujeitos pelo menos dois tipos de personagens: **os locutores e os enunciadore**s.

Para o Linguísta semanticista, o locutor é aquele que se representa internamente ao discurso, como o responsável pela enunciação e é marcado no texto pela primeira pessoa “eu”. Ducrot (1987) também ressalta a distinção que deve ser feita entre o locutor e o sujeito empírico, que é o produtor do enunciado, e apresenta um exemplo bastante interessante para esse entendimento.

Para ilustrar o que foi dito, traz como modelo um abaixo-assinado em que a pessoa que assina é diferente do autor do texto (sujeito empírico), mas, à medida que assinou é considerado um dos seus locutores. Ducrot (1987, p. 182) apresenta o seguinte exemplo: “suponha que meu filho me traga uma circular da escola, em que está escrito: ‘Eu abaixo-assinado, autorizo meu filho a [...] . Assinado’ [...] . Ora é claro que não sou o autor empírico do texto –autor, aliás, difícil de identificar: é

o diretor, sua secretária, etc?." Neste caso, Ducrot passa a ser, apenas, o locutor do enunciado, já que assinou, mas não o autor do texto ou sujeito empírico.

O alocutário representa o "tu" do discurso. Na representação do locutor, Ducrot faz uma distinção dos papéis e apresenta dois locutores representados por L e λ . O primeiro Locutor - L (Locutor enquanto tal) se representa como fonte do dizer, responsável pela enunciação; enquanto que o segundo, locutor enquanto ser do mundo ou locutor enquanto pessoa (λ) é uma pessoa completa, que possui, entre outras propriedades, a de ser origem do enunciado.

No corpus de nossa pesquisa podemos identificar cada aluno que produziu seu texto e que o assinou como o locutor enquanto pessoa (λ) por ser uma pessoa completa, que possui, entre outras propriedades, a de ser origem do enunciado. As marcas de primeira pessoa que ele deixa em seu discurso representam o locutor enquanto tal (Locutor L), que se representa como fonte do dizer, é esse que nos interessa.

Já os enunciadores são os seres cuja expressão é veiculada pela enunciação, sem que, para isso, sejam atribuídas a eles palavras precisas: "se eles falam é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras" (DUCROT, 1987, p. 192).

Como exemplo, podemos citar a fala de um dos alunos que compõe nosso corpus: a aluna representa o locutor enquanto pessoa (λ) e no seu discurso existem marcas linguísticas que nos faz reconhecer a presença do locutor enquanto tal (L). Nesse recorte podemos ver esse locutor mobilizar dois enunciadores (pontos de vista), uma vez que temos aqui o que Ducrot (1987) chama de negação polêmica. um tipo de polifonia de enunciadores, uma vez que o enunciado negativo permite expressar, simultaneamente, duas vozes antagônicas: uma voz positiva atribuída ao E1, e outra negativa atribuída a outro enunciador (E2).

L - Bom, **eu** particularmente não concordo com as drogas.

E1- Eu concordo com as drogas.

E2- Eu não concordo com as drogas.

Para uma melhor visualização do que foi apresentado resumimos um quadro com os seguintes dados:

QUADRO 5 – Sujeitos Linguísticos da TAL

QUANTO AOS SUJEITOS LINGUÍSTICOS	SUJEITO EMPÍRICO (SE)	
	LOCUTOR	Locutor enquanto tal (L)
		Locutor enquanto pessoa ou ser do mundo (λ)
QUANTO AO TIPO DE POLIFONIA	ENUNCIADORES	
	POLIFONIA DE LOCUTORES	
	POLIFONIA DE ENUNCIADORES	

Na teoria ducrotiana, consideram-se dois tipos de polifonia que estão presentes no discurso: **a) a polifonia de locutores e b) a polifonia de enunciadores** como mostra o quadro acima.

a) A Polifonia de Locutores

A polifonia de locutores ou dupla enunciação é encontrada no discurso direto relatado, no estilo direto ou indireto. Para Ducrot (1987, p. 186), o discurso direto relatado “procura reproduzir na sua materialidade as palavras produzidas pela pessoa de quem se quer dar a conhecer o discurso”. A língua escrita dispõe de vários recursos para identificar esse tipo de discurso, como também, reconhecer a mudança de locutores no texto. Os mais comuns são: travessão, aspas, dois pontos e verbos *dicendi*. Vejamos o enunciado abaixo:

Ex.: 1 Ela me falou: Eu chegarei amanhã.

Podemos perceber dois locutores distintos, representados pelos pronomes “me” e “eu”. O primeiro L1 = (me), responsável pelo enunciado como um todo e o segundo L2 = (eu) a quem se atribui o relato “Eu chegarei amanhã”. O que podemos perceber também é que existe uma hierarquia entre os locutores, uma vez que foi L1, que colocou em cena L2, que é responsável, apenas pela segunda parte do enunciado “Eu chegarei amanhã”, enquanto que L1 é responsável por todo o enunciado.

Neste outro enunciado retirado do livro *Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística*, de Nascimento (2009) traz um exemplo de uma

notícia sobre os presidenciáveis, em um determinado jornal, no qual apresenta o seguinte exemplo¹⁰:

Ex.: 2 Por isso Lula queria ser o último a encontrar FHC e, se possível, ser recebido em dia diferente. O petista desejava ver a repercussão dos encontros e mapear melhor as intenções do presidente. Disse que não podia comparecer amanhã, primeira data cogitada pelo Planalto. Mas FHC mudou a agenda para segunda, o dia em que Lula disse estar livre.

Temos neste exemplo, o relato em estilo indireto, no qual a mudança de L1 para L2 não é marcada pelo uso de travessão, ou aspas. L1 está representado pelo jornalista, em terceira pessoa que apresenta L2, o presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva, através do verbo *dicendi* “diz”.

Podemos verificar que no discurso direto (exemplo1), há um distanciamento das palavras do outro. L1 (responsável pelo discurso), não se compromete, assumindo a responsabilidade pelo relato de outros locutores. No exemplo 2, no estilo indireto, há um comprometimento, uma vez que há a assimilação dos locutores.

São formas de **polifonia de locutores**: discurso relatado, as aspas, as citações, as referências e a argumentação por autoridade, esta última se apresenta de duas formas: **autoridade polifônica e arrazoado por autoridade**. A autoridade polifônica é uma polifonia de enunciadores, enquanto que o arrazoado por autoridade é uma polifonia de locutores. Aqui trataremos apenas do arrazoado, ficando a autoridade polifônica para ser tratada na polifonia de enunciadores.

No arrazoado por autoridade, o locutor responsável pelo discurso L1 traz outro locutor para o discurso L2, com o qual se identifica: “L assevera que há uma asserção de P por X” (DUCROT, 1987, p. 148). L2 é a autoridade, que L1 traz para o seu discurso como prova do que está asseverando. Vejamos outro enunciado retirado do mesmo livro já citado.

Ex.: 3 Segundo o diretor da UP e especialista em marketing político, Sidney Kuntz, a margem de erro da pesquisa é de 4,5% para mais e para menos. Portanto, a mostra dá um empate técnico entre Lula e Ciro. Outros dados da

¹⁰ Não foi dado exemplo do corpus da pesquisa, pois não temos nenhum caso de polifonia de locutores, visto que não existe discurso direto ou indireto relatado, nem o discurso apresenta marcas como: travessão, aspas, dois pontos e verbos *dicendi*.. No corpus só foi possível capturar alguns casos de arrazoado por autoridade.

pesquisa foram: 2,4% afirmaram que nenhum dos candidatos se saiu bem no debate e 1,2% consideraram todos os presidenciáveis muito bons.

O responsável pela notícia L1 (jornalista) traz L2 (Sidney Kuntz), especialista em Marketing político, e diretor de um instituto de pesquisa, portanto, autoridade, reconhecida e trazida por L1 para analisar os dados da pesquisa, e emitir um juízo de valor sobre esses dados. Neste caso, L1 traz o discurso de L2 (que traduz o ponto de vista de L1). Para que esse sirva de argumento às suas intenções.

Salientamos aqui que esse tipo de polifonia (em que L2 é portador do mesmo ponto de vista de L1) não seria um caso de polifonia para Bakhtin, pois este teórico não considera como polifônico o discurso em que a voz da personagem (L2) é portadora do mesmo ponto de vista do autor (L1). No entanto, Ducrot considera polifonia, discordando assim, do teórico russo.

b) A Polifonia de enunciadores

Chamo de “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (DUCROT, 1987, p. 192).

A polifonia de enunciadores ocorre quando no mesmo enunciado, existem pontos de vista diferentes, trazidos em cena pelo mesmo locutor. À medida que colocam em cena os enunciadores (pontos de vista), o locutor assume diferentes posições com relação a esses enunciadores, ora aprova-os, ora assimila-se a eles, ora se opõe aos mesmos.

Ducrot (1987) cita como **polifonia de enunciadores**, a pressuposição, o humor e a ironia, a negação, como também os enunciados formulados com *mas* PA, entre outros. Trataremos sobre cada um deles agora.

Foi no ano de 1969 que Ducrot formulou sua primeira teoria semântica, considerando que o enunciado produzido por um locutor pode ser desdobrado em dois atos ilocutórios: ato de asserção, ou outro (**posto**) e ato de pressuposição (**pressuposto**). O posto corresponde ao que está dito no enunciado, de exclusiva competência do locutor que, através dele, garante a realização do discurso: as novas informações se encadeiam e o faz progredir. Já o pressuposto possibilita ao locutor dizer implicitamente algo, recorrendo ao interlocutor para, juntos, interpretarem o que foi dito.

Já em 1984, depois de explicitar a fragmentação da figura do locutor L e L1, Ducrot reformula a noção de enunciador. A partir daí, as vozes veiculadas através da enunciação expressam pontos de vista que o locutor organiza para se identificar com os mesmos ou para opor-lhes. Tais vozes não são explicitadas e decorrem da imagem que delas oferece a enunciação produzida por [L]. E, finalmente, o estudioso consegue explicar melhor sua concepção de pressuposição: posto e pressuposto ficam a cargo de dois enunciadores E1 e E2.

Dessa forma, “L” identifica-se com “E” e realiza um ato de afirmação, enquanto que E1 identifica-se à opinião pública, junto à qual L1 se encontra e formula o pressuposto, por ele se responsabilizando. Nessa formulação o conceito de pressuposto ganha uma dimensão discursiva que até então não existia. Com relação ainda à pressuposição, Ducrot destaca: “nela o locutor atualiza dois enunciadores e assume duas diferentes posições com relação a eles: aprova um e se identifica com o outro” (*apud* NASCIMENTO e SILVA, 2005, p. 72).

Como exemplo, ele cita o seguinte enunciado: Pedro deixou de fumar (Pedro dejó de fumar). No qual há dois enunciadores:

E1 – Pedro fumava antes. (pressuposto)

E2 – Pedro não fuma mais. (posto)

Com relação a E1, a posição de L é de aprovação, já a de E2 é de identificação com L. Dito de outra forma, o posto é o ponto de vista contido no sentido literal das palavras do enunciado, e o pressuposto, por sua vez, é o ponto de vista inferido a partir da enunciação dessas palavras. Neste caso, “a enunciação se constitui em um jogo discursivo, já que a contestação só pode se dar no nível do posto, ou seja, não se pode contestar E1, apenas E2.

Para Nascimento e Silva (2005) na significação literal dos enunciados convém distinguir entre posto e pressuposto, ou seja, entre aquilo que é o dado novo, conteúdo primeiro da comunicação e aquilo em que a comunicação se apoia e é dado conhecido para os interlocutores.

Ex: Marta ainda está desempregada.

O que o enunciado comunica é que Marta continua sem emprego no momento atual (posto), o que faz pressupor que ela já estava desempregada. O que podemos inferir é que o posto, como informação nova é eventual e até discutível, o pressuposto é indubitável e inalterável mesmo que se negue ou se questione o posto. Logo, podemos dizer que do ponto de vista pragmático, a escolha de um

enunciado contendo tal ou tal pressuposto, introduz modificações nas relações entre os falantes. “Então pressupor é um ato de fala que tem um valor ilocutório como prometer, ordenar, perguntar” (SILVA, 2005, p. 252-253).

Como todo discurso dispõe de duas exigências básicas: condição de progresso e condição de coerência, a distinção acima feita sobre posto e pressuposto se faz relevante. A primeira porque todo enunciado deve conter uma informação nova (posto) e a segunda, (pressuposto) por situar os enunciados num quadro intelectual relativamente constante, sem a qual o discurso se tornaria um amontoado de frases soltas e sem sentido.

Neste sentido, Silva ressalta que “No discurso, todo movimento do pensamento (encadear ou relacionar idéias) se faz ao nível do posto enquanto o pressuposto aparece como condição de coerência: ambos garantem a constituição do texto como um todo orgânico” (2005, p. 253).

Com relação à negação, Ducrot (1987, 1988) descreve-a como um fenômeno de **polifonia** para o qual concorrem dois enunciadores: um enunciador positivo que afirma *p*, e um enunciador negativo que repele esse ponto de vista. Freitas ratifica o que é descrito por Ducrot:

A negação destaca-se como uma possibilidade de polifonia, uma vez que o enunciado negativo permite expressar, simultaneamente, duas vozes antagônicas. A inscrição da negação no estudo da polifonia é vista como um fato da língua inscrito na frase, evidenciando-se mais de uma voz, ou seja, pontos de vista antagônicos fazem-se presentes: uma voz positiva atribuída a um enunciador (E1), e outra negativa atribuída a outro enunciador (E2). A negação no enunciado é uma espécie de pequena obra de teatro com dois personagens a quem, na teoria da polifonia, chama-se de enunciadores (FREITAS, 2006, p. 127).

Mas esta é uma descrição geral, pois os enunciados negativos não têm exatamente as mesmas características, apontando-se, nessa etapa da teoria, três tipos de negação: **descritiva, polêmica e metalingüística**.

A **negação descritiva** está relacionada ao enunciado que simplesmente veicula um conteúdo negativo, sem que o locutor apresente sua fala como oposição a um discurso contrário. Por isso, pode ser parafraseado, sem perda de sentido, por um enunciado positivo. Na negação descritiva, o aspecto opositivo se mostra atenuado ou apagado, e por isso Ducrot propõe analisá-la como um derivado delocutivo da negação polêmica.

Como exemplo de negação descritiva pensemos em uma situação em que A pergunte a B sobre o estado de saúde de João, e B responda:

- João **não** está bem.

“Quanto à negação metalinguística é definida como uma negação que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõem” (DUCROT, 1987, p. 203). Pois ela opõe dois locutores, contradizendo uma fala anterior, ou seja, ela anula os pressupostos veiculados pelo enunciado positivo, subjacente ao enunciado negativo.

A **negação polêmica**, correspondente à maior parte dos enunciados negativos, opõe dois enunciadores com pontos de vista opostos. Assim, em “Bruno não é estudioso”, o locutor mobiliza dois enunciadores: E1, que afirma um enunciado positivo: “Bruno é estudioso”, e E2, que repele aquele ponto de vista, fornecendo o enunciado negativo: “Bruno não é estudioso”. Quanto ao locutor, este se identifica com o enunciador negativo E2 e rejeita o ponto de vista do enunciador positivo E1.

Na teoria chamada recente, Ducrot e Carel (2008) reformularam a descrição da negação, articulando à teoria polifônica algumas das ferramentas trazidas pela Teoria dos Blocos Semânticos, como podemos verificar adiante

A atual descrição da negação incorpora várias das ferramentas concebidas pela Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), como os conceitos de argumentação normativa e transgressiva, argumentação interna e externa, assim como as relações de conversão, transposição e reciprocidade.

Conforme a TBS, desenvolvida em conjunto com Carel (2001), o enunciado expressa uma **interdependência semântica** entre seus dois segmentos, de modo que o sentido de uma entidade lingüística é dado pelos encadeamentos que ela evoca. Exemplificando novamente com o enunciado *Faz bom tempo, vamos à praia*, a teoria agora entende que não se trata da associação de conceitos independentes (“tempo bom” e “prazer”), mas de uma representação unitária em que os dois segmentos formam um só bloco semântico, expresso pelo discurso. “O bom tempo convida ao prazer”. Os dois segmentos podem articular-se sob o aspecto de um **encadeamento normativo** (com os conectivos *então, portanto...*) ou **transgressivo** (com os conectivos *no entanto, porém, apesar de...*) (CAREL e DUCROT, 2005, p. 46. Tradução nossa).

Nessa perspectiva, os aspectos de um bloco se constituem por três tipos de relação: conversão, transposição e reciprocidade, constituindo encadeamentos em que figura a negação.

Já no caso do humor, L apresenta um ponto de vista absurdo que ele mesmo rechaça sem apresentar outro ponto de vista suscetível de corrigir o primeiro.

Para Vogt e Ducrot (1989), o articulador argumentativo “mas”, tem sua forma originária do advérbio latino *magis*, e é visto como um articulador de segmentalidade que produz argumentação, pois além de ser responsável por uma orientação

argumentativa específica, possibilita também a progressão textual e discursiva (VOGT; DUCROT, 1989).

Devemos atentar para o fato de que esse articulador argumentativo vai além da mera associação entre orações. Ordenar sequências linguísticas, possibilitar a progressão textual e, sobretudo, produzir argumentação são os aspectos textuais da conjunção adversativa. Desta forma, “o mas” salienta um comportamento linguístico que necessita ser observado mais atentamente.

Os estudos de Vogt e Ducrot (1989) propõem uma explicação semântica para o uso dessa conjunção adversativa: “mas”. Esse estudo nos mostra que, em certas línguas de origem românica, esse morfema linguístico não deriva do adversativo latino *sed*, mas do advérbio *magis*, que era um dos meios utilizados para formar o comparativo de superioridade.

No caso da nossa língua, o português, e em outras línguas românicas ele deriva do advérbio *magis*, e admite duas funções:

- 1a) a do espanhol *sino* e do alemão *sondern*, simbolizada por SN;
- 2a) a do espanhol *pero* e do alemão *aber*, simbolizada por PA.

O “mas SN” serve para retificar uma proposição e vem sempre depois de uma negação. Ex.: “O menino não é inteligente, mas esperto”. Observa-se que, mas esperto não nega a não-inteligência do menino, mas sim retifica-a, apresentando-se depois de uma proposição negativa – O menino não é inteligente. Esse “mas SN” retifica. Nesse caso coloca “esperto” no lugar de “inteligente”.

Esse morfema traz uma construção sintática em que a primeira proposição é negativa e a segunda revela uma afirmação, apresentando-a como a correta. A conjunção “mas” liga-se a B (não A, mas B). Há, nesse caso do “mas SN”, uma negação gramatical explícita.

O valor semântico da negação gramatical deve ser concebido como uma forma particularmente forte de negação argumentativa. Como dizem Vogt e Ducrot (1989, p. 112), “é preciso mostrar que a negação gramatical deve ser compreendida como uma marca de negação argumentativa”. Isso porque, mesmo que se negue alguma coisa, seu sentido é mantido.

Manter, para os autores, significa que a estrutura “não A, mas B” é um traço particular dessa estrutura, mas está relacionada à função geral da negação. Ou seja, ao negar A, o locutor representa uma enunciação virtual de A e se opõe a essa enunciação. Quando se diz “O menino não é inteligente”, há uma voz dizendo “O

menino é inteligente”. Não se pode enunciar não-A sem enunciar A (FREITAS, 2006).

Essa concepção de negação apresenta-se na estrutura “não-A, mas B”. Aqui se tem um “mas” com função SN. Sua atividade de argumentação é guiada pela ideia de que a existência de um discurso que afirma uma proposição é percebida como argumento em favor de conclusões que constituem o sentido dessas proposições.

Já o “mas PA” não exige a negação no primeiro segmento, mas a negação pode estar presente nesse segmento. Sua função é introduzir uma proposição que orienta para uma conclusão não-r, oposta a uma conclusão r a que A poderia conduzir. Ex.: “O rapaz é inteligente, mas estuda pouco”. O primeiro segmento (A) O rapaz é inteligente orienta para uma conclusão r, ou seja, “então é bom aluno”. O “mas PA” tem justamente a função de inverter essa orientação. Percebemos isso com o segmento (B) mas estuda pouco, ou seja, traz uma conclusão não-r – então “não é bom aluno”.

Esse morfema – mas PA – apresenta, então, dois argumentos que autorizam conclusões inversas. E ainda pode-se perceber que a ênfase dada pelo locutor é sobre B, ou seja, o locutor assume a posição expressa em B.

Pelo exposto, verifica-se que o português possui propriedades sintáticas que preenchem a função do “mas SN” e do “mas PA”.

Para Freitas (2006), desde essa concepção polifônica de Ducrot e colaboradores, podemos dizer que, descrever o sentido de um enunciado significa verificar:

- a) se o enunciado contém a função locutor;
- b) a quem é atribuída essa função;
- c) a quem se assimila o locutor;
- d) quais são os diferentes pontos de vista expressos pelo enunciado; e
- e) a quem se atribui essas funções.

Desse modo, quando se interpreta um enunciado podemos perceber uma pluralidade de vozes diferentes da do locutor, Ducrot denomina isso polifonia, ela se coloca tanto para estabelecer a significação da frase como para descrever o sentido do enunciado, trazendo a possibilidade de expressar, ao mesmo tempo, diferentes pontos de vista.

1.3.4 A Teoria dos Modificadores

Para Ducrot e colaboradores, a língua é essencialmente argumentativa do léxico ao texto. E, para indicar essa orientação argumentativa intencionada pelo locutor, a língua dispõe de determinados mecanismos os quais ele chamou, no sentido amplo, de **operador argumentativo (OA)**, que abrange: **o operador argumentativo (sentido restrito); o conector argumentativo¹¹ e o modificador¹²**, que pode ser: realizante, derrealizante e sobrerrealizante.

O operador argumentativo, em sentido restrito, é a partícula da língua que, aplicada a um enunciado, indicará o *topos* e a força com que será realizado; já o conector argumentativo representa a partícula da língua que articula duas porções textuais, indicando o *topos* e a força com que será atualizado. No caso dos modificadores (que é o que interessa a este estudo), são palavras cuja função é modificar, como o próprio nome diz, os predicados (nomes e verbos) de uma língua, indicando o *topos* e a força com que serão aplicados a uma determinada situação/pessoa/fato (ESPÍNDOLA, 2004b).

Quando Ducrot desenvolveu a Teoria dos Modificadores, procurou evidenciar que a orientação argumentativa deve ser atribuída também a alguns nomes e verbos (predicados), aos quais ele denomina de palavras lexicais, na versão padrão, limitava-se, apenas, aos conectivos e operadores argumentativos.

Segundo o autor, não são todas as palavras que têm potencial argumentativo, mas, apenas, as que têm conteúdo lexical e ele as distribuiu em dois grupos: os predicados (nomes e verbos) e os modificadores (adjetivos e advérbios). Os modificadores são as palavras responsáveis por determinar ou modificar os verbos e os nomes. Ducrot (1995) propõe dois tipos de modificadores: os realizantes (MR) e os desrealizantes (MD); Negroni, estudando os modificadores, acrescenta mais um, os sobrerrealizantes (MS).

¹¹ Na teoria recente (Teoria dos *Topoi*), esta indicação é orientada pelos *topoi* (pontos de vista) colocados em cena. Essas partículas, desprovidas de conteúdo lexical, funcionarão como indicadores de *topoi*; ou seja, indicarão qual o *topos* (forma tópica) deverá ser atualizado naquele contexto e com que força argumentativa essa FT (forma tópica) deverá ser atualizada. (SILVA; ESPÍNDOLA, 2004, p.18).

¹² Os modificadores são chamados operadores argumentativos na Teoria Padrão (SILVA; ESPÍNDOLA, 2004, p.18).

Os primeiros objetivam aumentar a força argumentativa com a qual se aplica determinado *topos*; os segundos objetivam diminuir essa força e o terceiro, além de orientar argumentativamente, incide um comentário subjetivo do locutor.

Espíndola (2004b, p. 50 e 51) traz uma explicação de Ducrot sobre o assunto, quando diz: “uma palavra lexical Y é modificador desrealizante (MD), em relação a um predicado X, se e somente se o sintagma XY”:

I) Não for contraditório;

II) Tiver uma orientação argumentativa inversa ou força argumentativa inferior àquela de X.

Já a palavra lexical Y será considerada um modificador realizante (MR), se o sintagma XY:

I) Apresentar uma força argumentativa igual ou superior àquela de X, e for de mesma orientação argumentativa.

Vejamos os exemplos apresentados por ela:

a. João **estudou**, mas **pouco**.

b. João **estudou** e mesmo **muito**.

Onde “estudou” (verbo) é o predicado (X). E “muito e pouco” (advérbios) são modificadores (Y). No primeiro exemplo, temos um modificador desrealizante (MD), uma vez que tem por efeito diminuir a aplicabilidade dos *topoi* associados ao termo estudar, enquanto que no segundo, muito funciona como um modificador realizante (MR), uma vez que os *topoi* intrínsecos a X (estudar) são aplicados com maior força argumentativa.

Ducrot propõe para testar se um modificador Y é realizante ou desrealizante o seguinte teste:

a. Para (Y) ser desrealizante, há que ser possível enunciar ‘X mas XY’;

b. Para (Y) ser realizante, aplica-se a frase ‘X e mesmo XY’.

O autor estende o conceito ao léxico, entendendo que as palavras apresentam uma gradualidade que lhes confere maior ou menor força argumentativa (DUCROT 1995b, 1998).

Nesse ponto, agrega a sua teoria o conceito de **modificador**, tido como o adjetivo ou advérbio que determina os predicados (nome ou verbo), podendo diminuir ou aumentar a aplicabilidade destes.

Denomina “realizantes” (MR) os modificadores que aumentam essa força, e “desrealizantes” (MD) aqueles que a diminuem ou invertem (MD atenuador e MD

inversor). Dentro de tal quadro explicativo, o autor repensa o exemplo-fetiche de sua teoria, o par pouco / um pouco, classificando o primeiro termo como inversor, e o segundo como atenuador.

Ainda com relação aos modificadores, Negroni estudou essa categoria e acrescentou mais um modificador os sobrerrealizantes (MS), e mostrou que ela se diferencia dos MD e dos MR, porque ao reforçar a orientação argumentativa se diferencia do predicado sobre o qual atua, pois incide em comentário subjetivo do locutor. Sendo assim:

Na Teoria dos Topoi, o modificador de um termo X é um termo Y que aplicado a X modifica a argumentação normativa (com DONC) de um X: assim, X é considerado ponto de partida, tendo somente seu potencial argumentativo aumentado (MR), amenizado (MD atenuador), contrariado (MD inversor), de acordo com Ducrot (1995), ou reforçado (MS), segundo Negroni (1995) (OLIONI, 2006, p. 15).

Este estudo evidenciará os três modificadores, os MR (Modificadores Realizantes) e MD (Modificadores Desrealizantes), os MS (Modificadores sobrerrealizantes).

A Teoria dos Modificadores tem por objetivo mostrar que a gradualidade está inscrita já na significação dos predicados, Espíndola (1998, p. 67) ressalta que: “(...) para Ducrot, os conceitos de modificadores só fazem sentido em uma semântica argumentativa, em que noções de verdade e de falsidade são inadequadas para descrever as intenções de uma língua”. Sintetizando, temos o seguinte quadro:

QUADRO 6 – Tipos de Modificadores

REALIZANTES (MR)	DERREALIZANTES (MD)		SOBRERREALIZANTE (MS)
	ATENUADOR (MDA)	INVERSOR (MDI)	

Para Koch (1997), baseada em Ducrot e colaboradores, a interação social por meio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade, por isso, quando interagimos com alguém, procuramos trazer para estes enunciados determinada força argumentativa, de modo que nosso interlocutor dirija-se ou guie-se no sentido de determinadas conclusões.

Essa potencialidade argumentativa aparece para nós, através de mecanismos da própria língua, que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados, estabelecendo, dessa forma, as relações discursivas. Tais mecanismos são

denominados de marcas linguísticas da enunciação ou da argumentação e fazem parte da própria gramática da língua. Dentre estes, destacam-se: **as pressuposições, as marcas de intenção, os operadores argumentativos e os modalizadores, que Ducrot nomeia de modificadores.**

2. ARGUMENTAÇÃO E TEXTUALIDADE: DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

2.1 CONCEPÇÕES DE LÍNGUA / LINGUAGEM

Neste capítulo, procuraremos apresentar o conceito de língua e linguagem com o qual este estudo dialoga, e isso se faz necessário visto que a base teórica desse trabalho está ancorada na Teoria da Argumentação na Língua - TAL de Ducrot e Anscombre. Sabendo-se que essa proposta é de base estruturalista nos conceitos saussurianos, mas que foram ressignificados e ampliados cujo interesse está em explicar o funcionamento da língua como um meio de construir discursos e não apenas de informar sobre coisa do mundo.

Como afirma o próprio Ducrot (1987), a descrição semântica de uma língua, considerada como um conjunto de frases ou de enunciados, não só não pode ser terminada, como não pode ser empreendida de forma sistemática, se não mencionar, desde o início, certos aspectos da atividade linguística realizada graças a essa língua.

Nessa mesma obra, o autor formula as seguintes proposições pelas quais explica sua filiação, de um lado, ao estruturalismo saussuriano e, de outro, à perspectiva enunciativa benvenestiana: Para ele “a semântica lingüística deve ser estrutural e o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação” (DUCROT, 1987, p. 67).

Para o linguista faz parte da constituição do sentido dos enunciados de uma língua a enunciação, a “atividade linguística” que os integra na cena discursiva. Sendo assim, desde a perspectiva desse teórico, há que, no mínimo, fazer alusão à enunciação, a fim de tornar possível e completa a descrição semântica de uma língua.

Nesse sentido e talvez mesmo por ter sido aluno de Émile Benveniste, Ducrot se vale, para constituir sua Teoria da Argumentação na Língua, dos princípios da teoria enunciativa benvenestiana, dizendo: “pessoalmente, é sem dúvida o lingüista a quem mais devo. Ele foi para mim essencial ao mostrar que o sistema lingüístico, sem deixar de constituir um sistema, devia tomar em consideração os fenômenos da enunciação” (DUCROT, *apud* DOSSE, 1994, p. 62).

Nessa perspectiva, não podemos tomar na teoria da argumentação na língua como conceito de língua, os aspectos puramente estruturalista saussuriano, pois

Ducrot (1987) deixa claro em seus escritos que está ancorado no estruturalismo saussuriano, por ele acreditar que a semântica lingüística deve ser estrutural e que o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação.

Ratificando esse posicionamento, ele diz ser estruturalista e que isso significa definir os objetos de um domínio uns em relação aos outros, ignorando voluntariamente aquilo que, na sua natureza individual, se define apenas em relação a si mesmo e/ou em relação a objetos de outro domínio.

Sobre isso em entrevista a Moura (1998, p. 169) responde:

Certamente, tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que diz Saussure. Retomo de Saussure esta idéia [...] segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso.

É necessário ressaltar que ao longo de suas pesquisas sobre argumentação, Ducrot (1987) e seus colaboradores fizeram questão de enfatizar o interesse de explicar o funcionamento da língua na própria língua e não exterior a ela, embora reconheçam o extralingüístico. Consideram que há algo no dizer que não está no dito, mas desde então vem deixando claro que o objeto de estudo é a língua, dito de outra forma, tudo aquilo que dá materialidade lingüística aponta para o dizer, o que interessa é o intralingüístico.

A partir desses estudos, Ducrot apresenta o problema de base acerca da argumentação no discurso, onde a língua/linguagem¹³ é essencialmente argumentativa. Cuja ideia central desta teoria é:

O sentido de um enunciado comporta como parte integrante, constitutiva, essa forma de influência que se chama força argumentativa. Significar para um enunciado é orientar. De modo que a língua, na medida em que contribui antes de qualquer coisa para determinar os sentidos dos enunciados, é um dos lugares privilegiados onde se elabora a argumentação (DUCROT, 1984, p. 5).

Nessa teoria a língua não é vista como expressão do pensamento ou simples instrumento de comunicação, mas como um processo sociointeracionista, essa “passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de

¹³ Nesse estudo, estaremos tratando língua/linguagem como palavras sinônimas, uma vez que nos estudos ducrotianos a língua/linguagem é essencialmente argumentativa.

intencionalidade, veiculadora de ideologias, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade” (KOCH, 2008, p. 17).

Dessa maneira, o locutor ao constituir seu discurso está orientando esse para um determinado fim, em um determinado momento de interação com seus possíveis interlocutores, pois quem escreve, escreve algo para alguém e suas intenções encontram-se postas ou pressupostas ao dito. É esse locutor, que representa o eu do discurso, faz escolhas de determinados termos, expressões e até mesmo de enunciados completos, excluindo outros, que não se explicam pelas condições lógicas ou psicológicas da demonstração, porque é um fenômeno que se encontra intrínseco à língua.

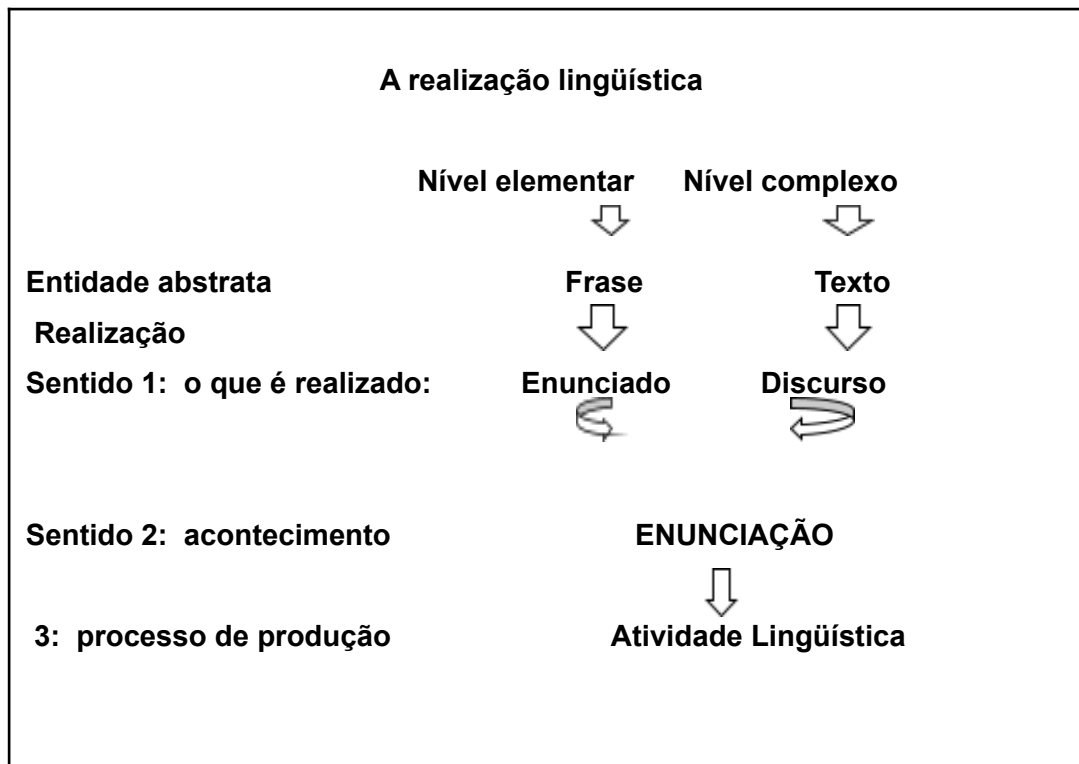
Daí a hipótese que Ducrot (1984) sustenta e comprova desde o início de seus estudos até os dias atuais: fundamentalmente a língua é argumentativa. E se existe um valor informativo, este é derivado do argumentativo. Desse modo, ele não nega o valor informativo da língua, mas o considera secundário, pois o primeiro é argumentativo.

Para Ducrot, material linguístico é uma espécie de entidade abstrata que permanece igual em todos os seus usos, acontece em nível elementar (na frase) e em nível complexo (no texto), mas ambos são considerados entidades abstratas, pois a realização se dá mesmo é no enunciado, quando tratamos da frase e no discurso quando o assunto é o texto (que é o caso desse estudo) e as várias manifestações ou realizações que esse material possibilita, sendo que cada realização ocupa, no espaço e no tempo, um lugar determinado e, por isso, é diferente, única em relação a todas as outras.

Uma vez que a manifestação concreta de um determinado material linguístico dá origem a várias interpretações, Ducrot (1984) diz ser possível atribuir pelo menos três sentidos à idéia de realização de uma entidade linguística.

Um primeiro sentido de realização pode se referir ao que foi realizado, ao objeto produzido; um segundo sentido dado à realização diz respeito ao fato de algo ter sido realizado, o acontecimento em si, a inclusão do que foi realizado na cadeia sucessiva de fenômenos; por último, um terceiro sentido de realização refere-se ao processo em cujo final alguma coisa foi realizada, “o trabalho que lhe está na origem” (1984, p. 369). O quadro a seguir sintetiza o que foi dito sobre material linguístico e realização linguística.

QUADRO 7 – Material Linguístico e a realização Linguística



Fonte: Ducrot (1984, p. 369).

De acordo com Ducrot (1984), texto e discurso, unidades lingüísticas de nível complexo, distinguem-se de frase e enunciado, unidades lingüísticas de nível elementar, pelo ato de enunciação. Essas unidades de nível complexo são formadas por frases/enunciados sucessivos; no entanto, para que uma seqüência de enunciados se configure em discurso é necessário que não sejam independentes, mas se apoiem uns nos outros. Não basta a sucessão de dois enunciados, é preciso que haja relação entre ambos.

Através das discussões realizadas até aqui, parece ser possível perceber subjacente à Teoria da Argumentação na Língua, uma concepção de linguagem como forma de interação e como uma construção realizada e constituída a cada nova enunciação. Construção esta, realizada pelas diferentes combinações entre palavras, entre frases e entre discursos, isto é, permeada pela noção de relação que a constitui.

Essa nova perspectiva de perceber a língua e a argumentação propõe uma reconstrução lingüística dos conceitos fundamentais da argumentação, viabilizando a desconstrução de significados possibilitando revelar aspectos menos visíveis, mas imprescindíveis para a compreensão de textos. Trazendo aos estudos da

argumentação uma perspectiva de língua não explorada até então, a língua passa a estar ligada ao propósito comunicativo, ao uso social, centrando-se na “interação, atividade como forma de ação; ação interindividual finalisticamente orientada” (KOCH, 1992, p. 9).

É através desta ação verbal dotada de intencionalidade que estamos a todo instante procurando convencer, influenciar, persuadir, compartilhar ou não opiniões, crenças, valores etc. Muitas vezes essa força argumentativa está tão intrínseca à língua/linguagem que nem percebemos quando estamos fazendo uso de tais recursos.

2.2. CONCEPÇÕES DE TEXTO E ENUNCIADO

Oswald Ducrot na sua Teoria da Argumentação na Língua remete a argumentação a encadeamentos argumentativos e os estuda focalizando principalmente, mas não unicamente, enunciados da língua, em sua maioria criados para os fins de sua pesquisa.

Já Guimarães (2001), que trabalha a partir do aporte teórico de Ducrot, trata a argumentação sob o ponto de vista do seu funcionamento no texto, ao focalizar enunciados, tomando-os como recortes discursivos no texto, ou seja, ele procura em seu trabalho, não apenas produzir uma semântica articulável com uma teoria do texto, mas com uma teoria e análise do discurso, pois ao se ocupar do texto sob essa perspectiva teórica, que ela deva ser relacionável com o modo como a análise do discurso considera a questão textual. Nesse estudo, procuraremos abordar o texto sob essa perspectiva.

Vale aqui salientar que os textos que constituem o corpus desta pesquisa são textos argumentativos, e por outro lado, a concepção de argumentação com a qual este trabalho dialoga estão fortemente ligados com os trabalhos de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua e outros que trabalham o texto argumentativo a partir dessa perspectiva teórica da TAL, como Guimarães (2007), Koch (1992, 1996 1997, 1998, 2008), entre outros.

Como já fora posto anteriormente, neste caso, achamos pertinente também discutir seu ponto de vista acerca do conceito de texto para que possa ser entendido o porquê de estarmos buscando um conceito de texto mais específico como o de

Orlandi e Guimarães (1986) para este estudo. Procuraremos fazer um breve percurso sobre a perspectiva de textos de cada um dos teóricos citados.

Para tratarmos do conceito de texto sob a perspectiva Ducrotiana, nos detemos em dois momentos em que o teórico trata com mais especificidade a questão do texto: o Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem (TODOROV & DUCROT, 1977) e o artigo intitulado “*Sémantique linguistique et analyse de textes*” (1998). Para tal nos utilizamos dos estudos de Campos (2005), que na sua tese de doutorado apresenta de forma bastante pontual estas questões postas por Todorov e Ducrot (1997) sobre textos, no Dicionário supracitado.

Ela trata como primeiro item, a autoria do verbete “texto”, que não é atribuído a Ducrot, e sim a Todorov, mas ela afirma que este também seja o posicionamento de Ducrot, e usa como argumento o fato de o linguísta haver assinado a publicação e a introdução do referido Dicionário em que explicam às escolhas realizadas na organização deste.

E ainda acrescenta que este ponto de vista relacionado ao texto e suas relações com a língua parecem manter alguns de seus aspectos no artigo *Sémantique linguistique et analyse de textes* (1998), publicado vinte e um anos depois, no qual, Ducrot afirma ser possível analisar textos a partir da descrição semântica de algumas palavras.

Nesse sentido, o texto é tratado como um objeto linguístico que demanda interpretação e que o sentido se constituirá, fundamentalmente, pela orientação argumentativa. Campos cita alguns aspectos da TAL, que demonstram o exposto:

A teoria da argumentação na língua sustenta a idéia de que o sentido de uma entidade lingüística corresponde aos encadeamentos argumentativos que ela evoca. Trata-se de um modelo teórico que privilegia a análise de frases, descrevendo o seu funcionamento conforme sejam introduzidos e/ou alterados determinados operadores argumentativos (tais como *pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo/até mesmo*), expressões lexicais (tais como *econômico/avaro prudente/imprudente*), ou ainda conectivos (do tipo de *portanto* e de, no entanto) (2005, p. 2).

Apesar de trabalhar com enunciados e sentido, frase e significação, em geral, a discussão sobre texto propriamente dito não ocupa lugar significativo nos debates empreendidos por Ducrot (1997) e seus colaboradores, contudo, no artigo discutido anteriormente, ele o toma como objeto de interesse e apresenta um estudo em que o texto é tomado como um sistema análogo e semelhante ao sistema lingüístico propriamente dito e é analisado com o mesmo instrumental que os outros objetos

linguísticos, mais comumente sob o enfoque da TAL, a frase e a palavra. Para ilustrar, podemos citar sua descrição semântica do conectivo, “mas” para analisar textos selecionados tendo como critério sua organização em torno de tal operador (CAMPOS, 2005).

Ducrot mostra que, a partir das mesmas informações, podem ser construídos discursos opostos, apenas invertendo a ordem das informações. Isto é, o que de fato dá significação a um texto não são as informações por ele veiculadas, mas a orientação argumentativa¹⁴ de suas palavras. No mesmo sentido, uma das análises procura demonstrar que a simples alteração de um operador usado em um texto pode alterar também a sua orientação argumentativa.

Apesar de seus estudos terem excluído a análise de textos, visto que suas análises se concentraram apenas em frases e palavras, Ducrot se propôs no artigo ora citado, estudar a significação textual, uma vez que a questão da interpretação está em jogo tanto em frases quanto em textos. Com isso, pretendia o linguista mostrar que em nenhuma situação de língua o sentido precede a interpretação.

É pertinente enfatizarmos o que Orlandi (2007) diz sobre o que é um texto; não podemos definir um texto pela sua extensão ele pode ter desde uma letra, uma palavra, muitas frases, enunciados, páginas etc. O que faz dele um texto, não é sua dimensão, mas se ele constitui uma unidade de sentido, naquela situação ou em outra. “O texto é texto porque significa” (ORLANDI, 2007, p. 69). É nessa perspectiva que situamos a teoria de Ducrot para ancorar este estudo e para melhor explicá-lo traremos também Orlandi e Guimarães, que trabalham nessa perspectiva textual dando maior ênfase a esses conceitos.

A abordagem semântica que procuraremos desenvolver pretende abrir uma relação com a análise do discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito. E ao tratarmos do texto, o faremos numa perspectiva que possa ser relacionável com o modo como a análise do discurso considera a questão textual como o fora posto anteriormente (GUIMARÃES, 2007).

Esta semântica deve considerar a questão da representação do sujeito na constituição do sentido, como também construir um conceito de texto que se articule

¹⁴ Nesse exemplo, Ducrot lança mão do conceito de modificador desrealizante, cujo efeito é contrariar a orientação argumentativa da palavra com a qual se relaciona, atenuando o seu sentido ou invertendo-o (cf. Ducrot, 1998a). No caso por ele analisado neste artigo, trata-se dos enunciados “O que eu tenho a dizer já foi dito, mas repetirei brevemente” e “O que eu tenho a dizer já foi dito, portanto repetirei brevemente”, em que a troca de *mas* por *portanto* faz com que o modificador desrealizante “*brevemente*” deixa de ser atenuador para ser inversor.

a este conjunto de preocupações, logo o sentido de uma sequência linguística incluirá, sempre, a representação do sujeito da enunciação.

Desse modo, podemos dizer que o nosso objeto de estudo se configura no interior de uma semântica da enunciação, por isso a escolha pela TAL de Ducrot e colaboradores, que vem influenciando diversos estudos brasileiros sobre argumentação através das marcas lingüísticas, como é o caso de Koch (1997, 2008); Guimarães (1998, 2001 e 2007); Barbisan (2004); Silva e Espindola (2004a e 2004b); Freitas (2006) entre outros.

Sobre a enunciação foi com Benveniste¹⁵ (1988, 1989), que tivemos os primeiros conceitos de enunciação produzidos pela lingüística. Para o referido linguísta ela é uma atividade do locutor em produzir um enunciado, estes conceitos já apareceram em diversos trabalhos de Ducrot, Vogt, Anscombre, Guimarães e de vários outros linguístas, mas este tipo de conceito acabava por levar o semanticista a considerar o sujeito da enunciação como uno e único, posição teórica que já mereceu muitas críticas. Aqui tomaremos uma posição contrária a essa de Benveniste, seguiremos um conceito mais recente apresentado por Ducrot¹⁶ (1984).

Nesse estudo, a enunciação será tratada como o evento histórico do aparecimento do enunciado, ou seja, a enunciação será definida independente do sujeito, com relação a isso Guimarães (2007, p. 12) acrescenta: “desse modo poderemos dizer, depois, que o sujeito se representa diversamente nos enunciados que ocorrem no evento da enunciação”. Desse modo, a representação do sujeito na enunciação é uma representação de diferentes papéis, o qual Ducrot e colaboradores tratam como jogo polifônico, ou seja, no próprio enunciado se representa a cisão fundamental do sujeito.

Nesse caso, convém apresentar a importância de se tratar a polifonia neste estudo, pois a polifonia trata das diferentes formas que o sujeito pode assumir no jogo polifônico da linguagem. Neste contexto, a enunciação deixa de dizer respeito ao sujeito uno, como fonte psicofisiológica do enunciado, e passa a colocar em

¹⁵ Professor de Oswald Ducrot.

¹⁶ Para o lingüista, é constitutiva do sentido dos enunciados de uma língua a enunciação, a “atividade lingüística” que os integra na cena discursiva. Sendo assim, desde a perspectiva desse teórico, há que, no mínimo, fazer alusão à enunciação, a fim de tornar possível e completa a descrição semântica de uma língua. Nesse sentido e talvez mesmo por ter sido aluno de Émile Benveniste, Ducrot se vale, para constituir sua Teoria da Argumentação na Língua, dos princípios da teoria enunciativa benvenistiana, dizendo: “pessoalmente, é sem dúvida o lingüista a quem mais devo. Ele foi para mim essencial ao mostrar que o sistema lingüístico, sem deixar de constituir um sistema, devia tomar em consideração os fenômenos da enunciação” (DUCROT, *apud* DOSSE, 1994, p. 62).

cena, locutor (es) enunciador (es). Os primeiros se representam no enunciado como responsáveis pela enunciação, e os segundos correspondem às perspectivas a partir das quais o enunciado é construído.

Voltando ao conceito de texto e sua articulação com a análise do discurso, devemos considerá-lo como o fez Guimarães (2008), em seu estudo de conjunções do Português, devemos tomá-lo como uma unidade empírica com começo, meio e fim, mas esta unidade empírica deve ser pensada no processo discursivo. E nesta proposta o texto é atravessado por várias posições do sujeito, como explicado anteriormente, sendo também, uma dispersão de discurso. Sobre isso Guimarães (2008, p. 13) acrescenta:

Constitui ainda o texto a representação de uma posição específica de sujeito (a de autor) que procura criar a ilusão da unidade textual. Ao mesmo tempo em que procura criar a unidade do sujeito. Torna-se, então, importante, ver como a dispersão constitui a textualidade pela representação desta unidade.

Devemos lembrar, através de Orlandi e Guimarães (1986), que o texto na relação com o discurso, não é uma unidade de sua construção, esta unidade é o enunciado, “mas deve ser (o enunciado) referido ao texto para poder ser apreendido no processo de construção do discurso” (*apud* GUIMARÃES, 2008, p. 13). O enunciado só é enunciado por aparecer em um texto, e sendo uma unidade do discurso pode marcar diferentes posições do sujeito no texto.

Nesse caso, podemos comparar um enunciado a um recorte discursivo. E, desse modo, podemos dizer que o texto é a relação de um conjunto de recortes discursivos. Com relação ao conceito de recorte discursivo, Orlandi, (1984, p. 14) expõe: “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva”.

Desse modo, salientamos neste trabalho o que nos diz Koch (2008, p. 21), que estando a argumentatividade inscrita no uso da linguagem, “adota-se a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das articulações argumentativas”. Nesse sentido, a orientação argumentativa dos enunciados que compõem qualquer texto deve funcionar como fator básico de coesão e principalmente de coerência textual.

Antunes (2009, p. 49), nos aponta para o fato de que as diversas influências vindas das mais variadas direções, dentre elas, o campo da pragmática, mais especificamente, como das perspectivas interacionais da linguagem, conduziram a linguística até o âmbito mais amplo da língua como forma de atuação social e prática de interação dialógica, e, a partir daí, até a textualidade.

Essa forma de pensar a linguagem nos conduz a dois consensos:

- a. O de que usar a linguagem é interagir com os outros, ou seja, agir socialmente;
- b. O de que esses acontecimentos só são possíveis de acontecerem em textos.

Para Antunes (2009, p. 50), o que se entende por textualidade, “é a condição que tem as línguas de somente ocorrerem em forma de textos e as propriedades que um conjunto de palavras deve apresentar para poder funcionar comunicativamente”. Nesta perspectiva, o estudo de palavras e de frases isoladas, “foram dando lugar às dependências enunciativas e contextuais”, que passaram a ganhar pleno sentido quando são estudadas como parte de textos, como componentes de discursos, pelos quais agimos, dizemos coisas, tomamos posições, participamos, etc.

É por isso que nos dizeres de Antunes e Lajolo continuamos a ver na grande maioria das escolas, o quanto é inócuo e frustrante um estudo de línguas que parece esgotar-se em exercícios de classe e deveres de casa, que pouco ou nada têm de discursivos, de textuais, de interativos, de funcionais. Chegando-se ao equívoco de se criar uma crença entre alunos e professores de que se estuda uma língua na escola, mas no cotidiano fala-se outra.

Este trabalho aponta para uma forma de perceber de forma diferente este fenômeno, procurando apresentar a importância de se trabalhar aspectos mais relevantes sobre o trabalho com os textos nas escolas, especificamente, os argumentativos.

3. OS MODIFICADORES: ESTUDOS SOBRE ADJETIVOS E ADVÉRBIOS

3.1 ESTUDOS NORMATIVOS SOBRE OS ADJETIVOS E ADVÉRBIOS

Os falantes têm à sua disposição vários recursos linguísticos para auxiliá-los em seus objetivos enquanto sujeito produtor de um texto, seja ele falado ou escrito. Um desses recursos é a utilização de adjetivos e/ou advérbios para convencer ou persuadir seus interlocutores, bem como demonstrar seu posicionamento acerca de algo.

Ducrot (ANO), ao longo de suas pesquisas considera como operadores argumentativos: as conjunções e os **advérbios**, porém os **adjetivos** para ele têm um papel bastante marcante para se capturar intenções do interlocutor. Nesse estudo, daremos ênfase aos advérbios e adjetivos.

Iniciaremos as nossas discussões tratando do adjetivo e procurando apresentar alguns conceitos que foi adquirido ao longo da história, em seguida, faremos o mesmo percurso com os advérbios.

Ao recuarmos no tempo, veremos que a primeira gramática a discutir a classe adjetiva foi a de Port-Royal na França, por volta de 1653, podemos perceber o esforço desses gramáticos em procurar argumentos para diferenciar a classe dos substantivos da classe dos adjetivos, mas de forma ainda muito tímida. Já em (1992), Arnauld e Lancelot dizem que as coisas e objetos de nossos pensamentos correspondem ao que denominam de substância, enquanto que a maneira das coisas diz respeito ao que chamam de acidente.

Dessa forma, denominaram de nomes substantivos as substâncias, e de nomes adjetivos aos acidentes; estas definições são apresentadas por Arnauld e Lancelot (1992) como “a origem primeira dos nomes substantivos e adjetivos”. Para tanto, os dois estudiosos reforçam sua teoria acrescentando que:

[...] a substância é aquilo que subsiste por si mesmo, chamaram-se nome substantivo todos aqueles que subsistem por si mesmos no discurso, sem que tenham necessidade de um outro nome, ainda que signifiquem acidentes. E, ao contrário, foram chamados adjetivos mesmo aqueles que signifiquem substâncias, quando por sua maneira de significar devem estar junto aos outros nomes no discurso (ARNAULD e LANCELOT, 1992, p. 31).

Corroborando com essa mesma linha de pensamento, Melo (2001, p. 70), na Gramática fundamental da língua portuguesa, traz como definição para o adjetivo: “é

a palavra que exprime qualidade enquanto existente num ser [...]”. Dessa forma, pode-se dizer que para Melo (2001) o adjetivo somente existirá se estiver caracterizando um substantivo, ao passo que o substantivo existe por si só e independentemente de estar caracterizado pelo adjetivo, conforme Arnaud e Lancelot (1992).

Vale salientar nessa exposição, que são comuns na literatura, alguns críticos acharem problemático o uso dessa categoria lexical (o adjetivo), em textos argumentativos por pensarem que ela não estimula a imaginação do leitor. Porém, outros autores consagrados exibem seu orgulho ao utilizar-se de adjetivos.

Schneider (2008), em seu artigo intitulado “adjetivos: marcas de modalização e argumentatividade” Traz uma discussão bastante pertinente sobre isso. Como exemplo, ela cita o escritor Ariano Suassuna quando diz: “Procuro sempre a expressão, não a sobriedade. Procuro usar palavras que sejam necessárias para expressar uma paixão. Sou um escritor apaixonado, não sou frio, não. Preciso inclusive, de **adjetivos**” (SUASSUNA, 2007, p. 18, *apud* SCHNEIDER, 2008, p. 5, grifo nosso). Para quem conhece as obras desse autor, pode compreender como ele se utiliza com perfeição desse recurso em seus textos.

Se observarmos a classificação dos adjetivos e dos advérbios nas Gramáticas Tradicionais (GTs), veremos que são classificações, unicamente morfossintática. Essas GTs expõem que os adjetivos funcionam como modificadores do substantivo, cuja finalidade é caracterizar os seres e objetos. E trazem conceitos como: “palavras que exprimem qualidade (concreta ou abstrata), estado ou propriedade do substantivo” (MAIA, 2000, p. 91).

Sobre esse aspecto, Perini (1997), em seu livro **Sofrendo a Gramática** faz uma discussão a respeito dessa classificação que as GTs apresentam dos adjetivos, nas quais acabam sempre ignorando o fator semântico na classificação das categorias lexicais. Não é possível distinguirmos o que é um substantivo ou adjetivo de forma isolada, mas pelo ambiente sintático-semântico, onde é possível resgatar essas funções/posições.

Perini (2005) traz como exemplo para justificar essa sua preocupação a palavra doméstica e o autor questiona: como saber se esta palavra é substantivo ou adjetivo sem que esteja em um contexto. O que podemos ver que é impossível dada a complexidade desse termo. Perini (2005, p. 321) expõe: “(...) que o verbo é uma

classe gramatical facilmente reconhecida, porém assevera com a seguinte afirmação: a distinção entre substantivo e adjetivo não existe” e ainda acrescenta:

Substantivos são, pois, todas as palavras que podem ter complementos do predicado e não podem ser seu modificador nem predicativos; os adjetivos são as palavras que podem ser complementos do predicado e também modificadores e predicativos (PERINI, 2005, p. 321).

Para compreendermos melhor o que é problematizado por Perini, não podemos pensar que apenas o conceito dará conta da dimensão deste aspecto. Isto só será possível dentro de um contexto. Tomemos como exemplo, a seguinte frase:

Ex. As empregadas **domésticas** não são **sindicalizadas**.

Fora deste contexto, apenas pensando nas palavras e no conceito explicitado na maioria das GTs sobre os termos em destaque, diríamos que são substantivos, no entanto, neste contexto, percebemos que o conceito dado não consegue dar conta do enunciado, visto que as referidas palavras neste contexto têm função adjetiva.

Se tomarmos como exemplo a mesma palavra em um novo contexto:

Ex: As **domésticas** não são sindicalizadas.

Nesse enunciado, já não temos mais um adjetivo e sim um substantivo, ou seja, não é fácil como parece simplesmente, classificar morfologicamente, determinadas palavras como ainda vem sendo feito nas escolas de maneira isolada e simplista, pois causa uma séria dificuldade nos alunos em compreenderem estas funções na hora de organizar seu texto.

Tomaremos como exemplo outra palavra “amiga”, que, dependendo do contexto, pode ser identificada nas seguintes frases tanto como substantivo quanto adjetivo :

1. Uma palavra **amiga**. (adjetivo)
2. Uma **amiga** muito sincera. (substantivo)

Na primeira frase, a palavra “amiga” é classificada como adjetivo, pois qualifica o tipo de palavra, enquanto que na segunda, ela funciona como substantivo, haja vista, estar nomeando um ser. Com mais estes exemplos, podemos perceber que um substantivo ou adjetivo não pode ser distinguido isoladamente, e sim pelo ambiente sintático-semântico.

Ainda sobre os adjetivos, não podemos deixar de mencionar outro ponto, a posição dos adjetivos em uma sentença, que de acordo com o local sintático, pode

assumir outros valores semânticos. Podemos citar como exemplo as palavras “belas” e “meras”.

1. Ela é uma **bela** atriz.
2. Ela é uma atriz **bela**.
3. Tudo isso foi **mera** coincidência.
4. Tudo isso foi coincidência **mera. (frase agramatical)**

No primeiro exemplo, a palavra “bela” se refere ao talento e competência da atriz, enquanto que, no segundo, faz referência direta à beleza da atriz. O que podemos inferir que, dependendo da posição ocupada pelo adjetivo, anteposto ou posposto ao substantivo, sugere conotações semânticas diferentes. Já nos exemplos 3 e 4, ocorre um caso particular na língua, o adjetivo “mera” não é admitido em posição posposta ao substantivo, pelas GTs, formando assim, uma frase agramatical.

Os adjetivos são formas desencadeadoras de valores, positivos ou negativos, que podem ser de caráter objetivo ou subjetivo, de acordo com a posição que eles assumem dentro do sintagma nominal. Com relação a esse fato, Câmara Jr. (1984) diz que a posição regular do adjetivo determinante é depois do substantivo, o que o leva a assumir um caráter denotativo e objetivo, ou seja, uma função meramente descritiva da entidade a que se refere o adjetivo.

Já o adjetivo anteposto, por sua vez, tem caráter conotativo e tende a adquirir matiz sentimental, já que, além da descrição, há uma ênfase, um chamar atenção para a característica, pois há envolvimento emocional, um julgamento por parte do falante sobre a característica apresentada. Portanto, a anteposição pode servir a um propósito de intensificação da qualidade.

Quanto a sua carga semântica, os adjetivos podem ser classificados em objetivos (axiológicos e não axiológicos), descrevem o mundo e revelam propriedades intrínsecas ao objeto denotado, e são definíveis independentemente da enunciação. E os subjetivos (afetivos e avaliativos) refletem prioritariamente um julgamento de valor do enunciador e não preexistem ao ato da enunciação. O recorte abaixo retirado do corpus desta pesquisa nos dá uma mostra disso:

Mentira é algo **surgo**, (sic) sempre há desconfiança como é **falso** não tem como esconder, sempre o que vem de mentira e (sic) **ruim**, como rouba (sic), matar, prejudicar o próximo. Muitas vezes há necessidade mais para um **bom** cidadão a verdade é sempre **útil** (V. L. O. 3º A).

Podemos verificar que ao classificar negativamente a mentira como algo “sujo”, “falso” e “ruim”, e para a verdade o adjetivo de valor positivo “útil”. O enunciador se utilizou de adjetivos objetivos que procuram revelar as propriedades intrínsecas sobre a mentira e um para a verdade, no entanto para tratar do tipo de cidadão, que apesar de todo apelo social, não se envolve com a mentira, ele caracteriza esse cidadão com um adjetivo anteposto, subjetivo, que enfatiza a posição avaliativa do locutor, há um julgamento de valor para com esse homem, logo no lugar de “cidadão **bom**”, apenas determinando o tipo de cidadão, ele o utiliza de forma anteposta “**bom** cidadão”, mostrando um julgamento de valor do locutor.

Diante do exposto, fica evidente a intenção pelo uso do adjetivo. Além dos diferentes sentidos, é possível detectar a intenção do locutor, ou seja, há um viés argumentativo nos enunciados bem como há uma intenção na escolha lexical. Sobre isso, Koch (1998) ressalta que a seleção lexical é outro recurso retórico/argumentativo de grande importância, pois:

A escolha de um determinado termo pode servir de índice de distinção, de familiaridade, de simplicidade, ou pode estar a serviço da argumentação, situando melhor o objeto do discurso dentro de determinada categoria, do que o faria o uso de um sinônimo. A intenção argumentativa pode ser detectada, muitas vezes, pelo uso de um termo pouco habitual na linguagem cotidiana. Por outro lado, a escolha do termo habitual pode igualmente possuir valor de argumento (KOCH, 1984, p. 156).

Se observarmos, no exemplo citado, o significado do adjetivo “bom” de acordo com Aurélio (2004) seria: digno de crédito; seguro; garantido; homem honrado; virtuoso etc. O enunciador fez sua escolha pelo mais familiar e simples de ser entendido situando o seu objeto do discurso a partir da escolha da categoria lexical do adjetivo “bom” e para enfatizar seu julgamento colocou na situação anteposta ao substantivo.

Já os advérbios, de acordo com os conceitos apresentados nas GTs, são “palavras que expressam uma circunstância de tempo, modo, negação etc;” (MAIA, 2000, p. 164). Bechara (2009) diz que “advérbio é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial”. E estende uma longa discussão sobre essa classe gramatical.

O que percebemos é que ele tem um olhar bem mais meticuloso para essa classe, inclusive abre uma discussão pela vertente semântica, ao citar Mattoso Câmara (*apud* BECHARA, 2009, p. 288), quando diz: “perturba a descrição e a

demarcação classificatória “a extrema mobilidade semântica e funcional que caracteriza os advérbios”.

Apesar do olhar semântico de Bechara ao adjetivo, ele não avança nas discussões por essa vertente. Pela maioria das GTs, fica visível que os advérbios têm como função modificar o verbo, o adjetivo, e o próprio advérbio ou toda uma oração e ainda os classifica pelas circunstâncias que expressam, resumindo-as em sete: de afirmação, dúvida, intensidade, lugar, modo, negação e tempo.

Já Perini (2006), no seu livro **Princípios de Língua**, traz algumas considerações relevantes sobre os advérbios.

(...) as palavras que tradicionalmente se classificam como ‘advérbios’ pertencem na verdade a diversas classes nitidamente diferentes quanto ao tipo de significado e quanto ao potencial funcional. Quanto à estrutura interna, frequentemente não tem nenhuma (...) (2006, p. 20).

O que Perini pretende com essas informações é demonstrar que as gramáticas tradicionais não conseguem dar conta da complexidade dos advérbios, dada a sua extensão e forma, pois temos advérbios formados por um único morfema (sempre, nunca, nada, depois, aqui, lá), mas também temos advérbios formados por meio de sufixo(s) característico(s) – mente (felizmente, infelizmente, francamente, sinceramente).

Sem contar com a grande variabilidade de comportamentos gramaticais, que não apresentam potencial funcional semelhante, como, no caso dos substantivos, por exemplo. Isso evidencia a impossibilidade de engessá-los em uma classe como fazem as GTs.

Ilari e Geraldi em seu livro **Semântica** traz também algumas considerações importantes sobre os advérbios, quando eles dizem:

Trata-se da ‘modificação’ da oração pelo advérbio, e da possibilidade que o advérbio oferece de retomar as orações vendo-as como expressões complexas não só em relação aos seus constituintes internos, mas também em relação ao próprio processo de sua produção, o que chamaremos aqui de enunciação (ILARI e GERALDI, 2005, p. 38).

No sentido acima posto, o que verificamos é que o advérbio tem um papel bastante importante e que pode ser classificado pelos autores mencionados como **advérbios de frase e advérbios de enunciação**. Os primeiros incidem sobre o conteúdo da oração; introduzem circunstâncias relativas às “pequenas cenas” descritas pela oração. Os autores trazem como exemplo os seguintes enunciados: **Somente** João foi ao cinema e **Felizmente** João foi ao cinema.

No primeiro caso, temos um adjetivo que incide sobre o conteúdo da frase, expressando “exclusão”. Enquanto que o segundo, apenas veicula “opiniões”, “atitudes” que o locutor assume a respeito das mesmas, ou a respeito do fato de falar delas. Os autores trazem como exemplo: **Felizmente** João foi ao cinema.

No caso de **felizmente** o adjetivo leva para fora da oração, apontando para a instância que produz o discurso. O sentido aí produzido poderia significar “eu estou feliz por poder informar que João foi ao cinema”: no qual parafraseando poderíamos ter um advérbio (felizmente), que se transformou em adjetivo (feliz), que predica o sujeito enunciador da frase. Como pudemos verificar pelos conceitos apresentados por algumas rápidas definições de advérbios, os autores se prendem à idéia principal de advérbio como modificador verbal, admitindo ainda seu funcionamento como modificador de adjetivo, advérbio ou de oração.

No entanto, devemos observar, de acordo como que já foi constatado, inclusive, em estudos mais antigos, que a conceituação e a delimitação do advérbio como classe apresenta algumas divergências complicadas de serem resolvidas, pois na verdade, em função de sua grande mobilidade semântica e sintática, acaba se tornando um assunto complexo para encontrarmos definições restritas, simplificadas e rígidas.

Nesse pequeno percurso, fica evidente o quanto ainda se precisa investigar sobre o uso dos advérbios, principalmente, no que diz respeito à forma de tratá-los nos Cursos de Formação de Professores da Língua Materna, como também rever o trabalho com os adjetivos nas escolas de Educação Básica, possibilitando, assim uma visão mais ampla para o uso destas palavras.

3.2 ESTUDOS LINGUÍSTICOS SOBRE ADJETIVOS E ADVÉRBIOS

O interesse pela linguagem não desperta apenas curiosidade entre os estudiosos, mas também, é algo que permeia a vida de todas as pessoas, seja com maior ou menor grau da escolaridade. É dependendo do seu contexto social e do seu grau de escolaridade, como também de seus interesses, que os indivíduos apresentam seus diferentes estilos de fala e para tal se utiliza da persuasão que se concretiza por meio dos argumentos que possibilitam a adesão das ideias.

Para que se tenha êxito, o homem precisa conhecer os meios que podem utilizar para fazer uso da argumentação e, para tal, é preciso aprender os recursos

linguísticos disponíveis para persuadir tanto na fala, quanto na escrita, é aí que surge a modalização, que é inerente ao ser humano, pois, desde que nascemos, temos essa capacidade, pelo olhar, pela entonação de voz, e principalmente, pela linguagem, que faz com que se revistamos de uma característica que nos é única e que nos torna ímpar: a capacidade de modalizar e, é com esse traço peculiar que se inicia uma função que vai atravessar toda a nossa vida: a argumentação (SCHNEIDER, 2008).

A modalização é o fenômeno pelo qual o locutor expressa sua adesão ao texto, ou seja, é o modo como o sujeito defende seu(s) ponto(s) de vista. São muitas as formas de modalizar e podemos percebê-la através da presença de modalizadores.

Koch (2008), que em seu livro *Argumentação e linguagem* apresenta a análise do discurso ou linguística do texto sobre vários aspectos centrado, sobretudo na semântica argumentativa ducrotiana, denominada por ela de macrossintaxe do discurso. Podemos inferir isso tanto pelo trato dado a análise, como também pelo comentário feito pelo respeitado teórico Marcuschi na apresentação do livro, ora citado, de Koch, no qual expõe:

‘o ato linguístico fundamental’ é o ato de argumentar. Isso significa que comunicar não é agir na explicitude linguística e sim montar o discurso envolvendo as intenções e modos de dizer cuja ação discursiva se realiza nos diversos atos argumentativos construídos na tríade do **falar, dizer, mostrar**. Para tanto a autora percorre os caminhos desenvolvidos por Austin, Searle, Grice, Strawson, C. Vogt, H. Weinrich e outros, firmando-se nas posições de O. Ducrot, que, ao longo de suas várias e sucessivas revisões é o que melhor trabalha o problema da argumentatividade na linguagem. (MARCUSCHI, In: KOCH, 2008, p.p. 10).

Marcuschi deixa evidente que Koch percorreu diversas abordagens teóricas para discutir a análise textual, via argumentação, mas a que ela evidencia em seu livro é uma abordagem ancorada na semântica argumentativa de Ducrot, ao qual Marcuschi emite um comentário sobre essa abordagem como sendo Ducrot o que melhor trabalha a argumentatividade na língua/linguagem.¹⁷

É nesse livro que Koch apresenta várias marcas linguísticas da argumentação dentre elas os modalizadores que revelam a atitude do locutor perante o enunciado que produz. A autora define modalizadores como: “[...] os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como

¹⁷ Nas leituras realizadas em Oswald Ducrot, Koch, Guimarães sempre vemos os termos língua/linguagem como palavras sinônimas, manteremos neste estudo esse mesmo sentido, uma vez que ancoramos nosso arcabouço teóricos nesses autores.

indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso”. Ela faz menção a vários tipos de elementos linguísticos que podem funcionar como modalizadores, dentre eles cita: advérbios, adjetivos, pressuposições, marcas de intenção explícitas ou veladas, operadores argumentati-vos etc.

Nesse estudo, serão priorizados os adjetivos e os advérbios enquanto elementos modalizadores por excelência. Pois como já foi posto, o falante para conquistar as metas, por meio da linguagem, tem à sua disposição, uma série de recursos lingüísticos, que podem viabilizar seus objetivos. Um desses recursos é a modalização, por meio da utilização dos adjetivos e dos advérbios, que permitem convencer o interlocutor bem como demonstrar o seu posicionamento diante da sua necessidade de persuasão ou convencimento.

Salientamos também a importância para a posição do adjetivo, que pode ser anteposta e/ou posposta aos substantivos. Sobre a posição do adjetivo podemos citar as linguístas Callou e Serra (2003, p. 191) que em seus estudos sobre os adjetivos afirmam: “quando o adjetivo está logo depois do substantivo, tende a conservar o valor próprio, objetivo, intelectual; quando está antes, tende a perder o próprio valor e adquirir um sentido afetivo”. Essa Teoria é reforçada em Barros (1985) que, também, vê na posposição a conservação de seu valor intelectual e objetivo, e, na anteposição o valor afetivo. Barros, ainda, acrescenta:

(...) a extrema mobilidade do adjetivo proporciona ao redator variantes ou oposições de melhor valor. Enquanto em vários idiomas o adjetivo está preso a colocações fixas que lhe impedem qualquer mobilidade estilística, capando-lhe a expressividade, o adjetivo da língua portuguesa usufrui de tal liberdade de colocação que enriquece afortunadamente a expressão de riquíssimas variantes (1985, p. 187).

Sobre a posição do adjetivo, pudemos ver anteriormente no tópico 1.6.1, que trata dos adjetivos, especificamente, que Câmara Jr. (1984) também faz menção à posição do adjetivo e diz que a posição regular do adjetivo determinante é depois do substantivo, o que o leva a assumir um caráter denotativo e objetivo, ou seja, uma função meramente descritiva da entidade a que se refere o adjetivo.

Já o adjetivo anteposto, por sua vez, tem caráter conotativo e tende a adquirir matiz sentimental, já que, além da descrição, há uma ênfase, um chamar atenção para a característica, pois há envolvimento emocional, um julgamento por parte do

falante sobre a característica apresentada. Portanto, a anteposição pode servir a um propósito de intensificação da qualidade.

Quanto a sua carga semântica, ele os classifica em objetivos (axiológicos e não axiológicos), descrevem o mundo e revelam propriedades intrínsecas ao objeto denotado, e são definíveis independentemente da enunciação. E os subjetivos (afetivos e avaliativos) refletem prioritariamente um julgamento de valor do enunciador e não preexistem ao ato da enunciação.

No caso da possibilidade de mudança, como na língua portuguesa, podemos compreender que, quando o adjetivo está posposto ao substantivo, ele tem caráter de não contestável, como expõem Callou e Serra (2003, p. 193), “é marcado como descritivo quando caracteriza objetivamente” e como avaliativo quando “apresenta uma característica do substantivo passível de contestação por ser de caráter subjetivo” e para ratificar o que dizem as autoras acrescentamos, além de Matoso Camara Jr. (1984); Barros (1985) que nos diz, ainda sobre a anteposição do adjetivo:

Ocorre quando se pretende realçar o substantivo, por meio de uma qualidade sobre a qual se quer chamar a atenção. É preferida com adjetivos que exprimem qualidades morais ou físicas, dignas de admiração ou desprezo (...) (1985, p. 187).

Ao analisarmos o adjetivo, não podemos perder de vista o uso posposto e anteposto, pois são marcas importantes do locutor com relação aos seus pontos de vistas.

Como pudemos perceber nas discussões sobre a TAL, de Ducrot e colaboradores, realizadas no início desse trabalho, é possível nesta teoria, além do estudo do enunciado, um estudo do léxico, agrupando as palavras de acordo com duas categorias: a das palavras plenas, composta por nomes (substantivos e adjetivos) e verbos, que possuem um conteúdo semântico, e a das palavras gramaticais ou instrumentais, composta por conectores, articuladores e operadores.

O grupo dos operadores divide-se em duas subclasses: a dos modificadores e a dos internalizadores. A primeira, utilizada neste trabalho, corresponde a uma palavra (adjetivo e/ou advérbio) que atua sobre a força argumentativa do nome ou do verbo, alterando sua gradualidade e não o seu sentido. Dito de outro modo, trata-se de uma palavra Y que, associada a uma palavra X, forma um sintagma XY, cujo sentido é construído de aspectos que contêm apenas as palavras plenas (substantivos adjetivos e verbos) que já constituem a AI de X.

Os modificadores de acordo com a teoria ducrotiana podem ser: realizantes (MR) ou desrealizantes (MD). Os desrealizantes podem ser divididos em: atenuadores e inversores de força argumentativa do predicado. Já os Sobrerrealizantes (MS) foram acrescentados por Negroni (1995) ao estudar os modificadores realizantes e derrealizantes de Ducrot.

Com relação aos modificadores realizantes e desrealizantes, os primeiros objetivam aumentar a força argumentativa da palavra a que são aplicados. Os segundos, por sua vez, procuram diminuir ou atenuar e até inverter essa força.

Como exemplo, citamos as expressões: **fácil** e **difícil** dois adjetivos que quando associadas ao substantivo “problema” alteram sua argumentação: como a palavra problema já contém, em sua argumentação interna, a ideia de dificuldade, **fácil** funcionaria como modificador desrealizante, pois atenuaria a argumentação interna dessa palavra, que já possui na sua formação interna uma carga semântica negativa, **difícil**, por sua vez, funcionaria como um modificador realizante, uma vez que aumentaria a força argumentativa dessa palavra.

Para ilustrar melhor o exposto, apresentamos um exemplo retirado do *corpus* do nosso trabalho dos textos que trazem como tema “o uso social da mentira”, em um dos enunciados o locutor expõe: “(...) um dos **grandes** problemas que afetam a vida de uma sociedade, é a mentira nela incerida (sic) (...)” (L. P. D. S., 3º A, 2007).

Nesse caso, temos um sintagma nominal formado pelo adjetivo **grande** e pelo substantivo **problema**, este substantivo já contém, em sua argumentação interna, a ideia de dificuldade, logo o adjetivo grande funciona como um modificador realizante, pois aumenta a força argumentativa da palavra a qual está aplicada funcionando como um modificador realizante (MR), uma vez que aumenta a força argumentativa da palavra.

Em outro recorte, nesse mesmo texto, podemos ver outro exemplo de modificador, “(...) por qualquer motivo se pratica a mentira, em uma **simples** discussão, ciúmes, um lugar qualquer, etc.” (L.P.D.S., 3º ano A, 2007). Nesse caso, temos o sintagma nominal “**simples** discussão”, no qual o adjetivo simples atenua a força argumentativa da palavra a qual está aplicada, ou seja, o substantivo discussão tem sua força argumentativa interna atenuada, já que tem uma carga semântica negativa, nesse caso houve uma atenuação proposital pela escolha lexical desse elemento linguístico, pois o locutor queria expressar justamente essa idéia, que a discussão não era séria era pequena, boba, sem importância.

Sobre o Modificador Sobrerealizante (MS), Schneider (2008), apresenta este exemplo em suas análises: Ex.: “Tião montava no touro **mais bravo** e **feroz** da região, seu nome já dizia tudo, Bandido”. As expressões “mais bravo” e “feroz” funcionam como modificadores Sobrerealizantes (MS), pois reforçam a argumentatividade do termo touro, como também consiste em um comentário subjetivo e polifônico do locutor, afinal não é apenas um touro, é o mais bravo e feroz.

Não satisfeito com os adjetivos que já aumentam a força argumentativa do substantivo touro, o locutor ainda expressa um advérbio de intensidade procurando dar ênfase aos modificadores utilizados no discurso, marcando sua intencionalidade argumentativa em convencer seus interlocutores sobre as qualidades do touro e para tal se utiliza dos modificadores: dois adjetivos e um advérbio.

Retomando as discussões sobre a Teoria semântica de Ducrot, e sobre seu posicionamento frente aos enunciados, verificamos que ele se distancia de Benveniste (ANO), neste sentido, pois enquanto Benveniste parte do ato de enunciação e não do enunciado, pois para ele um enunciado não possui um fato e sim as múltiplas ocorrências possíveis de um enunciado nas diversas situações em que é empregado. Assim, no próprio enunciado pode-se extrair o sentido e a força argumentativa. Faz-se necessário, aqui retomar o sentido de polifonia, uma vez que a pesquisa está centrada no efeito polifônico dos modificadores.

Já que o problema dessa pesquisa consiste em entender de que maneira os efeitos polifônicos dos modificadores, em particular, os adjetivos e advérbios, contribuem para a coesão e coerência de textos argumentativos, evitando o esgarçamento e contribuindo para sua compreensão.

Como já foi apresentado na primeira parte desta dissertação, quando se tratou da Teoria da Argumentação da Língua (TAL). Ducrot contesta a idéia de unicidade do sujeito falante, afirmando que o autor de um enunciado coloca em cena diversas vozes (polifonia).

A ideia de sujeito falante remete a funções muito diferentes: a de sujeito empírico (SE), a de locutor (L) e a de enunciador (E). O primeiro é entendido como o produtor efetivo do enunciado (aluno), o que não interessa ao semanticista, enquanto que o locutor é o responsável pelo enunciado, que possui marcas, como as de primeira pessoa, aqui, agora. Já o enunciador é o que dá origem aos pontos de vista apresentados no enunciado.

Esses dois últimos são os que interessam ao semanticista. Com essa concepção polifônica, descrever o sentido de um enunciado significa verificar:

- a) se o enunciado contém a função locutor;
- b) a quem é atribuída essa função;
- c) a quem se assimila o locutor;
- d) quais são os diferentes pontos de vista expressos pelo enunciado;
- e) a quem se atribui essas funções.

Se a língua, como almeja a proposta da TAL, é essencialmente argumentativa, não há como realizar uma descrição semântica dos enunciados de uma língua sem confrontar as diversas vozes que neles estão inscritas e analisar com qual (is) delas o locutor se identifica, pois é esse confronto e essa assimilação, por parte do locutor, que vão determinar o sentido de um enunciado, uma vez que argumentar pressupõe defender uma opinião, um ponto de vista, posicionar-se diante de situações e ideias.

Assim, a teoria ducrotiana procura enfatizar o fato de que, quando interpretamos um enunciado, devemos perceber uma pluralidade de vozes diferentes das do locutor. Eis a polifonia. Ela se coloca tanto para estabelecer a significação da frase como para descrever o sentido do enunciado, trazendo a possibilidade de expressar, ao mesmo tempo, diferentes pontos de vista.

A apresentação dos pontos de vista de diferentes enunciadores é um dos elementos do sentido de um enunciado. Outro é a indicação da posição do locutor em relação aos enunciadores. Este tem atitudes diversas perante as ideias apresentadas pelos enunciadores: pode concordar com elas, manifestando sua aprovação a um enunciador, mesmo que não tenha como objetivo assumir seu ponto de vista; pode identificar-se com um dos enunciadores para impor o ponto de vista (asserção) ou ainda opor-se a um ponto de vista (negação e humor).

Assim pretendemos destacar que a polifonia possibilita a compreensão do sentido dos enunciados (e do discurso), revelando os implícitos e a relação do locutor com outros discursos que ele evoca ao enunciar-se. A argumentação, construída pela linguagem, é permeada pela relação do locutor com seu interlocutor e também pela relação do seu discurso com outros discursos, revelada pela polifonia.

Assim, destacamos que o conceito de polifonia, vinculado à terceira fase da TAL e, especialmente, à noção de modificadores (adjetivos e advérbios) constitui-se

como uma das principais bases da teoria para as análises realizadas nesta pesquisa.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, de caráter qualitativo, foram lidos vinte e sete textos para verificarmos quais os que melhor se adequavam com a proposta do estudo, ou seja, quais os que continham características de um texto dissertativo. Após essa escolha, observamos os que continham com mais frequência o uso de adjetivos e advérbios, a partir daí, selecionamos dos vinte e sete textos, apenas dez para a análise do fenômeno em estudo. Após essa etapa, partimos para o segundo momento, dos quais trataremos a seguir.

Para análise, primeiramente, selecionamos todos os advérbios e adjetivos dos textos que compõem o corpus deste estudo. Em seguida, organizamos um quadro com esses termos, para melhor visualização do leitor e sistematização dos conteúdos.

Posteriormente, aplicamos os conceitos da Teoria da Argumentação na Língua-TAL, de Oswald Ducrot e colaboradores, principalmente aqueles relacionados à Teoria Polifônica e à Teoria dos Modificadores. Para cada análise, nessa segunda etapa, consideramos os seguintes passos:

- 1) levantamento dos pontos de vista (enunciadores) apresentados no enunciado;
- 2) verificação da posição assumida pelo locutor em relação aos pontos de vista apresentados;
- 3) (re)construção do sentido global do texto, por meio dos encadeamentos;
- 4) comprovação do pressuposto ducrotiano de que a “argumentação está na língua.

Em relação ao passo um, lembramos que o discurso, como já mencionamos anteriormente, é constituído pela sequência de enunciados e o enunciado, por sua vez, é considerado fragmento do discurso. Dessa forma, o sentido do discurso contém o sentido de cada um dos enunciados relacionados entre si.

4.1 PROCEDÊNCIA DO CORPUS

O *corpus* inicial desta pesquisa, como já foi dito, constituiu-se por 27 manuscritos de alunos do Ensino Médio, provenientes de uma escola pública de

Alagoas, localizada na cidade de Cajueiro. Os textos foram produzidos a partir de propostas para textos argumentativos, atendendo aos seguintes temas:

O valor social da mentira. (17 textos)

Os jovens e as drogas. (10 textos)

Dos vinte e sete manuscritos foram selecionados para análise apenas dez, sendo que cinco traz como tema “o uso social da mentira” e cinco o tema “os jovens e as drogas”. Após apreciação dos manuscritos, foram escolhidos os dez, tomando como critério para a escolha o fato destes apresentarem na sua constituição um maior número dos modificadores: adjetivos e advérbios.

Os manuscritos selecionados para a constituição do *corpus* fazem parte do Projeto Integrado de Pesquisa “Manuscritos Escolares e Processos de Escrita” - MEPE, da Linha de Pesquisa “Educação e Linguagem”, do Programa de Pós-graduação em Educação-PPGE/CEDU/UFAL, do qual a orientadora deste trabalho faz parte como pesquisadora.

A coleta dos manuscritos deu-se por ocasião de um seminário sobre o ensino da leitura e escrita, ministrado pela pesquisadora, a convite da Secretaria Municipal de Cajueiro-AL. Na ocasião, ela solicitou que os professores trouxessem para o encontro textos produzidos pelos alunos a partir das propostas de produção textual presentes no Livro Didático de Português-LDP adotado pela Escola.

Os manuscritos foram produzidos por alunos dos segundos e terceiros anos do ensino médio. Dos 27 textos, dez foram produzidos por alunos do 2º ano C, tendo como tema: **Os jovens e as drogas**; e dezessete foram produzidos por alunos dos 3º anos A e B, com o tema é: **O valor social da mentira**.

4.2 AS PROPOSTAS DE PRODUÇÃO ESCRITA

PROPOSTA 1

Para a atividade de produção textual, foi sugerida a leitura de um texto do livro didático¹⁸ adotado pela escola. A proposta estava na página 449, na seção: **Produzindo o texto dissertativo–argumentativo** e trazia fragmentos de um texto retirado de uma matéria da Revista Veja, de 2 de outubro de 2002, que trazia uma

¹⁸ Não vamos referenciar a obra, pois não conseguimos ter acesso ao LDP, utilizado a época do trabalho. A transcrição da página com as orientações foi feita a partir de uma cópia em Xerox anexa aos textos dos alunos.

reportagem sobre a mentira. A seguir, apresentamos a transcrição do fragmento do texto:

“O psicólogo americano Gerald Jellison, da Universidade do Sul da Califórnia, calcula que, no decorrer de um dia normal qualquer (fora de períodos eleitorais), uma pessoa escuta, vê ou lê duas centenas de mentiras – uma inverdade a cada cinco minutos. A maioria delas são inocentes mentiras sociais que ajudam a harmonizar as relações interpessoais no cotidiano.

“Em outras situações, a mentira diminui e macula a alma. Mas ela é permitida quando proferida no interesse do Estado” (Filósofo grego Platão, séc. IV a.C.).

“A mentira esteve a ponto de destruir a humanidade em diversas ocasiões, mas pode-se dizer que foi ela que nos trouxe até aqui (Biólogo Alan Grafen, estudioso do comportamento humano)

Após o texto para leitura, estava um questionamento para encaminhar a produção escrita:

E você? O que pensa acerca do assunto?

E, em seguida, a consigna:

Para expressar sua opinião sobre o tema **Uso social da mentira**, desenvolva um texto dissertativo no qual você deverá expor o que pensa sobre o assunto.

PROPOSTA 2

Para a atividade de produção textual, foi sugerida a leitura de um texto do livro didático¹⁹ adotado pela escola. A proposta estava na página 318, na seção: **Produzindo o texto dissertativo–argumentativo** e nas páginas 319 e 320 traziam fragmentos de um texto retirado de uma matéria da Revista Veja, ano 36, nº 24. Edição especial jovens, que trazia um painel com os resultados de uma pesquisa realizada sobre o perfil do jovem brasileiro entre 15 e 24 anos e suas preocupações. Dentre elas se encontrava em terceiro lugar como uma preocupação entre os jovens

¹⁹ CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens**, v.3, ensino médio. 5.ed. São Paulo: Atual, 2005.

o tema “drogas”. A partir dessa leitura foi sugerido que produzissem um texto dissertativo – argumentativo tendo como tema: **os jovens e a droga**.

5. OS MODIFICADORES NA CONTENÇÃO DA DERIVA DOS TEXTOS ARGUMENTATIVOS

Para a análise do *corpus*, numa abordagem qualitativa e semântico-discursiva, através do aporte teórico da Teoria da Argumentação na língua (TAL), estabelecemos os seguintes critérios:

- 1) Levantamento dos modificadores (adjetivos e advérbios) nos textos;
- 2) organização dos modificadores em um quadro;
- 3) categorização dos modificadores em realizantes, derrealizantes e sobrerrealizantes;
- 4) Identificação do sentido do enunciado, por meio da posição do locutor, verificando:
 - a) se o enunciado contém a função locutor;
 - b) a quem é atribuída essa função;
 - c) a quem se assimila o locutor;
 - d) quais são os diferentes pontos de vista expressos pelo enunciado; e a quem se atribui essas funções.
- 5) Identificação de polifonia (locutor e enunciadores).

Para facilitar a visualização do leitor e sistematização da análise, organizamos os dados e os comentários na seguinte ordem: inicialmente, as informações sobre cada manuscrito, com apresentação do título, das iniciais do aluno, da série, do tipo textual, do gênero e da data da produção. Em seguida, a produção textual do aluno digitalizada, e com numeração das linhas para uma melhor visualização e identificação com os trechos transcritos.

Logo depois, apresentamos um quadro demonstrativo contendo todos os modificadores capturados em cada texto e o enunciado que os contextualiza. Em seguida, apresentamos recortes transcritos de cada manuscrito para as reflexões sobre o papel desses modificadores na contenção da deriva no texto argumentativo produzido pelos alunos.

5.1 Manuscrito 1: O uso social da mentira

Título: O uso social da mentira

Aluno 1: T. M.S.

Série: 3º ano Ensino Médio

Tipo Textual: argumentativo

Gênero: Manuscrito escolar

Data da produção: 12 de julho de 2007

"30"

"Português"

12 07 07

10.

© 2008 Mica & Co.

Produção de Texto
Dissertativo - ArgumentativoTema: uso social da Mentira

Percebe-se, em princípio, que mentira e verdade parecem ter espaços distintos, porém desenvolvem atividades completamente diferentes. Entre levantar fatos e falar o que houve realmente, vemos que suas determinações sempre estão em lados inversos.

A mentira, por sua vez, apresenta uma função frequente e mesquinha. Com o levante de opiniões opostas do que é real e verdadeiro, não apenas usa à discursão entre o erro e o acerto como cria uma versão onde se ocupa em confundir o seu meio e participantes na sociedade, em que vivemos a transição de valores reais da vida, baseadas em tradições estão sendo notavelmente distinguidas, isto é, aqueles resultantes dos tempos antepassados, pois hoje raramente algo dito ou questionado como o correto e dificilmente gere crédito, deixando de lado as marcas obviamente existentes por esse uso compulsivo, desde que tudo criado se transforme em algo acontecido e possível, pode-se dizer alternativamente se todo trabalhase em intenções iguais, deveria esse quadro de levantes falsos, invertido em coisas significativas e de sentido real.

QUADRO 8 – Modificadores do manuscrito 1

ADVÉRBIOS	ADJETIVOS	ENUNCIADOS
	Distintos (I.3)	Percebe-se, em princípio, que mentira e verdade parecem ter espaços destintos ;
Completamente;(I.4) Realmente (I.5)	Diferentes (I.4)	Porém desenvolvem atividades completamente diferentes (...) Entre levantar fatos e falar o que houve realmente ,
Sempre (I.6)	Inversos (I.6)	(...) vemos que suas determinações sempre estão em lados inversos .
	Frequente; (I.8) Mesquinha; (I.8) Opostas (I.9)	Função frequente e mesquinha (...) Com o levante de opiniões opostas (...)

Notavelmente (l. 13 e l.14)	Reais (l.13)	Valores reais da vida (...) estão sendo notavelmente distinguidos (...)
Raramente; (l.15) Difícilmente (l.16)	Acreditável (l.16)	(...) Pois hoje raramente algo dito ou questionado como o correto é difícilmente acreditável (...)
Obviamente (l.17)	Compulsivo;(l.18) Positivo (l.19)	Deixando de lado as marcas obviamente existente por esse uso compulsivo , desde que tudo criado se transforme em algo acontecido e positivo (...)
Alternativamente (l.19 e l.20)	Iguais (l.20)	Pode-se dizer alternativamente se todos trabalhasse em intenções iguais ,(...)
	Falsos; (l.21) Significativas; (l.22) Real (l.22)	Deferia esse quadro de levantes falsos , invertido em coisas significativas e de sentido real

Fonte dos dados: texto do aluno T.M.S. que faz parte do *corpus* desta pesquisa.

5.1.1 Recorte A do manuscrito 1

<p>2 Percebe-se, em princípio, que mentira e verdade</p> <p>3 parecem ter espaços distintos, porém desenvolve atividades</p> <p>4 completamente diferentes. Entre levantar fatos e falar</p> <p>5 o que houve realmente, vemos que suas deter-</p> <p>6 minações sempre estão em lados inversos.</p>

Nesse recorte, conforme podemos ver logo no primeiro parágrafo, o locutor recorre a três adjetivos (“distintos”, na linha 3; “diferentes”, na linha 4; e “inversos”, na linha 6) e dois advérbios, (“realmente”, na linha 5; e “sempre”, na linha 6), que vão orientar argumentativamente seu discurso, para sustentar sua opinião com relação à mentira.

O locutor inicia seu texto usando como argumento a comparação entre a mentira e a verdade, e para isso procura estabelecer diferenças sobre o que considera mentira e verdade: “percebe-se, em princípio, que mentira e verdade parecem ter espaços **distintos**²⁰, porém desenvolvem atividades **completamente**

²⁰ Em determinados momentos estaremos usando o negrito na análise para destacar os adjetivos e advérbios das demais palavras do enunciado.

diferentes”, para em seguida se posicionar desfavorável a mentira, quando diz: “Entre levantar fatos e falar o que houve **realmente**” (T.M.S., 3º B)²¹, e, em seguida, mostrar-se favorável a verdade: “vemos que suas determinações **sempre** estão em lados **inverso**”, isso só é possível de ser percebido pela orientação argumentativa dos adjetivos e advérbios, pois se retirarmos estes modificadores o texto perde o sentido.

Mesmo com a utilização equivocada da conjunção “porém”, na linha 3, que exprime uma adversidade, uma vez que não satisfaz, neste contexto, ao conjunto **p mas q não – r**, pois caberia aí um operador de conjunção aditiva “e”, que pudesse dar ideia de adição de pensamento. Mesmo com o equívoco cometido não há um esgarçamento do sentido, pois os adjetivos contribuem para reforçar a posição do locutor sobre a mentira e a verdade.

Parafraseando o texto do aluno, podemos compreender que a mentira é completamente diferente da verdade, ou seja, subentende-se que ele ache a mentira uma coisa **muito ruim** e a verdade uma coisa **muito boa**, (posições de contraste), por isso a posição é tão evidenciada pelos adjetivos que acompanham os sintagmas: “espaços **distintos**” (linha 3); “atividades completamente **diferentes**” (linha 4); “determinações sempre em lados **inversos**” (linha 6).

No primeiro caso, temos o que Ducrot chama de modificador realizante (MR), pois aumenta a força argumentativa do predicado ao qual é aplicado no enunciado; e no segundo e no terceiro, modificadores sobre-realizantes (MS), porque ao reforçar a orientação argumentativa do predicado sobre o qual atua, incide em comentário subjetivo do locutor.

Os adjetivos “distintos” (linha 3), “diferentes” (linha 4) e “inversos” (linha 6) orientam argumentativamente a posição do locutor que permite convencer seu interlocutor, bem como marcar seu posicionamento com relação à mentira, como também remetem ao mesmo campo semântico no texto. Vejamos o que nos apresenta o dicionário Buarque (2004) sobre esses adjetivos:

- **Distinto**²², que não é igual; diferente; que se pode distinguir; que não se confunde.
- **Diferente**, que não é igual, que difere; desigual.

²¹ Manteremos em todas as análises os textos dos alunos transcritos como no original

²² No texto original encontra-se grafado *destinto*. Neste caso grafamos a palavra correta, pois estamos apresentando o conceito retirado do dicionário.

- **Inverso**, oposto, contrário; contrário ao sentido ou ordem natural.

Logo, podemos inferir que mentira e verdade para o locutor não se confundem, diferem, divergem entre si, estão em lados opostos.

Além dos adjetivos, o locutor se utiliza de advérbios como: **completamente**, **realmente** e **sempre**. No primeiro exemplo temos: (mentira e verdade) “atividades **completamente** diferentes” (linha 4).

O advérbio “completamente” visa intensificar o adjetivo “diferente”, pois, para o locutor, “mentira” e “verdade” não são apenas “diferentes”, mas, sim “completamente diferentes”, essa ênfase não deixa margem para dúvidas sobre essas diferenças, as quais são responsáveis por colocar mentira e verdade em espaços distintos, culminando com a conclusão: “por isso **sempre** estão em lados **inversos**”, mais uma vez, o uso de um advérbio, desta vez, “sempre”, enfatizando o espaço de tempo, pois, para o locutor, não é às vezes, mas sempre, que elas se encontram em lados inversos.

Em uma paráfrase, “atividade **completamente diferente**” poderia ser substituída por “atividade **diferentíssima**”, assim teríamos um superlativo de superioridade absoluta sintética, que levaria a um grau ainda mais positivo do sentido do nome. O substantivo atividade teria sua gradualidade alterada de forma significativa nos seguintes sintagmas:

- E1 - atividade diferente (MR)
- E2 - atividade completamente diferente (MS)
- E3 - atividade **diferentíssima** (MS)

Como podemos observar, o adjetivo “diferente” no contexto linguístico sob análise funciona como um modificador **sobrerrealizante** (MS), pois reforça a orientação argumentativa do predicado ao qual é aplicado e ainda tem o advérbio “completamente”, que intensifica o significado do adjetivo diferente, para: **completamente diferente; diferentíssimo**.

É argumentativo porque aponta polifonicamente para a presença de dois enunciadores, um dos quais o E2, que é assumido pelo locutor, e o E3, o qual o locutor se identifica. Assim, os modificadores, além de reforçar a orientação argumentativa, têm também uma outra função fundamental, que é a de revelar a posição argumentativa assumida pelo locutor, no discurso.

5.1.2 Recorte B do manuscrito 1

7 A mentira por sua vez, apresenta uma função
 8 **frequente e mesquinha**. Com o levante de opiniões
 9 **opostas** do que é real e verdadeiro, não apenas
 10 visa à discursão entre o erro e o acerto como cria uma
 12 versão onde se ocupa em confundir o seu meio e participantes.

No recorte acima que dá continuidade ao texto, especificamente, no segundo parágrafo, o locutor retoma o termo “mentira” (linha 7) e enfatiza seu lado negativo e seu repúdio por essa prática tão comum e freqüente em nossa sociedade. Para tal, utiliza-se do sintagma nominal “função **frequente e mesquinha**” (linha 8).

Tomando como referência o que nos diz Buarque (2004), sobre o significado do substantivo, função: prática ou exercício de função; posição, papel; atribuição. E sobre os adjetivos, freqüente e mesquinha; o primeiro pode significar: repetido, continuado, assíduo, comum, habitual. E o segundo seria; insignificante, parco, sórdido, baixo, avaro.

Logo, o que o locutor pretende é sustentar a idéia apresentada no primeiro parágrafo de que a mentira é o oposto da verdade, portanto não é boa, mas que apesar disso ela se constitui em uma prática habitual, que faz levantar opiniões opostas sobre o real e o verdadeiro; o certo e o errado chegando a confundir os envolvidos.

Para esse entendimento do leitor, o locutor se utiliza dos seguintes sintagmas nominais; “função **frequente e mesquinha**” (linha 8); “opiniões **opostas**” (linha 9).

Nos dois casos, temos Modificadores realizantes (MR), uma vez que reforçam a idéia de que a mentira é uma prática comum, habitual, repetida e freqüente em nossa sociedade, mas que mesmo tendo se tornado comum não é boa, uma vez que levanta opiniões opostas e cria uma confusão entre os envolvidos.

5.1.3 Recorte C do manuscrito 1

12 Na sociedade, em que vivemos a transição dos valores
 13 **reais** da vida, baseados em tradições estão sendo **notável-**
 14 **mente** distinguidos, isto é, aqueles resultantes dos nossos

15 antepassados, pois **hoje raramente** algo dito ou
 16 questionado como o correto é **difícilmente acreditável**.

No terceiro parágrafo, o locutor retoma acontecimentos do passado para explicar fatos do presente, ou seja, se utiliza da alusão histórica como um argumento que a seu ver favorece a disseminação da mentira, em maiores proporções, na sociedade atual, pois os valores, que ele enfatiza como **reais** (linha 13), baseados nas tradições estão sendo **notavelmente** (linha 13 e 14) distinguidos dos de **hoje** (linha 15), o advérbio hoje funciona aqui como um ativador de pressuposição ao permitir uma leitura do tipo: antigamente confiava-se nas palavras de alguém, no entanto, hoje não se tem a menor credibilidade.

E ainda acrescenta os advérbios: **difícilmente** e **raramente** para enfatizar seus pontos de vista, uma vez que é difícil (**difícilmente** linha 16) e raro (**raramente** linha 16) acreditar em algo dito ou questionado como correto, ou seja, para o locutor, hoje (na atualidade) não se respeitam os valores tradicionais, como era no passado (alusão histórica), culminando assim com a disseminação desenfreada da mentira.

A pressuposição é citada por Ducrot, como exemplo de polifonia de enunciadores. Nela, o locutor atualiza dois enunciadores e assume duas diferentes posições com relação a estes: aprova um e se identifica com outro.

Hoje, raramente e dificilmente acredita-se nas palavras das pessoas.

E1 – Antigamente acreditava-se mais e facilmente nas palavras das pessoas.
(pressuposto)

E2 – Hoje não se acredita mais. (posto)

Com relação a esse primeiro enunciador, a posição de L é de aprovação. Com relação ao segundo enunciador, descrito como posto, a posição de L é de identificação.

Isto remete a um posicionamento do locutor com relação à visão do antes, pois no passado havia mais respeito aos valores (ex.). Logo, a verdade, por ser considerada um valor, logo seria mais valorizada; hoje, o não respeito às tradições (traduza-se, aqui valores) não são tão respeitadas, logo não se reconhece os méritos dos valores.

Sendo assim, a verdade, por constituir-se um valor, não seria valorizada e a mentira teria melhores condições de se propagar e de se tornar um hábito comum, rotineiro, frequente, visto como algo natural, como ele explicita no segundo

parágrafo “(...) na sociedade, em que vivemos a transição dos valores **reais** da vida, baseados em tradições estão sendo **notavelmente** distinguidos, isto é, aqueles resultantes dos nossos antepassados, pois **hoje raramente** algo dito ou questionado como o correto é **difícilmente acreditável**”.

O que podemos inferir, mais uma vez, é que o locutor se utilizou do adjetivo “reais” (linha 13) para especificar os tipos de valores da vida baseados na tradição. Ele faz uso também do operador discursivo “isto é” (linha 14), que visa a esclarecer e a desenvolver a enunciação anterior. Os modificadores, mais uma vez, usados pelo locutor trazem sentido ao enunciado, evitando o esgarçamento do sentido do texto.

5.1.4 Recorte D do manuscrito 1

17 Deixando de lado as marcas **obviamente** existentes
 18 por esse uso **compulsivo**, desde que tudo criado se trans-
 19 forme em algo **acontecido e positivo**, pode-se dizer **al-**
 20 **ternativamente** se todos trabalhassem em intenções **iguais**,
 21 deferia esse quadro de levantes **falsos**, invertido em coisas
 22 **significativas** e de sentido **real**.

Para finalizar seu discurso, o locutor faz uso de mais seis adjetivos e dois advérbios (“obviamente”, na linha 17; “compulsivo”, na linha 18; “acontecido” e “positivo”, na linha 19; “alternativamente”, nas linhas 19 e 20; “iguais”, na linha 20; “falsos”, na linha 21, e “significativas” e “real”, na linha 22), o que podemos observar é que apesar de o texto estar muito marcado pela oralidade, podemos por meio dos modificadores, ainda assim, conseguir perceber as intenções iniciais do locutor, que é o de defender a verdade e opor-se ao uso compulsivo da mentira.

Parafraseando, mais uma vez, no texto poderíamos ter: se deixar de lado o uso **compulsivo** da mentira e criar novos hábitos positivos (algo **positivo**, subtede-se verdadeiro), **alternativamente** se todos trabalhassem em intenções **iguais** deveria esse quadro de levantes **falsos** (subtede-se mentira), teríamos uma sociedade diferente marcada pelas coisas **significativas** e o sentido **real** (subtede-se sob a ótica da verdade).

Tomando os sintagmas presentes no recorte D, temos:

- (1) Uso compulsivo (MR)
- (2) Algo positivo (MR)
- (3) Intenções iguais (MR)
- (4) Levantes falsos (MD)
- (5) Coisas significativas (MR)
- (6) Sentido real (MR)

Significar, para um enunciado, é orientar. “De modo que a língua, na medida em que contribui em primeiro lugar para determinar o sentido dos enunciados, é um dos lugares privilegiados onde se elabora a argumentação” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, prefácio; tradução minha). No caso dos modificadores em estudo, podemos ver que eles estão a serviço de uma “intenção” argumentativa específica, remetendo ao conjunto de elementos de um texto, contendo sua deriva e os possíveis esgarçamentos.

5.2 Manuscrito 2: O uso social da mentira

Título: O uso social da mentira

Aluna: L. F. D. S.

Série: 3º A

Tipo Textual: argumentativo

Gênero: Manuscrito escolar

Data da produção: 12 de julho de 2007

Tercio dissertativo - argumentativo
Tema: O uso social da mentira

Observa-se que o uso da mentira já está no conceito social das pessoas. Pois seu desenvolvimento é muito grande, e que em bastantes aspectos ela vive a nos cercar.

Um elevado nível de mentiras que aparecem em uma sociedade é muito grande, vemos esses constantes até principalmente nas áreas políticas. Pois quantas das vezes a corrupção vem a enganar as pessoas. Ela vem se mantendo cada dia mais constantes na vida delas chega até ser, como um ilício, pois cada vez que se mente, mente-se para sempre. A tendência de sair essa situação é a melhor maneira para se viver em uma sociedade, bem estruturada e desenvolvida.

Por tanto, estar bem no mundo em que vivemos não significa enganar as pessoas nem tão pouco mentir para elas, sempre é bom nos os erros cometidos, pois muita as vezes a própria sociedade é quem sofre por mentiras que são cometidas por pessoas desonestas.

QUADRO 9 – Modificadores do manuscrito 2

ADVÉRBIOS	ADJETIVOS	ENUNCIADOS
Muito ; (I.3)	social ; (I.2) grande ;(I.3) bastantes; (I.3)	Observa-se que o uso da mentira já está no conceito social das pessoas. Pois seu desenvolvimento é muito grande , e que em bastantes aspectos ela vive a nos cercar..
Muito; (I.6) principalmente; (I.7)	Elevado; (I.5) Grande; (I.6) Constantes ;(I.6) Políticas; (I.7)	O elevado nível de mentiras que aparecem em uma sociedade é muito grande , vemos esses constant es atos principalmente nas áreas políticas . Pois quantas das vezes a corrupção vem a enganar as pessoas.
Mais; (I.9) Sempre; (I.11) Melhor; (I.12) Bem; (I.13)	Constantes;(I.9) estruturada; (I.13) desenvolvida; (I.13)	Ela vem se mantendo cada dia mais constantes na vida delas chega até ser um vício, pois cada vez que se mente, mente-se para sempre . A tendência de sair dessa situação é a melhor maneira para se viver em uma sociedade bem estruturada e desenvolvida .
Bem; (I.14) Não; (I.15) Sempre; (I.16) Muita; (I.16)	Própria ;(I.17) Desonestas	Portanto, estar bem no mundo em que vivemos não significa enganar as pessoas nem tão pouco mentir para elas, sempre é bom ver os erros cometidos. Pois muita das vezes a própria sociedade é quem sofre por mentiras que são cometidas por pessoas desonestas .

5.2.1 Recorte A do manuscrito 2

<p>I.1 Observa-se que o uso da mentira já está no</p> <p>I.2 conceito social das pessoas. Pois seu desenvolvimento</p> <p>I.3 é muito grande, e que em bastantes aspectos ela vive</p> <p>I.4 a nos cercar.</p> <p>I.5 O elevado nível de mentiras que aparecem em uma</p>
--

- I.6 sociedade é **muito grande**, vemos esses **constantes** atos
- I.7 **principalmente** nas áreas **políticas**. Pois quantas das
- I.8 vezes a corrupção vem a enganar as pessoas. Ela vem
- I.9 se mantendo cada dia **mais constantes** na vida delas
- I.10 chega até ser um vício, pois cada vez que
- I.11 se mente, mente-se para **sempre**. A tendência de sair

Já no primeiro recorte, podemos perceber um locutor que se utiliza em seu discurso da impessoalidade e que irá manter essa estratégia em praticamente todo texto, essa estratégia argumentativa objetiva insentá-lo da responsabilidade, ou de ainda escondê-lo por trás da máscara da imparcialidade, para tal objetivo, inicia seu discurso em terceira pessoa, retirando, assim, qualquer marca pessoal de sua enunciação.

O locutor (L1) põe em cena a voz de dois enunciadores: E1 (enunciador genérico) que o distancia do enunciado, utilizando o verbo em terceira pessoa “observa-se” que por não identificar quem observa, subtende-se que se refere a uma certeza coletiva já cristalizada, portanto uma opinião aceita pela comunidade específica em que L1 se inscreve, atualizada pela forma tópica FT 1, quanto + P + Q (quanto mais aceita e usada pela sociedade for a mentira, mais desenvolvimento social ela terá e mais facilidade de ser uma coisa comum). Sendo assim, resta ao destinatário aceitá-la como tal, uma vez que traduz o consenso.

A forma tópica 2, quanto - P - Q (quanto menos aceita e usada pela sociedade for a mentira, menos desenvolvimento ela terá e menos facilidade de ser considerada uma coisa comum). Faz surgir um novo enunciador E2 (opinião de L1). No final do recorte, aparece timidamente o locutor através da marca de primeira pessoa do plural do pronome oblíquo “nos” antes do verbo cercar para dizer que a mentira, que é um conceito criado e propagado pela sociedade, “vive a nos cercar”, ou seja, independente de saber se ela é maléfica ou não acabamos nos adequando a ela por considerá-la uma prática comum, natural e inerente ao homem, sujeito social, que a constrói no social.

Esse locutor concorda com E1, imprimindo ao discurso a orientação argumentativa determinada por tal enunciador: a de que quanto mais propagação desse conceito social das pessoas mais desenvolvimento da mentira. Através do emprego do pronome oblíquo “nos” o locutor dá a impressão de estar agora

dialogando com o destinatário/ interlocutor/ alocutário e se apresenta como se tivesse sido designado por aqueles para falar em nome de todos. Esta é outra estratégia argumentativa utilizada pelo locutor do texto.

Com relação ao uso dos modificadores como recurso linguístico capaz de orientar argumentativamente, o discurso do locutor, temos no texto todo doze adjetivos e onze advérbios; uns marcam com mais ênfase a orientação e outros remetem ou ratificam, o que já fora posto pelo locutor ou seus enunciadores, auxiliando as possíveis conclusões do discurso.

Para sustentar a sua tese inicial, a de que “a mentira está impregnada na sociedade, pois já passou a ser um conceito social, portanto, comum, tornando-se, inclusive, um vício para a maioria”. Para isso, ele inicia seu discurso caracterizando esse conceito com o adjetivo **social**, com isso procura evidenciar com esse modificador que o conceito vai sendo constituído no seio dessa sociedade como um tipo de cultura que vai sendo adquirida com o convívio e o desenvolvimento é tamanho, que acaba se tornando algo corriqueiro comum.

Ele sai do campo do geral para o particular ao trazer como exemplo uma área onde essa prática é algo extremamente comum e natural, a área política, uma vez que essa informação é de grande domínio social, pois a mídia divulga constantemente essa prática nessa área. Podemos aqui dizer que ele se valeu de um argumento de autoridade.

Essas interpretações se tornam possíveis pelas marcas dos adjetivos e advérbios em seu discurso, a princípio ele usa: (“social”, linha 2; “grande”, linha 3 e linha 6; (duas vezes), “bastantes”, linha 3; “elevado”, linha 5; “constantes”, linha 6 e linha 9 (duas vezes); “políticas”, linha 7). Alguns estão antepostos (“bastantes”, “elevado”, “constantes”), apresentando, portanto uma marca subjetiva do locutor, na qual ele se posiciona de forma avaliativa. Os demais se apresentam pospostos determinando objetividade ao dito.

Para tratar do desenvolvimento da mentira, ele precisou de um sintagma nominal composto por um substantivo, um advérbio e um adjetivo, “desenvolvimento muito grande”. Aqui podemos caracterizar o que Ducrot chama de modificadores, pois o objetivo do locutor é qualificar o tipo do desenvolvimento, no entanto, esse adjetivo não foi suficiente, uma vez que ele queria que seus interlocutores soubessem que esse desenvolvimento é intenso, para isso acrescenta um advérbio de intensidade **muito** ao sintagma. Dessa maneira, poderíamos ter o substantivo

desenvolvimento com sua gradualidade alterada de forma significativa nos seguintes sintagmas:

E1- Desenvolvimento grande. MR

E2 - Desenvolvimento muito grande. (Superlativo absoluto analítico) - MS

E3 – Desenvolvimento grandíssimo. (superlativo absoluto sintético) - MS

Em uma paráfrase, “desenvolvimento muito grande” poderia ser substituído por “desenvolvimento grandíssimo”, assim teríamos um superlativo de superioridade absoluta sintético, que levaria a um grau ainda mais positivo do sentido do nome.

Como podemos observar, o adjetivo “grande” no contexto linguístico sob análise funciona como um modificador sobreerrealizante (MS), pois reforça a orientação argumentativa do predicado ao qual é aplicado e ainda tem o advérbio “muito”, que intensifica o significado do adjetivo grande, para: muito grande; grandíssimo.

É argumentativo porque aponta polifonicamente para a presença de dois enunciadores, um dos quais o E2, que é assumido pelo locutor, e o E3, o qual o locutor se identifica. Assim, os modificadores, além de reforçar a orientação argumentativa, têm também uma outra função fundamental, que é a de revelar a posição argumentativa assumida pelo locutor, no discurso.

Fazendo referência ainda a mentira e ao seu grandíssimo desenvolvimento, traz o adjetivo “bastantes” para caracterizar os aspectos; “elevado” para qualificar o nível das mentiras e “políticas” para caracterizar a área de maior prática desse ato. Retoma o termo mentira pelo sintagma nominal “**constantes** atos’, no qual o adjetivo “constantes” remete a ideia de ato repetido, corriqueiro, expressa no início do discurso. Este adjetivo encontra-se em posição anteposta ao substantivo apontando, portanto, uma marca subjetiva do locutor, na qual ele se posiciona de forma avaliativa de acordo com Calou e Serra (2003); Câmara Jr. (1984) e Barros (1985)²³.

Podemos capturar no mesmo recorte mais duas situações em que os adjetivos se encontram com em posição anteposta: **bastantes** aspectos e **elevado**

²³ Quando tratam da posição do adjetivo e são unânimes com relação a anteposição do adjetivo, que para eles têm caráter conotativo e tende a adquirir matiz sentimental, já que, além da descrição, há uma ênfase, um chamar atenção para a característica, pois há envolvimento emocional, um julgamento por parte do falante sobre a característica apresentada. Portanto, para os referidos autores a anteposição pode servir a um propósito de intensificação da qualidade.

nível, e podemos atribuir o mesmo tipo de análise para eles, ou seja, apresentam juízo de valor, procurando intensificar as características mostradas.

Para especificar o espaço social onde a mentira é ainda mais constante, traz um advérbio de modo “principalmente”, através do qual apresenta uma área onde essa prática é muito comum: as áreas **políticas**, que no recorte em estudo apresenta valor semântico negativo. Pois, para o enunciador é nessa área que a corrupção se desenvolve e a mentira se alastra assustadoramente chegando a ser vista como um vício, no qual o enunciador sugere pelo uso do advérbio “sempre” que quando alguém mente se torna viciado e não o deixa de praticá-la mais.

5.2.2 Recorte B do manuscrito 2

I. 11 (...) A tendência de sair
 I. 12 dessa situação é a **melhor** maneira para se viver em
 I. 13 uma sociedade **bem estruturada e desenvolvida**.
 I. 14 Por tanto, estar **bem** no mundo em que vivemos **não**
 I.15 significa enganar as pessoas nem tão pouco mentir para
 I. 16 elas, **sempre** é bom ver os erros cometidos. Pois muita
 I. 17 das vezes a **própria** sociedade é quem sofre por mentiras
 I. 18 que são cometidas por pessoas **desonestas**.

Para concluir seu discurso, o locutor traz nesse recorte cinco adjetivos e quatro advérbios e inicia com a seguinte construção argumentativa: sociedade **bem estruturada e desenvolvida** é a sociedade sem mentiras, pois muitas das vezes é a **própria** sociedade quem sofre por mentiras que são cometidas por pessoas **desonestas** (pessoas mentirosas). Nesse caso, ele recorre ao topos: a mentira leva a sociedade ao sofrimento. Aqui, podemos ter duas formas tópicas:

FT1: quanto mais a sociedade mente, mais a sociedade sofre.

FT2: quanto menos a sociedade mente, menos ela sofre.

Dessa forma, o locutor, através das marcas de primeira pessoa do plural representada pelo verbo “vivemos”, põe em cena um enunciador genérico (E1), que atualiza o topos “a mentira leva a sociedade ao sofrimento” (topos concordante), que é comum, pelo menos, para o grupo no qual L se inscreve atualizada pela forma tópica FT 1, quanto + P + Q (quanto mais a sociedade mente, mais a sociedade

sofre). Sendo assim, resta ao interlocutor aceitá-la como tal, uma vez que traduz um certo consenso.

A forma tópica 2, quanto - P - Q (quanto menos a sociedade mente menos ela sofre). Faz surgir um novo enunciador, E2 (opinião de L1). No final do recorte, aparece mais uma vez o locutor, como já foi dito anteriormente, através da marca de primeira pessoa do plural representado nesse recorte pelo verbo na primeira pessoa do plural do presente do indicativo “vivemos” para dizer que “a **melhor** maneira de estar **bem** no mundo é **não** enganar e **nem** mentir, pois muita das vezes por causa das pessoas **desonestas**, a **própria** sociedade é quem sofre as conseqüências”.

Temos “melhor” linha 12, anteposto ao substantivo maneira, como um modificador sobrealizante (MS) por aumentar a força argumentativa do substantivo “maneira” e ainda apresentar um comentário avaliativo do locutor. O advérbio **bem** funciona como um modificador realizante (MR), por aumentar a força argumentativa do verbo estar.

Os advérbios de negação, linha 14 funciona como modificador derrealizante (MD) inversor por inverter a força argumentativa dos verbos enganar e mentir que apresentam carga semântica negativa no contexto. No caso dos adjetivos “própria”, linha 17 e “desonesta”, linha 18, funcionam respectivamente como modificadores sobrealizantes (MS), pois além de aumentar a força argumentativa dos substantivos a que estão ligados ainda apresentam comentários avaliativo do locutor.

Observemos a importância dessas palavras chamadas por Ducrot e colaboradores de modificadores e a sua importância no discurso. Nesse recorte, foram utilizados nove, se os retirarmos o enunciado perderá o sentido, pois não temos como entender a orientação argumentativa, uma vez que são eles que caracterizam, qualificam, especificam, intensificam, avaliam etc. o que o locutor pretende deixar como pistas para que seus interlocutores possam captar o dito e o não dito. Como podemos ver abaixo teremos o mesmo recorte, agora sem os modificadores:

(...) A tendência de sair dessa situação é a maneira para se viver em uma sociedade. Portanto, estar no mundo em que vivemos significa enganar as pessoas nem tão pouco mentir para elas, é bom ver os erros cometidos. Pois, muita das vezes, a sociedade é quem sofre por mentiras que são cometidas por pessoas.

O discurso perde o sentido, pois com a retirada dos modificadores as orientações argumentativas que eram dadas pelas pistas deixadas pelos modificadores se perdem e o texto se esgarça.

5.3 Manuscrito 3: o uso social da mentira

Título: O uso social da mentira

Aluna: V.L.D.O

Série: 3º A

Tipo Textual: argumentativo

Gênero: Manuscrito escolar

Data da produção: 12 de julho de 2007

Vania Lopes de Oliveira nº 30 3º A'''

Português 12.07.07

Tema: O uso social da mentira

Observa-se que a mentira desmedida dentro da sociedade independente da situação, é uma falta de respeito.

Verdade é algo limpo, não há como desconfiar mesmo que há desconfiança a verdade é justa, se falso a verdade estou respeito a me e a sociedade.

Mentira é algo sujo, sempre há desconfiança como é falso não tem como se esconder, sempre o que vem de mentira é ruim, como roubo, matar prejudicar o próximo, muitas vezes há necessidade, mais para um bom cidadão é verdade é sempre útil.

Aquele se respeita e respeita o próximo e sempre fala a verdade.

QUADRO 10 – Modificadores do manuscrito 3

ADVÉRBIOS	ADJETIVOS	ENUNCIADOS
Independente; l. 2		Observa-se que a mentira desenvolvida dentro da sociedade independente da situação, é uma falta de respeito (...)
Não; l.4	Limpo; l.4 Justa; l.5	Verdade é algo limpo , não há como desconfiar mesmo que há desconfiança a verdade é justa , se falo a verdade estou respeito a me e a sociedade
Sempre; l. 7 Não; l.8 Sempre; l. 8 Sempre; l. 11	Sujo; l.7 Falso; l.8 Ruim; l.9 Bom; l. 11 Útil; l. 11	Mentira é algo surgo , sempre há desconfiança como é falso não tem como se esconder, sempre o que vem de mentira é ruim , como rouba, matar prejudicar o próximo, muitas vezes há necessidade, mais para um bom cidadão a verdade é sempre útil
Sempre; l. 12		Aquele se respeita e dá respeito o próximo e sempre fala a verdade.

5.3.1 Recorte A do manuscrito 3

<p>I.1 Observa-se que a mentira desenvolvida dentro</p> <p>I.2 da sociedade independente da situação, é uma</p> <p>I.3 falta de respeito.</p> <p>I.4 Verdade é algo limpo, não há como desconfiar</p> <p>I.5 mesmo que há desconfiança a verdade é justa, se falo</p> <p>I.6 a verdade estou respeito a me e a sociedade.</p>

Com relação ao uso dos modificadores como recurso linguístico capaz de orientar argumentativamente o discurso do locutor, evitando o esgarçamento do texto, podemos encontrar em todo o discurso sete adjetivos (“limpo”, linha 4; “justa”, linha 5; “surgo”, linha 7; “falso”, linha 8; “ruim”, linha 9; “bom”, linha 11; “útil”, linha 11)

e sete advérbios (“independente”, linha 2; “não”, linha 4; “sempre”, linha 7; “não”, linha 8; “sempre”, linhas 11 e 12), uns marcam com mais ênfase a orientação e outros remetem ou ratificam o que já fora posto pelo locutor ou seus enunciadores, auxiliando as possíveis conclusões do discurso.

Em seu discurso, o locutor se valeu de dois enunciadores o genérico E1 e E2, nos quais pretende, a princípio pela impessoalidade, representada pelo uso do verbo introdutório no discurso “observa-se” (na linha 11), como também de outros em terceira pessoa, mostrando um não envolvimento desse locutor, que pretende apresentar seus pontos de vista através de enunciadores, que vão surgindo ao longo do seu discurso.

Temos também a sua marca expressa em primeira pessoa representada pela conjugação do verbo falar expresso pela primeira pessoa do tempo presente do modo indicativo “falo” (linha 6) e pelo uso do pronome oblíquo átono “me”, na (linha 6), utilizado no lugar do tônico, uma vez que, nesse caso, caberia o oblíquo tônico “mim”, por estar antes de uma preposição. O que podemos perceber é que mesmo cometendo um deslize as normas, da qual a língua em uso está sujeita, é possível perceber que o locutor quer referir-se a sua pessoa. Assim, temos dois enunciadores:

E1: observa-se que a mentira, independente da situação é falta de respeito.

E2: se falo a verdade estou respeitando a me (sic) e a sociedade.

Pelas marcas verbais, o locutor (L1) põe em cena a voz de dois enunciadores: E1 (enunciador genérico) que o distancia do enunciado, utilizando o verbo em terceira pessoa “observa-se” que por não identificar quem observa, subtende-se que se refere a uma certeza coletiva já cristalizada, portanto uma opinião aceita pela comunidade específica em que L1 se inscreve, atualizada pela forma tópica FT 1, quanto + P + Q (quanto mais mentira desenvolvida dentro da sociedade, mais falta de respeito), portanto, menos verdade. Sendo assim, resta ao destinatário aceitá-la como tal, uma vez que traduz o consenso.

A forma tópica 2, quanto - P - Q (quanto menos mentira desenvolvida dentro da sociedade, menos falta de respeito), portanto mais verdade. Faz surgir um novo enunciador E2 (opinião de L1). Esse locutor concorda com E1, imprimindo ao discurso a orientação argumentativa determinada por tal enunciador: a de que quanto mais mentira, mais falta de respeito e se identifica com o E2.

Com relação aos modificadores, o locutor nesse recorte em análise utilizou-se de dois adjetivos e dois advérbios. Para falar da verdade, ele a caracteriza através dos sintagmas nominais:

Verdade algo **limpo**.

Verdade (algo) **justo**.

Temos aí um paralelismo presente no texto e mesmo não estando expresso o substantivo “algo”, no segundo enunciado subentende-se a presença dele. Os adjetivos nesse caso são modificadores realizantes (MR), uma vez que aumentam a força argumentativa do substantivo “verdade”. E o advérbio de negação um modificador desrealizante (MD) inversor por inverter a força argumentativa do verbo haver.

5.3.2 Recorte B do manuscrito 3

I.7 Mentira é algo **surgo**, **sempre** há desconfiança como é

I.8 **falso não** tem como se esconder, **sempre** o que vem

I.9 de mentira e **ruim**, como rouba, matar prejudicar o

I.10 próximo, **muitas** vezes há necessidade, mais para um

I.11 **bom** cidadão a verdade é **sempre útil**.

No segundo recorte em análise o locutor, ainda através da impessoalidade, ou seja, valendo-se de um enunciador, vai fazer um contraponto entre a verdade e a mentira, pois ao iniciar seu discurso mostra-se favorável à verdade e apresenta seus argumentos como já fora discutido na análise do recorte A. Neste (recorte B), ele vai mostrar-se desfavorável ao ato de mentir e inicia com o paralelismo: “verdade é algo limpo, justo”; e em seguida do segundo parágrafo: “mentira é algo surgo (sic), falso”.

Os adjetivos “sujo” (linha 7) e “falso” (linha 8) são modificadores realizantes, pois aumentam a força argumentativa do substantivo “mentira”, que já tem uma carga semântica negativa e como os adjetivos também apresentam carga semântica negativa, o substantivo mentira tem o seu grau de negatividade aumentado ao máximo.

O advérbio “sempre” (linhas 7, 8 e 9) aparece três vezes funcionando como modificador realizante (MR), pois procura aumentar a força argumentativa, nos dois primeiros casos dos verbos e do último antecedendo o adjetivo **útil**.

5.3.3 Recorte C do manuscrito 3

I.12 Aquele se respeita e dá respeito o próximo e **sempre**
 I.13 fala a verdade

Nesse discurso de um modo geral podemos perceber em diversos momentos emergir a imprevisibilidade (deslocamento de sentidos, erros ortográficos, atos falhos que são possíveis de irromper no dizer- falado ou escrito).²⁴ Isto fica ainda mais evidente no terceiro recorte, onde o locutor conclui seu discurso, mas, mesmo assim, o texto não se esgarça. Ele, então, conclui querendo expressar que: “Aquele que se respeita e respeita ao próximo sempre fala a verdade”. Reforçando, assim, a ideia de que, a mentira é algo ruim, e a verdade algo muito bom. Que é a posição defendida pelo locutor ao longo de seu discurso.

Para ele não existe meio termo para verdade, ele orienta essa conclusão pelo uso do advérbio que não deixa margem de dúvida sobre seu posicionamento, ao fazer escolha pelo modificador sobrerrealizante (MS) **sempre**.

5.4 Manuscrito 4: o uso social da mentira

Título: o uso social da mentira

Aluna: J. I.D.S.J.

Série: 3º A

Tipo Textual: argumentativo

Gênero: Manuscrito escolar

²⁴ Nesse texto analisado, como em outros presentes neste estudo podemos identificar várias situações na escrita que remetem ao que Lemos (1995), chama de “tensão” na obra de Saussure; a saber: a dificuldade em separar o que é da ordem da língua, do que é da ordem da fala. Dessa forma, de acordo com Farias (1997, p. 42), ao mesmo tempo em que, para isolar a língua como objeto da linguística, Saussure cede à necessidade de excluir o falante, agora é levado a incluí-lo; mas, frisa a autora: “O sujeito que surge, que se revela [não é o que foi excluído (senhor do saber), *acrescentamos*] é o sujeito “efeito da língua”, ficando, portanto, sua liberdade de combinação reduzida à escolha de um caminho que ele não escolheu “ Assim, corroborando com Lemos (1995, p. 12), percebemos que o “individual que retorna é o que se dá na esfera da fala, definida agora como espaço do não- previsto”, uma vez que, segundo Saussure, há o tempo todo, uma língua em funcionamento agindo sobre o sujeito. Desse modo, o corte da cadeia da fala e /ou escrita pode ocorrer em qualquer ponto, fazendo surgir elementos latentes, e será desta relação - da simultaneidade entre os eixos sintagmáticos e paradigmáticos – que emergirá a imprevisibilidade e com ela a possibilidade do aparecimento dos deslocamentos de sentido, do erro ortográfico, dos atos falhos, dos equívocos, enfim das “ocorrências singulares” que podem a qualquer instante irromper no processo de proferição do dizer – falado ou escrito- de um sujeito que, “antes que portador de uma significação prévia ou externa à língua já a habita e é o tempo todo afetado por ela (LEMOS, 1995, p. 7).

Data da produção: 12 de julho de 2007

Texto dissertativo - argumentativo
Tema: O uso social da mentira

É notório que a mentira é algo criado por alguém que acredita ou pelo menos suspeita que seja falso, com o objetivo de que outras pessoas acreditem no que está sendo exposto. Pode ser dividida em duas classes, a ofensiva (feita com má intenção) e as inofensivas (não acarretam em consequências).

Na sociedade a maioria das vezes são inofensivas, e até mesmo consideradas como um pecado. E outras vezes não aceitas normalmente por serem inofensivas.

Hoje em dia a mentira já faz parte do nosso cotidiano. As pessoas hoje em dia tanto fogem mentira, quanto participam dela criada por outra pessoa.

Cada mentira pode surgir uma nova consequência dependendo do seu grau, por isso que grande parte da sociedade não a aceita de forma alguma.

Portanto mentir ou não mentir vem do critério de cada um, mesmo que independentemente da atitude tomada, acarreta consequências de porte baixo ou até consequências catastróficas na vida de um indivíduo despreocupado.

José Ivan dos Santos Junior

3º A

nº: 14

QUADRO 11 – Modificadores do manuscrito 5

ADVÉRBIOS	ADJETIVOS	ENUNCIADOS
<p>Não ; l. 7</p> <p>Normalmente l. 9</p>	<p>Falso l.2</p> <p>Ofensivas; l. 5</p> <p>Má; l. 6</p> <p>Inofensivas; l. 5 e 6</p> <p>Inaceitáveis; l. 7</p> <p>Inofensivas; l. 10</p>	<p>É notório que a mentira é algo criado por alguém que acredita ou pelo menos suspeita que seja falso (...) Pode ser dividida em duas classes, a ofensiva (feita com má intenção) e as inofensivas (não acarretarão em consequências). Na sociedade a maioria das vezes são inaceitáveis, e até mesmo considerados como um pecado. E outras vezes são aceitas normalmente por serem inofensivas.</p>
<p>Hoje; l. 11</p> <p>Hoje; l.12</p> <p>Não; l. 16</p>	<p>Grande; l. 16</p> <p>Alguma; l. 17</p>	<p>Hoje em dia a mentira já faz parte de nosso cotidiano. As pessoas hoje em dia tanto fazem mentira, quantos participam dela criada por outra pessoa. A cada mentira pode surgir uma nova consequência dependendo de seu grau, por isso que grande parte da sociedade não a aceita de forma alguma.</p>
<p>Não; l. 18</p>	<p>Baixo; l.21</p> <p>Catastrófico; l.21</p> <p>Despreocupado; l.22</p>	<p>Portanto mentir ou não mentir vem do critério de cada um, mesmo que independente da atitude tomada ocorre consequência de porte baixo ou até consequências catastróficas na vida de um indivíduo despreocupado.</p>

5.4.1 Recorte A do manuscrito 4

- I.1 É notório que a mentira é algo criado por alguém que
- I.2 acredita ou pelo menos suspeita que seja **falso**.
- I.3 Com o objetivo de que outras pessoas acreditem
- I.4 no que está sendo exposto. Pode ser dividida em duas
- I.5 classes, a **ofensiva** (feita com **má** intenção) e as **inofensi-**
- I.6 **sas** (**não** acarretarão em consequências).

Nesse texto, o locutor (L) aparece através de enunciadores, pois se utiliza de uma estratégia argumentativa, na qual todo discurso é construído pela marca da impessoalidade expressa pelos verbos em terceira pessoa. Logo temos dois enunciadores E1 (enunciador genérico) que o distancia do enunciado, utilizando os verbos em terceira pessoa na I.2 “acredita” e “suspeita”, que tem como sujeito “alguém”, o que revela uma opinião expressa por um sujeito que faz parte da comunidade específica em que (L) se inscreve.

O segundo enunciador E2 (opinião de L), que neste recorte, apresenta a tentativa de objetividade e de isenção diante dos fatos. O discurso inicia com uma fórmula concessiva “é notório que”, que é uma expressão, que segundo Koch (2000, p. 48) classifica como “uma forma cristalizada constituída pela terceira pessoa do singular do verbo ser mais um adjetivo: verbo ser + adjetivo”.

Ainda sobre essa expressão Vigner (1997), diz ser uma marca que explicita a tomada de posição do locutor diante do problema que pretende defender ou acusar. Nesse caso, temos um locutor que não se posiciona explicitamente favorável a uma ou desfavorável a outra. O que podemos perceber pelas evidências é que ele usa a estratégia de classificar a mentira em ofensivas e inofensivas e a partir daí vai apresentando através de enunciadores suas argumentações.

A principal tese defendida pelo locutor é a de que “a mentira é algo criado por alguém que pelo menos acredita ou suspeita que a mentira seja algo falso com o objetivo de que outras pessoas acreditem no que está sendo exposto”. Mesmo não se expondo, mas pela impessoalidade, estratégia argumentativa, utilizada em todo discurso ele deixa implícito que a mentira não é algo bom, uma vez que deixa transparecer pelo uso do adjetivo “falso”, na I. 2, que tem uma carga semântica

negativa, pois, de acordo com o dicionário de Ferreira (2004), é algo não autêntico; que não corresponde à verdade ou à realidade; improcedente; infundado.

Logo, se o locutor classifica a mentira com esse adjetivo e diz mesmo modalizando, através da expressão linguística, “pelo menos” que quem mente sabe o que está fazendo, conseqüentemente, também, acaba agindo de má fé, principalmente se quer fazer o outro acreditar na mentira formulada, como expõe o enunciador. Nesse caso, o adjetivo “falso” (linha 2) funciona como um modificador realizante (MR), pois aumenta a força argumentativa do substantivo mentira, que também tem uma carga semântica bastante negativa, enfatizando assim o posicionamento do enunciador.

Em seguida, seu posicionamento passa a ser dúbio, uma vez que ele vai dizer que há duas classes de mentira: as ofensivas e as inofensivas, ou seja, algumas são prejudiciais, logo não deveriam ser proferidas, mas outras não prejudicam, logo podem ser praticadas. E a partir daí vai apresentado argumentos para ambos os conceitos. Aqui podemos verificar a necessidade de mais dois adjetivos para classificar a mentira: “ofensivas” (linha5) e “inofensivas” (linhas 5 e 6).

O primeiro funciona como um modificador derrealizante (MD) atenuador, pois como o próprio termo indica, atenua o substantivo mentira, que de acordo com o dicionário de Ferreira (2004) indica, uma “afirmação que não corresponde com a verdade, feita com a intenção de enganar”, logo tem carga semântica negativa, e passa a ser amenizada pelo adjetivo “inofensivo”, que significa no mesmo dicionário “aquilo que não faz mal”.

Já o segundo, funciona como um modificador realizante (MR), pois aumenta a força argumentativa do termo mentira que já é negativo e que tem sua negatividade acentuada pelo adjetivo em uso. Pois, se o substantivo **mentira** “é o ato de enganar, ludibriar alguém” (FERREIRA, 2004) e o adjetivo **ofensiva** “é a atitude ou ação de investir contra, atacar, agredir” (FERREIRA, 2004). Ao unir esses dois termos temos uma argumentação evidenciada para o pior.

5.4.2 Recorte B do manuscrito 4

L.7 Na sociedade a maioria das vezes são inaceitáveis , l.8 e até mesmo considerado como um pecado.

I.9 E outras vezes são aceitas **normalmente** por se-
I.10 rem **inofensiva**.

Ao dar continuidade ao seu discurso, no recorte B, podemos ver que ele vai seguindo a mesma linha de pensamento, ou seja, procurando mostrar uma e outra situação exposta por ele para a mentira. Para isso, vai trazer a sociedade para ratificar seus posicionamentos, ela aqui é utilizada como uma espécie de arrazoado por autoridade, que é um tipo de polifonia de locutores, de acordo com Ducrot (1987) na qual o locutor responsável pelo discurso L1 traz outro locutor para o discurso L2, com o qual se identifica: “L assevera que há uma asserção de P por X” (DUCROT, 1987, p. 148). L2 é a autoridade, que L1 traz para o seu discurso como prova do que está asseverando.

Nesse caso, podemos pensar aqui a sociedade como um locutor (L2), uma vez que para o locutor (L1) a sociedade tem um peso maior, ou seja, representa uma autoridade capaz de ratificar o que está sendo dito. Dessa forma, ele diz que a sociedade aceita algumas mentiras e condenam outras, chegando a comparar as inaceitáveis a uma espécie de pecado.

Para atingir seu objetivo, retoma os adjetivos que caracterizam os tipos de mentira: “ofensivas” e “inofensivas” (linha 10), já analisadas no recorte anterior e acrescenta um advérbio modalizador “normalmente” (linha 9) junto ao verbo “aceitar (linha 9), que no caso, em análise funciona com um modificador sobrealizante (MS), pois reforça a argumentatividade do verbo, como também consiste em um comentário subjetivo e polifônico do locutor (L1), afinal a mentira inofensiva, não é apenas aceita, mas é aceita de maneira normal. Demonstrando o tipo de aceitabilidade da sociedade com um determinado tipo de mentira, as inofensivas.

5.4.3 Recorte C do manuscrito 4

I.11 **Hoje** em dia a mentira já faz parte de nosso
I.12 cotidiano. As pessoas **hoje** em dia tanto fazem menti-
I.13 ra, quantos participam dela criada por outra pessoa.
I.14 A cada mentira pode surgir uma nova conse-
I.15 quência dependendo de seu grau, por isso que

I.16 **grande** parte da sociedade **não** a aceita de

I.17 forma **alguma**.

No recorte C, o enunciador procura através da pressuposição, ativada pelo uso do advérbio de tempo “hoje” (linha 11), mostrar que a mentira hoje é algo inerente a sociedade, um processo natural que faz parte do cotidiano, não causando tanta indignação, mas que nem sempre foi assim, ou seja, o posto acaba por ativar o seguinte pressuposto: no passado, não era tão natural quanto hoje aceitar a mentira como um processo normal do cotidiano.

Aqui temos dois enunciadores:

E1: Antigamente a mentira não fazia parte do nosso cotidiano. (pressuposto)

E2: Hoje em dia a mentira já faz parte de nosso cotidiano. (posto)

O advérbio de tempo **hoje** funciona como um ativador de pressuposto, pois permite pressupor: antigamente a mentira não era tão permissiva e corriqueira.

A pressuposição é um exemplo de polifonia de enunciadores. Nela, o locutor atualiza dois enunciadores e assume duas diferentes posições com relação a estes: aprova um e se identifica com outro. Com relação a esse primeiro enunciador, a posição de L é de aprovação. Com relação ao segundo enunciador, descrito como posto, a posição de L é de identificação.

Traz em seguida a seguinte asserção para dizer que as pessoas de hoje tanto mentem, quanto participam da mentira dos outros. Só que faz isso de uma maneira confusa: “as pessoas hoje em dia tanto fazem mentira (mentem) quantos participam dela criada por outra pessoa”. (quanto participam das mentiras criadas por outras pessoas). Para depois dizer que para cada mentira produzida surge uma nova consequência, que dependendo do grau, pode “não” (linha 16) ser aceita de forma **alguma** (linha 17) pela maioria da sociedade.

Usando para esse fim um advérbio e dois adjetivos, que deixa claro que dependendo do tipo da mentira, nesse caso **ofensiva** o grau de aceitabilidade da **grande** parte da sociedade é nenhum.

O adjetivo anteposto aqui tem função avaliativa do locutor, que pretende enfatizar que a sociedade em sua maioria tende a não aceitar a mentira ofensiva.

5.4.4 Recorte D do manuscrito 4

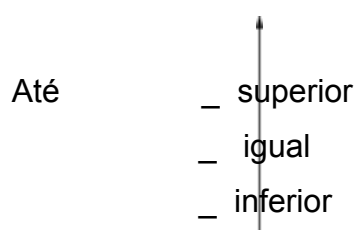
I.18 Portanto mentir ou **não** mentir vem do critério
 I.19 de cada um, mesmo que independente da
 I.20 atitude tomada, ocorre conseqüência de por-
 I.21 te **baixo** ou até conseqüências **catastróficas** na
 I.22 vida de um indivíduo **despreocupado**.

Para encerrar seu discurso introduz na (linha 18) um operador discursivo “portanto” que introduz uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores e para isso o enunciador volta a trabalhar com as duas possibilidades a de mentir ou não mentir, e tomando a mesma posição inicial vai de maneira impessoal dizer que depende do critério que cada um, não se posicionado explicitamente, mas deixando claro que ambas as posições, tanto as mentiras ofensivas quanto as inofensivas, tratadas ao longo do texto deixam conseqüências, sejam elas de “porte **baixo**” (linha 21) ou até “**catastróficas** (linha 21) na vida de um indivíduo **despreocupado**” (linha 22).

Se observarmos o que nos diz Ferreira (2004.) sobre porte: é um substantivo que indica tamanho, dimensão, grandeza, logo o locutor trata aqui da dimensão das conseqüências que para ele é baixo.

No mesmo dicionário, o adjetivo baixo pode significar: pouca intensidade, inferior ao normal, desprezível, de pouco valor. Já o adjetivo catastrófico: indica calamitoso, gravíssimo, desastroso. Com o uso do operador de discurso “até” o locutor introduz o argumento mais forte catastrófico no sentido da conclusão e numa escala teríamos:

As conseqüências das mentiras podem atingir um nível X.



Dessa forma, o locutor usa os adjetivos para orientar sua argumentação, sendo assim, temos no primeiro um modificador derrealizante (MD) inversor, uma vez que porte traz na sua significação interna a ideia de dimensão, grandeza, logo o adjetivo “baixo” (linha 21) inverte essa ideia.

No segundo, temos um modificador realizante (MR), pois “catastrófico” (linha 21) vai aumentar, consideravelmente, a argumentação interna do substantivo porte, dando uma ideia de consequência imensa.

Tudo isso pode acontecer na vida de um indivíduo **despreocupado** (linha 22), ou seja, aquele que está livre de preocupações, tranquilo nem ai para o que a mentira pode acarretar ou não para sua vida.

Aqui o adjetivo funciona como um modificador sobrerrealizante (MS), pois reforça a orientação argumentativa do predicado ao qual está aplicado e ainda indica uma avaliação subjetiva do locutor.

5.5 Manuscrito 5: Drogas

Título: Drogas

Aluna: T. M. S.

Série: 3º ano B

Tipo Textual: argumentativo

Gênero: Manuscrito escolar

Data da produção: 12 de julho de 2007

Você concorda com o uso de drogas?

Bom, eu particularmente não concordo com as drogas, pois elas são substâncias que nos prendem e nos dominam e nos tornam dependentes dela. Quando a ingerimos, seja ela qual for: cocaína, êxtase, cocaína, enfim, da mais fraca à mais forte e relevante estamos fazendo mal ao nosso próprio organismo, nos tornando viciados e cada dia mais necessitados. Depois de acostumados, viciados, não existe solução para que possamos deixar de usá-la, a não ser, que sejamos fortes o suficiente, capazes de lutar para tentar se livrar dela; desse mal. O melhor caminho é a melhor escolha que podemos fazer é nos desviarmos dela e tentarmos escolher o melhor para nós... a vida, de maneira certa e concreta. As drogas só influenciam a fazer coisas ruins; quando a pessoa fica "dopada", a droga toma conta completamente do organismo, tornando-a leve e uma pessoa sem lucidez das coisas que podem fazer; cavando assim, seu próprio "buraco" na maioria das vezes. Devemos ser fortes como as rochas que a tudo suportam, mas nunca como as ondas que apesar de belas se abalam com tudo!"

Diga não às drogas!

4

Vine

Embora eu não concorde com as drogas, acho que as pessoas devem fazer o que querem e o que sabem, mas eu prefiro me manter distante e bem distante delas.

QUADRO 12 – Modificadores do manuscrito 5

ADVÉRBIOS	ADJETIVOS	ENUNCIADOS
Particularmente; (l.3) não; (l.3) poucos; (l.4)	Dependentes; (l.5)	Você concorda com o uso de drogas? Bom, eu particularmente não concordo com as drogas, pois elas são substâncias que aos poucos nos dominam e nos tornam dependentes dela.
mais; (l.7) mal; (l.8) mais; (l. 10)	fraca; (l.7) forte; (l.8) relevante; (l.8) próprio; (l.8 e 9) necessitado; (l.10)	Quando a ingerimos, seja ela qual for: cola, êxtase, cocaína, enfim, da mais fraca à mais forte e relevante estamos fazendo mal ao nosso próprio organismo, nos tornando viciados e cada dia mais necessitado .
não; (l.10 e 11) mal; (l.14) melhor; (l.14 e 16)	fortes; (l.12) certa; (l.17) concreta; (l.17)	(...) Depois de acostumado, viciado, não existe solução para que possamos deixar de usá-la, a não ser, que sejamos fortes o suficiente, capazes de lutar para tentar se livrar dela; desse mal . O melhor caminho e a melhor escolha que podemos fazer é nos desviarmos dela e tentarmos escolher o melhor para nós ... a vida, de maneira certa e concreta .
completamente; (l.19) nunca; (l.24)	ruins; (l.18) dopada; (l.18)	As drogas só influencia a fazer coisas ruins ; quando a pessoa fica “ dopada ”, a droga toma conta completamente do

não; (l. 26)	próprio; (l.22) fortes; (l.23) belas; (l.25)	organismo, tornando-a leve e uma pessoa sem lucidez das coisas que podem fazer; cavando assim, seu próprio “buraco” na maioria das vezes “devemos ser fortes como as rochas que a tudo suportam, mas nunca como as ondas que apesar de belas se abalam com tudo!” Diga não as drogas!
Não; (l.27) Bem; (l.29)		Embora eu não concorde com as drogas, acho que as pessoas devem fazer o que querem e o que gostam, mas eu prefiro me manter distante e bem distante “delas”

Fonte dos dados: recortes retirados do texto da aluna A. P. M. D. S, do 3º ano do ensino médio, turma A.

5.5.1 Recorte A do manuscrito 5

<p>I.1 Você concorda com o uso de drogas?</p> <p>I.2 Bom, eu particularmente não concordo com as</p> <p>I.3 drogas, pois elas são substâncias que aos poucos</p> <p>I.4 nos dominam e nos tornam dependentes dela.</p>

No primeiro recorte, temos o título do texto em forma de pergunta e, em seguida, temos bem demarcado, pelas formas verbais de primeira pessoa, um locutor, que de acordo com Ducrot (1987), é aquele que além de produzir o enunciado também expressa suas promessas, asserções etc. com marcas de primeira pessoa.

Ele inicia o discurso com um advérbio modalizador, “particularmente” (linha 2), assim deixa uma pista que o que vai dizer é dito a partir do seu ponto de vista, seus sentimentos e suas intenções, enquanto locutor, mas traz também para seu discurso dois enunciadores, porque apresenta uma negação, a qual Ducrot denomina de negação polêmica.

Também no início do texto temos a tese defendida pelo locutor do enunciado: “Eu, particularmente não concordo com as drogas”, temos aqui o que Ducrot (1987) chama de negação polêmica, um tipo de polifonia de enunciadores, uma vez que o enunciado negativo permite expressar, simultaneamente, duas vozes antagônicas: uma voz positiva atribuída ao E1, e outra negativa atribuída a outro enunciador, E2. No caso do recorte em análise temos:

L - Bom, eu particularmente não concordo com as drogas.

E1- Eu concordo com as drogas.

E2- Eu não concordo com as drogas.

O locutor mobiliza dois enunciadores: E1, que afirma um enunciado positivo; e E2, que repele aquele ponto de vista, fornecendo o enunciado negativo. Quanto ao locutor, este se identifica com E2, enunciador negativo e rejeita o ponto de vista do enunciador positivo, E1. Ao rejeitar o enunciador positivo e se identificar com o negativo, ele apresenta seus argumentos, ou seja, os motivos, as razões postas por ele para convencer seus interlocutores da validade da tese defendida por ele, ou seja, a de não concordar com o uso de drogas, e o locutor justifica: “elas são substâncias que aos poucos nos dominam e nos tornam dependentes”, ou seja, elas são nocivas ao organismo.

Vale salientar que o locutor inicia seu texto com a marca da primeira pessoa “eu”, mas a partir da linha 5 passa a usar o pronome oblíquo átono “nos” e verbos que remetem a primeira pessoa do plural até a linha 16. Isto representa uma marca importante para o texto argumentativo, pois se ele pretende convencer seu interlocutor, ele não deve referir-se apenas a valores e experiências pessoais, mas como se tivesse se dirigindo a um auditório universal para ser compartilhado pelos interlocutores. Após isso, da linha 17 até a linha 26 faz uso da “impessoalidade” e só no final, da linha 27 a linha 30 retoma o uso do “eu”.

Com relação ao uso da primeira pessoa do plural em detrimento da primeira do singular, os psicólogos e psicolinguístas de Poitiers (COIRIER et al, 1990; GOLDER, 1992) dizem que existem duas grandes operações básicas constitutivas do discurso argumentativo: a justificação e a negociação.

A justificação para eles pode ser distinguida por dois tipos de sub-operações: as de sustentação e as de receptibilidade e é essa segunda a que nos interessa entendê-la aqui, para poder explicar essa mudança de posição do locutor.

Eles a definem como sendo o emprego pelo sujeito de argumentos com um certo grau de generalidade . Já que os argumentos visam convencer, eles não podem referir-se aos valores e experiências pessoais do locutor, mas devem ser apresentadas como se dirigindo a um auditório universal para ser compartilhado com o interlocutor. Para tanto, é evidenciada a transição de um discurso em que predomina um “eu” para um discurso que predomina o “nós”. É o que percebemos no discurso desse locutor.

Para explicar como a droga vai se apropriando do sujeito até levá-lo a destruição e / ou a morte, o locutor se utilizou de adjetivos e de advérbios que tiveram relevante papel, pois à medida que ele vai apresentando o seu ponto de vista sobre o assunto ele vai qualificando, e como diz Charaudeau (1992, *apud* SOARES, 2008), qualificar é tomar partido, pois toda qualificação testemunha a maneira pela qual o sujeito falante interpreta a realidade, refletindo assim sua subjetividade, nesse sentido, os adjetivos e os advérbios são formas desencadeadoras de valores, positivos ou negativos.

Nos recortes que apresentamos, é possível notar a intenção do locutor unicamente pelo uso dos adjetivos e advérbios. Além dos diferentes sentidos, é possível detectar a intenção do falante a partir do uso desses recursos linguísticos, ou seja, há um viés argumentativo nos enunciados bem como há uma intenção na escolha lexical.

Passemos então, propriamente à análise dos adjetivos e advérbios. O texto está permeado por 14 (quatorze) adjetivos e 15 (quinze) advérbios. A análise será focada no poder argumentativo desses marcadores linguísticos. Os discursos serão analisados de acordo com os recortes onde eles estão distribuídos.

Já na tese defendida pelo locutor ele usa um advérbio modalizador “particularmente” (linha 3), para poder expressar sua opinião e inclusive se posicionar com relação à pergunta do título, “Você concorda com o uso de drogas?”, utiliza também o advérbio “poucos” (linha 4) para tratar da intensidade com que as drogas se apropriam do organismo, ou seja, ele usa a expressão “aos poucos” (linha 4), que sugere algo que é traiçoeiro, que de forma lenta, vai se apropriando sem que o usuário sinta e de repente está dominado pelo mal e complementa com o adjetivo “dependentes” (linha 4), o qual vai caracterizar, de forma negativa, o usuário, que seria em outras palavras, um sujeito assujeitado, subordinado as drogas.

Essas palavras escolhidas pelo locutor para seu discurso orientam argumentativamente para o perigo do uso das drogas, portanto não devem ser usadas na percepção do locutor do discurso.

5.5.2 Recorte B do manuscrito 5

I.6 Quando a ingerimos, seja ela qual for: cola,
 I.7 êxtase, cocaína, enfim, da **mais fraca** à **mais**
 I.8 **forte** e **relevante** estamos fazendo **mal** ao nosso **pró-**
 I.9 **prio** organismo, nos tornando **viciados** e cada
 I.10 dia **mais necessitado**.

Neste recorte, ele vai listar alguns tipos de substâncias químicas, no entanto, sua intenção é apresentar o perigo delas em uma escala de valores e para isso ele se expressa através do sintagma nominal composto de três adjetivos, “fraca”, (linha 7); “forte” (linha 8) e “relevante” (linha 9), sendo que dois estão antecidos pelo advérbio de intensidade “ mais” (linha 7).

Mesmo ele tendo usado o modificador sobrerealizante (MS) “mais forte” (linhas 7 e 8), representado pelo sintagma nominal “drogas **mais fortes**”, (substantivo + advérbio de intensidade + adjetivo), que além de aumentar ainda reforça a orientação argumentativa para mais poder DC mais perigo, ele ainda intensifica com mais um adjetivo, “relevante” (linha 8) , para compará-la com o sintagma nominal “droga **mais fraca**”, representado por (substantivo + advérbio de intensidade + adjetivo), que seria um modificador derrealizante atenuador (MD), uma vez que ameniza o substantivo **droga**, que tem uma carga semântica bastante negativa nesse contexto.

Nesse sentido, teríamos para representar o segundo modificador menos poder PT não deixa de ter perigo. Ao apresentar um encadeamento normativo (tipo *donc* – DC – portanto) e um encadeamento transgressivo (tipo *pourtant* – PT – no entanto) ele procura enfatizar que essa diferença em nada adianta quando o assunto é droga, tanto faz que ela seja a **mais fraca** ou a **mais forte**, ao ingeri-las ambas representam o perigo (**mal**) e levarão o organismo a se tornar **viciado**, e a cada dia **mais necessitado**, portanto remete a “dependente” (linha 4).

Para concluir sua argumentação, ele ainda utilizou mais dois advérbios: **mal** e **mais**, como também três adjetivos, sendo dois de carga semântica negativa: “viciados” (linha 9) e “necessitado” (linha 10), são argumentos fortes usados pelo locutor para ser contrário às drogas.

5.5.3 Recorte C do manuscrito 5

I.10 (..) Depois de acostumado, vi-
 I.11 ciado, **não** existe solução para que possamos dei-
 I.12 xar de usá-la, a **não** ser, que sejamos **fortes**
 I.13 o suficiente, capazes de lutar para tentar se livrar
 I.14 dela; desse mal. O **melhor** caminho e a **melhor** es-
 I.15 colha que podemos fazer é nos desviarmos dela
 I.16 e tentarmos escolher o **melhor** para nós ... a vida,
 I.17 de maneira **certa** e **concreta**.

Nesse recorte, o locutor procura explicar o porquê de não usar as drogas, pois elas viciam, sendo o viciado um dependente fica difícil deixá-la, uma vez que a dependência deixa o sujeito fraco, dominado. Nesse caso, o locutor vai ser enfático e com o advérbio de negação “não” (linha 11), vai expressar que é impossível deixar de usar a droga, mas faz uma concessão, trazendo o advérbio de negação “não” (linha 12), só que dessa vez com um valor positivo e para tal apresenta o adjetivo “fortes” (linha 12) em oposição ao sentido de fraqueza de debilidade que os usuários de drogas, usualmente sentem, quando dependentes.

“O que chama atenção nesse recorte é o uso do adjetivo “melhor” (linhas 14 e 16), que de acordo com a gramática normativa, seria a forma irregular do grau comparativo de superioridade do superlativo relativo do adjetivo **bom**, que o locutor utiliza três vezes seguidas para qualificar os nomes, “caminho” (linha 14) e a “escolha” (linha 15).

Nos três casos, eles aparecem em forma de conselho, o locutor procura convencer seus interlocutores a fazerem o que ele considera certo e verdadeiro sobre o uso das drogas, pois ele poderia, simplesmente, ter feito a omissão dos adjetivos e ter dito: “o caminho e a escolha que podemos fazer é nos desviarmos dela e tentarmos escolher o bom caminho...”, mas ele procurou aumentar a força

argumentativa se utilizando do adjetivo **melhor**, que, de acordo com a teoria enunciativa de Ducrot e seguidores, funciona como um modificador sobrerrealizante (MR), uma vez que aumenta a força argumentativa dos predicados aos quais estão atribuídos e ainda apresenta um comentário subjetivo do locutor.

Salientamos também o uso da posição do adjetivo, que nos dois primeiros casos foram utilizados visivelmente em posição atributiva, e mesmo no terceiro caso, em que o adjetivo está só, mas que pressupomos uma elipse de um substantivo já anteriormente colocado, ou parafraseando poderíamos ter: “o **melhor** modo de vida”, ou seja, de qualquer modo teríamos um outro caso de adjetivo anteposto.

Sobre a posição do adjetivo, podemos citar as linguístas Calou e Serra (2003, p. 191) que em seus estudos afirmam: “quando o adjetivo está logo depois do substantivo, tende a conservar o valor próprio, objetivo, intelectual; quando está antes, tende a perder o próprio valor e adquirir um sentido afetivo”. Teoria que pode ser reforçada em Barros (1985) que, também, vê na posposição a conservação de seu valor intelectual e objetivo, e, na anteposição o valor afetivo. Barros, ainda, acrescenta:

(...) a extrema mobilidade do adjetivo proporciona ao redator variantes ou oposições de melhor valor. Enquanto em vários idiomas o adjetivo está preso a colocações fixas que lhe impedem qualquer mobilidade estilística, capando-lhe a expressividade, o adjetivo da língua portuguesa usufrui de tal liberdade de colocação que enriquece afortunadamente a expressão de riquíssimas variantes (1985, p. 187).

Nesse caso, podemos aqui reforçar o comentário subjetivo do locutor ao fazer uso do modificador sobrerrealizante (MS), ou seja, do adjetivo **melhor** anteposto aos substantivos. Como esta é uma marca presente na língua portuguesa, que é uma língua, que na sua estrutura e uso dispõem dessa liberdade, enquanto que outras, como exemplo, a língua inglesa, não usufrui dessa mesma liberdade, pois só permite a situação de anteposição do adjetivo com relação ao substantivo. O que podemos inferir que em outras línguas ao privar o adjetivo da mobilidade estilística, está lhe negando ou proibindo expressar outro sentido.

Já no caso da possibilidade de mudança, como na língua portuguesa, podemos compreender que, quanto o adjetivo está posposto ao substantivo ele tem caráter de não contestável, como expõem Callou e Serra (2003, p. 193) “é marcado como descritivo quando caracteriza objetivamente” e como avaliativo quando “apresenta uma característica do substantivo passível de contestação por ser de

caráter subjetivo” e para ratificar o que dizem as autoras acrescentamos, ainda sobre a anteposição do adjetivo o que diz Barros (1985, p. 187):

Ocorre quando se pretende realçar o substantivo, por meio de uma qualidade sobre a qual se quer chamar a atenção. É preferida com adjetivos que exprimem qualidades morais ou físicas, dignas de admiração ou desprezo (...).

Podemos dizer, levando em consideração o que foi posto pelos autores citados, que o adjetivo **melhor**, em análise, pode ser caracterizado como avaliativo, pois, pretende como diz Barros (1985), realçar os substantivos a que estão antepostos, para chamar a atenção dos interlocutores sobre a qualidade moral do caminho e da escolha, que se tem que ter para desviar das drogas e poder viver de maneira “certa” e “concreta” (linha 17).

O locutor se utiliza de mais dois adjetivos para caracterizar o modo de vida ou no dizer do locutor: “a vida de maneira **certa e concreta**”. O dicionário Aurélio (2004) traz como sinônimo para a palavra **concreta**: “clara, definida, real” e para a palavra **certa**: “em que não há erro, correto, verdadeiro, exato, preciso”. O que nos faz pensar que o locutor pretendeu dar ênfase a sua orientação argumentativa pelo uso dos adjetivos mais uma vez, pois para ele: “ao optar pelo **melhor** caminho e pela **melhor** escolha (que é desviar-se das drogas), logo se terá uma vida de maneira correta, verdadeira e mais definida.

5.5.4 Recorte D do manuscrito 5

I.17 (...) As drogas só influen-
 I.18 cia a fazer coisas **ruins**; quando a pessoa fica
 I.19 “**dopada**”, a droga toma conta **completamente**
 I.20 do organismo, tornando-a leve e uma pessoa
 I.21 sem lucidez das coisa que podem fazer; cavan-
 I.22 do assim, seu **próprio** “buraco” na maioria das
 I.23 vezes “devemos ser **fortes** como as rochas que a
 I.24 tudo suportam, mas **nunca** como as ondas que
 I.25 apesar de **belas** se abalam com tudo!”
 I.26 Diga **não** as drogas!

O locutor ao voltar a discutir os efeitos negativos produzidos pelas drogas (linhas 17 até a linha 22), assume uma impessoalidade e põe em cena a voz de dois enunciadores: E1 (enunciador genérico) que o distancia do enunciado, utilizando os verbos em terceira pessoa “ influencia” (linhas 17 e 18), “fica” (linha 18) e “toma” (linha 19), que tem como sujeito o primeiro “as drogas”; o segundo, “a pessoa” e o terceiro “a droga”. Temos aqui uma polifonia de enunciadores.

No caso acima, o termo “pessoa”, usado pelo locutor o distancia da situação enunciativa, pois esse enunciador acaba por revelar uma certeza coletiva, uma ideia aceita por boa parte do povo que pode ser representado pela forma tópica FT 1 (quanto mais se usa droga , mais perigo), que seria representada pelo E1 e FT2 (quanto menos se usa droga menos perigo), que seria a posição do E2. Sendo a posição do locutor a de E1, pois é nessa certeza que o locutor se inscreve, uma vez que apresenta o mesmo ponto vista de E1.

Dessa vez, aborda a influência negativa da droga para o usuário, “as drogas só influencia a fazer coisas **ruins**” para tanto sintetiza seu lado maléfico com um enunciado representado pelos sintagmas nominais “coisas **ruins**”; “pessoa **dopada**”. Mais uma vez temos dois adjetivos pospostos ao substantivo de cargas semânticas bastante negativas, que indicam: primeiro a qualidade das coisas, que uma pessoa usuária da droga pode fazer, quando **dopada**, pois para o locutor “a droga toma conta **completamente** do organismo (...) levando- o a cavar seu **próprio** “buraco”, leia-se sepultura.

Temos o adjetivo **ruim** como um modificador sobrerealizante (MR) por reforçar a força argumentativa do locutor e exprimir um comentário subjetivo dele a respeito do que faz uma pessoa dopada, ao qual reforça seu posicionamento inicial, o de ser contra ao uso de drogas.

Para o locutor ela só conduz a coisas negativas, inclusive a morte, que ele usa uma expressão de senso comum “cavar seu **próprio** “buraco” e enfatiza o enunciado pelo uso do adjetivo anteposto (mais uma vez marcando a posição avaliativa do locutor, que pode ser passível de contestação por ter caráter subjetivo), por isso ele se distancia e traz de forma impessoal ao seu discurso.

Depois deste distanciamento o qual está marcado no texto pelo uso da terceira pessoa, ele retoma a fala em primeira pessoa do plural onde além de se posicionar convoca outros locutores, inclusive seus possíveis interlocutores, dessa vez com um provérbio e uma expressão consagrada, ou uma máxima que exprimem

um conselho, uma reflexão. O primeiro “devemos ser **fortes** como as rochas que a tudo suportam, mas **nunca** como as ondas que apesar de **belas** se abalam com tudo!” e a segunda, “Diga **não** as drogas”.

Vale salientar que, sendo o provérbio uma fala cristalizada, uma verdade universal, a afirmação é fundamentalmente demonstrada na enunciação, aqui temos um fenômeno de polifonia, através do que Durot (1997) chama de argumentação por autoridade, que é o uso de provérbios, máximas, ditos populares ou expressões consagradas.

5.5.5 Recorte E do manuscrito 5

L. 27 Embora eu **não** concorde com as dro-
 l. 28 gas, eu acho que as pessoas devem fazer o
 l. 29 que querem e o que gostam, mas eu pre-
 l. 30 firo me manter distante e bem distante “delas”.

Finaliza seu discurso com mais um conselho, dessa vez, seu, no qual ratifica sua posição inicial e que traz a marca de primeira pessoa do singular “eu”, quando diz: “**não** concordo com as drogas” (linhas 27 e 28), no entanto, traz dois argumentos iniciados por conjunções. Inicia com a conjunção concessiva “embora” (linha 27) e mais um advérbio de negação que ratifica seu posicionamento inicial e ainda modaliza com o verbo de atitude proposicional, “eu acho” (linha 28) enfatizando aqui que essa atitude é dele e que as pessoas têm o livre arbítrio para fazerem suas escolhas, pois, segundo o locutor, as pessoas devem fazer o que querem e o que gostam.

Mas também, em seguida, usa a conjunção adversativa “mas” (linha 29), que para Ducrot (1997) é um operador argumentativo por natureza. Nesse caso ao usar a conjunção **embora** anteposta, anuncia que o argumento seguinte é o que prevalecerá, dito de outra forma, o que prevalece é o argumento seguinte o do locutor “**mas** prefiro me manter distante, **bem** distante “delas”. Aqui temos uma polifonia de enunciadores, pois o locutor mobiliza quatro enunciadores:

E1 acho que as pessoas devem fazer o que gostam. (acha que existe o livre arbítrio e que deve ser respeitado, que é aprovado pelo locutor, mas não se identifica com ele).

E2 que aponta, a partir do livre arbítrio para uma liberdade de escolha absoluta. (Esse enunciador é a conclusão r rechaçada por L).

E3 mas prefiro me manter distante e bem distante “dela”. (Esse enunciador faz oposição a E1 e é apresentado por L, que se identifica com ele).

E4 que, a partir da certeza de que as drogas não prestam, conclui que o livre arbítrio não deve ser absoluto.

Esse último enunciador é a conclusão não –r, que é também um ponto de vista com o qual o locutor se assimila, ou seja, se identifica. Logo, L aprova E1, rechaça E2 e se assimila com E3 e E4.

5.6 Manuscrito 6: Drogas

Título: Drogas

Aluna: A. P. M. D. S.

Série: 3º ano A

Tipo Textual: argumentativo

Gênero: Manuscrito escolar

Data da produção: 12 de julho de 2007

QUADRO 13 – Modificadores do manuscrito 6

ADVÉRBIOS	ADJETIVOS	ENUNCIADOS
Nunca; I.1		Droga um assunto que nunca cala.
Todo; I.2 e 3		Em todo o mundo, em todo o lugar, em todo o espaço (...)
Todo; I. 3	Social; I.3 Cultural; I.3 Político; I.3 e 4	(...) em todo o espaço social, cultural, político se fala sobre (...)
Principalmente; I. 5	Mundial; I. 5	(...) este inimigo da população mundial, principalmente de nós jovens
Mais; I.7 Hoje; I; 7		(...) Hoje em dia o jovem está cada vez mais

Gradativamente; l.7		gradativamente (...)
Tão; l.9		(...) se destacando de uma forma tão avançada (...)
Não; l.10	Avançada; l.10	(...) tão avançada que os donos do poder não sabe (...)
	Melhor; l. 14	Na minha opinião, eu acredito que a melhor solução ainda seria, reuniões, (...)
	Boas; l. 15	(...) reuniões, com boas conversas, com atenção (...)
Não; l.16		(...) prá incentivar aos jovens a não fazer isso, etc.
Mais; l.18	Afetados; l. 18	O alvo que está mais afetados somos nós (...)
Mais; l. 20		(...) então, desse modo, nós temos que ter mais atenção dos adultos, para podermos conversar, exprimir nossas opiniões idéias e problemas.
Muito; l.24	Importante; l. 24	Por isso eu concluo que esse tema é muito importante para que o mundo (...)
	Melhor; l.25	(...) para que o mundo se torne melhor , (...)
Muito; mais l. 26		(...) por isso temos que nos dedicarmos muito mais .

5.6.1 Recorte A do manuscrito 6

<p>I.1 Drogas, um assunto que nunca cala.</p> <p>I.2 Em todo o mundo, em todo o lugar</p> <p>I.3 em todo o espaço, social, cultural, políti-</p> <p>I.4 co se fala sobre este inimigo da</p> <p>I.5 população mundial, principalmente de nós</p> <p>I.6 jovens.</p>

A impessoalidade assumida pelo locutor pode ser constatada logo no início do texto, nas quatro primeiras linhas, quando ele apresenta a droga como um assunto que nunca cala e que é discutido em todo o mundo, e depois especifica três espaços

sociais onde se fala sobre a droga. Depois retoma o termo “droga” como “inimigo da população mundial” e volta a especificar, “principalmente de nós jovens”.

Nesse momento através da marca do plural “nós” (linha 5), põe em cena um enunciador genérico (E2), que segundo Espíndola (1999, p. 122), objetiva chamar o interlocutor para uma construção coletiva dessa ideia, pois dessa forma procura envolver os outros. Ao utilizar o “nós” o locutor (L) assegura que a responsabilidade em relação a esse sério problema é de todo cidadão sendo ele jovem ou não.

Esse mecanismo de argumentação também pode ser explicado pela operação denominada de receptibilidade, que é um tipo de sub-operação de uma (justificação) das duas grandes operações básicas constitutivas do discurso argumentativo a justificação e a negociação apresentados por Coirier et al. (1990) e Golder (1992).

Os referidos autores explicam a mudança de posição do locutor como sendo um recurso usado com um certo grau de generalidade, já que os argumentos visam convencer, eles não podem referir-se aos valores e experiências pessoais do locutor, mas sim, como se tivesse se dirigindo a um auditório universal para ser compartilhado com o interlocutor. Para tanto, é evidenciada a transição de um discurso em que predomina um “eu” para um discurso em que predomina o “nós”. É o que percebemos no discurso desse locutor.

O seu discurso também é orientado pelo uso dos adjetivos “social” (linha 3); “cultural” (linha 3) e ‘político” (linhas 3 e 4) que especifica os espaços onde comumente se fala sobre a droga. Ele também classifica a droga como um inimigo da população e traz mais um adjetivo: “mundial” (linha 5) para indicar essa população, ratificando assim, o motivo de o assunto nunca calar e de ser discutido em todo o mundo, pela importância que tem. E usa um advérbio “principalmente” (linha 5) para especificar e enfatizar um grupo, em especial, que é mais atingido, o dos jovens.

5.6.2 Recorte B do manuscrito 6

- | |
|---|
| <p>I.7 Hoje em dia o jovem está cada vez mais</p> <p>I.8 gradativamente se envolvendo no mundo</p> <p>I.9 do crime, se destacando de uma forma tão</p> <p>I.10 avançada que os donos do poder não</p> |
|---|

I.11 sabe mais como parar esse desenvolvi-
--

I.12 mento

No recorte B ele inicia com uma polifonia de enunciadores, que é a pressuposição ativada pelo advérbio “hoje” (linha 7). Pressupondo que antigamente os jovens se envolviam menos no mundo do crime.

E1: antigamente o jovem se envolvia menos no mundo do crime. (pressuposto)

E2: atualmente (hoje) o jovem se envolve cada vez mais rápido no mundo do crime. (posto)

Na pressuposição, o locutor atualiza dois enunciadores e assume duas diferentes posições com relação a este: aprova E1 e se identifica com E2.

Utiliza-se de dois advérbios “mais” (linha 7) e “gradativamente” (linha 8), procurando enfatizar o grau de envolvimento dos jovens com o mundo do crime. Nesse caso, os advérbios funcionam como modificadores do verbo “envolver”, que se encontra no gerúndio. Os dois funcionam como modificadores sobrerrealizantes (MS), uma vez que procura aumentar a força argumentativa do predicado a que está ligado, como também incide em comentário subjetivo do locutor.

Em seguida, traz mais um advérbio de intensidade “tão” (linha 9), seguido de um adjetivo “avançada” (linha 10) para qualificar a forma como os jovens se destacam no crime.

Aqui podemos caracterizar o que Ducrot chama de modificadores, pois o objetivo do locutor é qualificar o tipo da forma como o jovem vem se destacando no mundo do crime, no entanto, o adjetivo não foi suficiente, uma vez que ele queria que seus interlocutores soubessem que essa forma é intensa, para isso acrescenta um advérbio de intensidade “tão” (linha 9) ao sintagma. Dessa maneira, poderíamos ter o substantivo “forma” com sua gradualidade alterada de forma significativa nos seguintes sintagmas:

E1- forma avançada. MR

E2 – Forma tão avançada. (Superlativo absoluto analítico)- MS

E3 – Forma avançadíssima. (superlativo absoluto sintético)- MS

Em uma paráfrase, “forma tão avançada” poderia ser substituído por “forma avançadíssima”, assim teríamos um superlativo de superioridade absoluta sintético, que levaria a um grau ainda mais positivo do sentido do nome.

Como podemos observar o adjetivo “avançado” no contexto linguístico sob análise funciona como um modificador sobrerrealizante (MS), pois reforça a orientação argumentativa do predicado ao qual é aplicado e ainda tem o advérbio “tão”, que intensifica o significado do adjetivo, para: avançadíssimo. É argumentativo porque aponta polifonicamente para a presença de dois enunciadores, um dos quais o E2, que é assumido pelo locutor, e o E3, o qual o locutor se identifica.

Assim, os modificadores, além de reforçar a orientação argumentativa, têm também uma outra função fundamental, que é a de revelar a posição argumentativa assumida pelo locutor, no discurso.

Fazendo referência ainda à forma tão avançada como o crime vem se destacando entre os jovens, e que os donos do poder não sabem mais como parar. Nesse caso usa o advérbio “não” (linha 10) que funciona como um modificador desrealizante (MD) inversor do verbo saber.

5.6.3 Recorte C do manuscrito 6

<p>I.13 Na minha opinião, eu acredito que a</p> <p>I.14 melhor solução ainda seria, reuniões, com</p> <p>I.15 boas conversas, com atenção, com espaço</p> <p>I.16 prá incentivar aos jovens a não fazer</p> <p>I.17 isso, etc.</p>

Nesse recorte, o locutor aparece com a marca da primeira pessoa do singular expressa pelo pronome possessivo “minha” (linha 13) e o pronome pessoal do caso reto “eu” (Linha 13). Como também pela marca do verbo “acreditar” que se encontra na primeira pessoa do singular do presente do indicativo “acredito” (linha 13).

Temos nesse recorte em análise a presença de um locutor que diz claramente que vai expressar sua opinião, sobre o que pode ser feito para que os jovens possam se desvincular das drogas e conseqüentemente do mundo do crime. Sua posição subjetiva e avaliativa ainda é enfatizada pela expressão “eu acredito”. Com essa modalização avaliativa ele expressa que: “a **melhor** solução ainda seria reuniões com **boas** conversas, com atenção, com espaço pra incentivar aos jovens a **não** fazer isso, etc.”

Para expressar sua opinião utiliza dois adjetivos antepostos aos substantivos:

“**Melhor** solução” (linha 14) e “**boas** conversas” (linha 15). Nesse caso, os adjetivos funcionam como modificadores sobrerrealizante (MS), pois reforçam a orientação argumentativa dos predicados aos quais estão ligados. Além de reforçar a orientação argumentativa, têm também uma outra função fundamental, que é a de revelar a posição argumentativa assumida pelo locutor, no discurso.

5.6.4 Recorte D do manuscrito 6

I.18 O alvo que está **mais afetado** somos
 I.19 nós, então desse modo, nós temos que ter
 I.20 **mais** atenção dos adultos, para poder-
 I.21 mos conversa, exprimir nossas opiniões
 I.22 idéias e problemas

No recorte D, em análise ele retoma a primeira pessoa do plural “nós” (linha 19), pondo em cena um enunciador genérico, que atualiza o topos “o jovem é o alvo mais afetado pelas drogas, pois não tem atenção dos adultos” Essa estratégia argumentativa, do uso do nós, segundo Espindola (1999) é uma maneira de envolver o interlocutor e chamá-lo à responsabilidade, mostrando que o problema das drogas e do crime é um problema de todos, portanto, devemos nos sensibilizar e aceitar os argumentos postos.

5.6.5 Recorte E do manuscrito 6

I.23 Por isso eu concluo que esse tema
 I.24 e **muito importante** para que o
 I.25 mundo se torne **melhor**, por isso temos
 I.26 que nos dedicarmos **muito mais**.

No recorte E, podemos ver o locutor se utilizando do famoso chavão que deve ser evitado em dissertações “eu concluo” e para expressar suas conclusões retoma a importância de se tratar o tema das drogas, para isso usa um sintagma nominal “muito importante” (linha 24), formado pelo advérbio de intensidade e o adjetivo. Temos:

E1: Tema importante. (MR)

E2: Tema muito importante - superlativo absoluto analítico (MS)

E3: Tema importantíssimo - superlativo absoluto sintético (MS)

Como podemos observar, o adjetivo “importante” no contexto linguístico sob análise funciona como um modificador sobrerrealizante (MS), pois reforça a orientação argumentativa do predicado ao qual é aplicado e ainda tem o advérbio “muito”, que intensifica o significado do adjetivo, para: importantíssimo.

É argumentativo porque aponta polifonicamente para a presença de dois enunciadores, um dos quais o E2, que é assumido pelo locutor, e o E3, o qual o locutor se identifica. Assim, os modificadores, além de reforçar a orientação argumentativa, têm também uma outra função fundamental, que é a de revelar a posição argumentativa assumida pelo locutor, no discurso.

Com essa prática e **muito mais** dedicação o locutor acredita que teremos um mundo **melhor**, ou seja, com menos jovens envolvidos com drogas e nos crimes. Usa mais dois advérbios e um adjetivo para seus argumentos finais. Nos dois casos temos modificadores sobrerrealizante (MS).

5.7 Manuscrito 7: Drogas

Título: Drogas

Aluna: A. P. M. D. S.

Série: 3º ano A

Tipo Textual: argumentativo

Gênero: Manuscrito escolar

Data da produção: 12 de julho de 2007

Drogas

Um elemento químico, cujo uso pode levar a dependência. Uma coisa de pouco valor e desagradável para mim.

Usar ou não usar droga depende de cada um, pois ninguém é forçado a dopar-se, acredito que depende da vontade ou da falta de força de cada um. Alguns jovens usam por pura rebeldia, ou até mesmo por incentivo de falsos amigos, e a partir do primeiro uso já começam a gostar da coisa.

Para mim o primeiro passo pra não entrar no mundo das drogas é evitar o primeiro uso, é recusar, é saber dizer não, e não se deixar levar pelos outros.

Sabemos que as drogas além de nos tornar dependentes químicos, causam sérios danos a saúde, e que também usar drogas não levam a lugar nenhum, ou melhor nos levam sim ao caminho da dor, aos piores caminhos da vida. Tem gente que acha que usar drogas é normal, é uma fase ^{de} todo adolescente passa, e não percebe que a droga vicia, e que nos ~~se~~ segue por toda vida, e que se alguém quiser se livrar dessa dependência tem que passar uma série de tratamentos e primeiro ter força de vontade. O que leva as pessoas a usar drogas é pensar que não causa mal algum a saúde, e também que droga está na moda, como o uso do piercing. Só que entre usar drogas e usar piercing, eu prefiro usar piercing.

Bom usar droga causa dependência química e causa sérios danos a saúde, eu de minha parte nunca usei e pretendo nunca usar, mas lamento de quem usa e não queria que nenhum parente ou amigo provasse essa substância que nos leva a perder vários anos de vida.

QUADRO 14 – Modificadores do Manuscrito 7

ADVÉRBIOS	ADJETIVOS	ENUNCIADOS
	Químico; l. 1	Um elemento químico , cujo uso pode levar a dependência.
	Pouco; l.2 Desagradável; l.2	Uma coisa de pouco valor e desagradável para mim.
Não; l. 3		Usar ou não usar droga depende de cada um, pois (...)
	Pura; l. 6	

		(...) usam por pura rebeldia, ou até mesmo por incentivo de (...)
	Falsos; l.7	falsos amigos, e a partir do primeiro uso já começam a (...)
Não; l.9 Não; l.10 Não; l.11 Não; l.11		Pra mim o primeiro passo pra não entrar no mundo das drogas é evitar o primeiro uso, e recusar, e saber dizer não e não se deixar levar pelos outros (...)
Não; l.15	Químicos; l. 12 e 13 Sérios; l.13	(...) Sabemos que as drogas além de nos tornar dependentes químicos , causam sérios danos a saúde, e que também (...)usar drogas não levam a lugar nenhum, ou melhor nos (...)
	Piores; l.15	(...) levam sim ao caminho da derrota, aos piores caminhos (...)
	Normal; l.16	(...) da vida. Tem gente que acha que usar drogas é normal , é uma (...)
Não; l.17		(...) fase que todo adolescente passa, e não percebe que a droga vicia,e que (...)
Toda; l.18		(...) nos segue por toda vida, e que se alguém quiser se livrar (...)
Não; l.28 Mal; l.28		drogas é pensar que não causa mal algum a saúde, e também (...)
Nunca; l. 26	Química; l. 25 Sérios; l.25	Bom usar droga causa dependência química e causa sérios danos a

		saúde, eu de minha parte nunca usei e pretendo (...)
Nunca; l.27 Não; l.27		nunca usar, mas lamento de quem usa e não queria que (...)

5.7.1 Recorte A do manuscrito 7

<p>L1 Um elemento químico, cujo uso pode levar a dependência. L2 Uma coisa de pouco valor e desagradável para mim. L3 Usar ou não usar droga depende de cada um, pois L4 ninguém é forçado a dopar-se, acredito que depende da L5 vontade ou da falta de juízo de cada um. Alguns jovens L6 usam por pura rebeldia, ou até mesmo por incentivo de L7 falsos amigos, e a partir do primeiro uso já começam a L8 gostar da coisa.</p>
--

O locutor marcado pelo uso do pronome oblíquo tônico “mim” (linha 2) e pelo verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo “acredito” (linha 4) inicia seu discurso já se posicionando desfavorável ao uso das drogas, e essa evidência se dá pelo uso dos adjetivos “pouco” e “desagradável” (linha 2), que qualificam negativamente a droga. Ele nem usa o termo droga, preferindo chamá-la de “um elemento **químico**” (linha 1), como se soasse melhor argumentativamente para a conclusão “a droga não presta”.

O adjetivo “químico”, que se encontra em posição posposta ao substantivo “elemento”, para poder indicar e substituir o termo “droga” e o adjetivo “pouco” (linha 2) que está em posição anteposta ao substantivo “valor”, indicando uma posição subjetiva do locutor e “desagradável” (linha 2) que se encontra em posição posposta ao substantivo “coisa”, portanto em posição objetiva. Nos dois casos, **pouco** e **desagradável** temos dois modificadores realizantes, pois aumentam negativamente a força argumentativa do substantivo droga.

Em seguida, o locutor através de uma pergunta retórica traz um enunciador genérico ao dizer: “usar ou não usar droga depende de cada um, pois ninguém é forçado a dopar-se.” Em seguida pelo uso da impessoalidade expressa pelo verbo

usar na linha 6, que se encontra conjugado na terceira pessoa do plural tendo como sujeito “alguns jovens” Nesse momento temos três posicionamentos postos:

E1: Droga um elemento **químico**, cujo uso pode levar a dependência. Uma coisa de **pouco** valor e **desagradável** para mim

E2: Usar ou não usar droga depende de cada um, pois ninguém é forçado a dopar-se.

E3: Alguns jovens usam por pura rebeldia, ou até mesmo por incentivo de falsos amigos.

Temos uma polifonia de enunciadores, uma vez que o primeiro enunciador E1 concorda com o locutor, pois se identifica com a opinião dele. No segundo e terceiro caso, temos enunciadores que discordam do locutor.

Com relação ao uso do adjetivo como orientador argumentativo do discurso temos mais dois que indicam certa subjetividade do locutor ao expressar o que faz alguns jovens entrar no mundo das drogas, para exemplificar e dar sustentabilidade aos seus argumentos ele diz que isso acontece com alguns jovens:” por **pura** rebeldia e até mesmo por incentivo de **falsos** amigos”. Os dois adjetivos estão em posição anteposta, indicando subjetividade e atitude avaliativa do locutor.

Os adjetivos podem ser classificados de modificadores, no primeiro caso, como sobrerrealizante (MS), pois reforça a orientação argumentativa do predicado ao qual é aplicado, e ainda aponta uma marca subjetiva do locutor, uma vez que ele poderia dizer apenas rebeldia, mas ele escolheu **pura**, no sentido de absoluta rebeldia, ou seja, não tem outras motivações, apenas a rebeldia pela rebeldia.

No segundo exemplo, temos um modificador derrealizante inversor (MD), uma vez que o substantivo “amigo” tem em sua argumentação interna uma carga semântica positiva e o adjetivo “falso” uma carga semântica negativa, dessa forma ele atenua de forma inversa a força argumentativa do predicado ao qual está relacionado.

5.7.2 Recorte B do manuscrito 7

- I.9 Pra mim o primeiro passo pra **não** entrar no mundo
- I.10 das drogas é evitar o primeiro uso, é recusar,
- I. 11 e saber dizer **não** e **não** se deixar levar pelos outros.

I.12 Sabemos que as drogas além de nos tornar dependen-
 I.13 tes **químicos**, causam **sérios** danos a saúde, e que também
 I.14 usar drogas **não** levam a lugar nenhum, ou melhor nos
 I.15 levam sim ao caminho da derrota, aos **piores** caminhos
 I.16 da vida. Tem gente que acha que usar drogas é **normal**, é uma
 I.17 fase que todo adolescente passa, e **não** percebe que a droga vicia, e que
 I.18 nos segue por **toda** vida, e que se alguém quiser se livrar
 I.19 dessa dependência tem que passar uma série de tratamentos e
 I.20 primeiro ter força de vontade. O que leva as pessoas a usar
 I.21 drogas é pensar que **não** causa **mal** algum a saúde, e também
 I.22 que droga está na moda, como o uso do piercing. Só que entre
 I.23 usar drogas e usar piercing, eu prefiro usar piercing.

No segundo recorte da linha 9 a linha 10, o locutor, em primeira pessoa, marcada linguisticamente no texto, pela primeira pessoa do singular, representado pelo pronome oblíquo tônico “mim” vai apresentar, em forma de conselho, o que se deve fazer, a partir de sua visão para não entrar no mundo das drogas. Através de um paralelismo e a repetição do advérbio de negação que enfatiza e orienta sua posição contrária ao uso das drogas.

Na linha 11, volta a se posicionar em primeira pessoa do plural e ai vamos ter o fenômeno da receptibilidade, já apresentado em outras análises. Estratégia argumentativa na qual a mudança de posição do locutor representa um certo grau de generalidade, já que os argumentos visam convencer, eles não podem referir-se apenas aos valores e experiências pessoais do locutor, mas sim, como se tivesse se dirigindo a um auditório universal para ser compartilhado com o interlocutor. Para tanto, é evidenciada a transição de um discurso em que predomina um “eu” para um discurso que predomina o “nós”.

Através da marca do plural “nos” (linha 12), representada através do verbo “saber”, na primeira pessoa do plural do indicativo, põe em cena um enunciador genérico (E2), que segundo Espíndola (1999), objetiva chamar o interlocutor para uma construção coletiva dessa ideia, pois dessa forma procura envolver os outros a aceitar essa forma de pensar sobre esse grave problema que é a droga. Esse enunciador vai apresentando os argumentos para convencer aos jovens a não se tornar um usuário de drogas e para tal vai trazer para seu discurso adjetivos que

orientaram seu ponto de vista, agora situado em uma coletividade, onde, inclusive os possíveis interlocutores devem estar incluídos.

“As drogas nos tornam dependentes **químicos**, causam **sérios** danos a saúde. E que também não nos levam a lugar **nenhum**, ou melhor, nos levam sim aos **piores** caminhos”. Quatro adjetivos que orientam argumentativamente para fortes argumentos negativos: não ser um usuário, pois causa uma dependência (química), desnorteia a vida de quem a usa (lugar nenhum) conduz aos piores lugares.

No primeiro e segundo caso, temos modificadores realizantes (MR), pois aumentam a força argumentativa negativa dos termos “dependente” e “danos”. No terceiro caso, temos um modificador derrealizante inversor (MD), e no quarto um modificador sobrerealizante (MS), por apresentar um juízo de valor ou uma característica avaliativa pessoal do locutor.

Nesse recorte há também uma sequência de operadores argumentativos que introduzem uma classe argumentativa. Ao utilizar as palavras “além de” (linha 12) e “também” (linha 13), ele está ligando dois argumentos a favor de uma mesma conclusa: não usar drogas.

O locutor, agora, em terceira pessoa do singular, nas linhas 16 e 17, representada pelo verbo “achar”, que tem como sujeito “gente”, através da impessoalidade, traz um quarto enunciador E4. Na linha 17, volta em primeira pessoa do plural ao seu ponto de vista inicial, ser contra as drogas, temos um E5 Vejamos:

E4 Tem gente que acha que usar drogas é **normal**, é uma fase que todo adolescente passa (...).

E5 (...) e **não** percebe que a droga vicia, e que nos segue por **toda** vida, e que se alguém quiser se livrar dessa dependência tem que passar por uma série de tratamentos e primeiro ter força de vontade.

Temos o tempo todo no discurso um topos sendo veiculado “a droga leva ao fracasso, a derrota”, a partir da forma tópica (FT1) quanto mais se usa droga, mais se fracassa e a (FT2) quanto menos se usa drogas, menos se fracassa. Contribuindo, assim, para a argumentação que pretende assegurar que a melhor forma de não fracassar é não se envolver com a droga. Isso é confirmado através do emprego por L1 da negação descritiva: “não percebe que a droga vicia (...)”, postulada por Ducrot (1987, p. 204), que traz para o discurso a voz de um

enunciador (E5), que apresenta o estado atual dos fatos, ou seja, esse enunciador, através de uma verdade inquestionável, apenas descreve o que acontecerá se as pessoas não seguirem os seus conselhos.

5.7.3 Recorte C do manuscrito 7

<p>I.24 Bom usar droga causa dependência química e causa sérios</p> <p>I.25 danos a saúde, eu de minha parte nunca usei e pretendo</p> <p>I.26 nunca usar, mas lamento de quem usa e não queria que</p> <p>I.27 nenhum parente ou amigo provasse essa substância que nos</p> <p>I.28 leva a perder vários anos de vida.</p>
--

No ultimo recorte, o locutor ratifica sua posição contrária ao uso das drogas, e ele apresentou vários argumentos ao longo do seu discurso para justificar esse posicionamento. Volta a falar da dependência química, seu argumento mais forte, apresentado logo no início do seu discurso. Para concluir, usa mais dois adjetivos e dois advérbios.

“Droga causa dependência **química** e causa **sérios** danos a saúde” (linha 24 e 25). Os dois funcionam como modificadores realizantes (MR), pois aumentam a força argumentativa negativa dos substantivos aos quais estão ligados, pois trazem na sua argumentação interna, uma carga semântica negativa, que se intensifica com os adjetivos de igual carga semântica negativa.

Os advérbios “nunca” (linhas 25 e 26) e “não” (linha 26) funcionam como modificadores derrealizantes (MD) inversores, uma vez que invertem a força argumentativa dos verbos usar e querer.

Até o momento, nota-se que os adjetivos não são meros adornos que o enunciador elege para inserir em seu discurso. Na verdade, os adjetivos são elementos modalizadores e que demonstram as intenções argumentativas. É possível capturar através dessas marcas as intenções explícitas e até implícitas do interlocutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentar por meio da linguagem significa, entre outras coisas, buscar a aceitação do interlocutor, a respeito de determinados posicionamentos. O interlocutor é conduzido a uma determinada conclusão, a fim de aceitar uma ideia específica defendida pelo locutor.

A Teoria da Argumentação e da Modalização explicam como, em um enunciado, o locutor responsável pelo discurso imprime determinadas avaliações e indicações de como quer que seu texto seja lido, manifestando assim suas intenções e atitudes.

As análises feitas a respeito da presença de adjetivos e advérbios como modificadores ou modalizadores nos textos de tipologia dissertativa produzido por alunos de uma escola pública estadual, que cursavam o segundo e terceiro ano do ensino médio na cidade de Cajueiro – AL, mostram de que maneira se forma uma estratégia argumentativa nesse tipo de gênero textual, os manuscritos escolares, e isso é importante não só para verificar as intenções do locutor responsável pelo discurso, mas também para determinar a própria caracterização do gênero.

Foi possível através dessa pesquisa conhecer que pelo viés do discurso polifônico a interpretação é vista a partir da concepção de que o locutor não é um sujeito empírico, mas uma figura enunciativa que convoca determinado(os) ponto (s) de vista, colocando em cena vários enunciadores. Nesse sentido, o locutor é compreendido como o enunciador genérico que convoca o topos da probabilidade, ou seja, aquele que se apresenta como responsável pela enunciação. E os modificadores aqui estudados como marcadores argumentativos intrínsecos a língua exercem a função de mostrar o percurso na situação do discurso.

Conseguimos com esse estudo desvelar os sentidos que escapam ao falante comum, uma vez que a descrição semântica do léxico se dá pelas características dos traços argumentativos. De forma que os encadeamentos ocorrem a partir das descrições dos enunciados e das palavras realizadas. Ou seja, pode-se compreender que pela descrição da argumentação há uma seqüência de encadeamentos que exprimem argumentações, cujos aspectos são constituídos nas relações entre Enunciador e Locutor.

Um aspecto bastante interessante a ser ressaltado nesse estudo é que os “famosos” manuais de redação, trazem de um modo geral uma advertência: em

textos dissertativos deve-se evitar o uso de adjetivos. Com esse estudo pudemos identificar que isso não é verdade, pois o adjetivo, como também os advérbios auxiliam, apontam, direcionam os possíveis leitores sobre suas intenções, logo são marcas lingüísticas importantíssimas, que se bem trabalhadas pelos professores de língua portuguesa, pode auxiliar em um ensino mais voltado para a competência comunicativa do aluno.

Com essa visão mecanicista desses marcadores, ou seja, sem estudá-los a partir de uma concepção semântica, mas sim, apenas normativa, na hora de produzir um discurso o aluno produz seu texto sem fazer nenhuma conexão daqueles conceitos estudados com o uso real da língua.

Na presente pesquisa identificamos os três diferentes tipos de modificadores o realizante, o desrealizante e o sobrerrealizante como também da importância dessas palavras para a orientação argumentativa do locutor e enunciadores. Pudemos também perceber a importância da mobilidade desses marcadores na língua portuguesa, pois essa mobilidade (anteposto ou posposto) vai influenciar no nível da argumentação, uma vez que estando anteposto ele demonstra também uma avaliação subjetiva do locutor produzindo diferentes tipos de sentidos.

De maneira geral, a análise mostrou que a questão do valor argumentativo desses operadores está intrinsecamente relacionada ao sentido do enunciado. Fazer uso desses modificadores ou modalizadores é um meio de que o locutor se utiliza para conduzir o interlocutor durante o processo de comunicação, qualquer que seja esse interlocutor, para o fim ou os fins que ele (locutor) pretende alcançar.

Nas investigações dos manuscritos, observamos que a linguagem é um meio de interação e que a intencionalidade permeia todas as relações com a linguagem. Por isso o locutor utilizou estratégias argumentativas diversas para indicar como o que estava sendo dito deveria ser lido. Dentre essas estratégias pudemos identificar os modalizadores ou modificadores, especificamente adjetivos e advérbios.

Senso assim, este trabalho nos auxilia a entender melhor o funcionamento desses mecanismos lingüísticos, verificando, por meio de sua utilização, como se manifestam as intenções dos locutores do gênero manuscritos escolares. A conclusão que se pode tirar da investigação realizada, a respeito deles, é que se trata de um gênero do discurso no qual a utilização de modificadores ou modalizadores discursivos denuncia a presença da subjetividade e da

intersubjetividade. É, portanto, característica semântico-argumentativa do próprio gênero.

As investigações realizadas nesse estudo vêm a corroborar com as proposições dos estudiosos consultados, mas acrescenta algo relevante, que é a possibilidade de perceber de maneira específica como os modificadores ou os modalizadores são utilizados por um locutor para imprimir argumentatividade em um gênero textual/discursivo. O gênero manuscritos escolares de tipologia dissertativa nos permitiu enxergar de maneira bastante explícita como o locutor se vale da argumentação para apresentar seu ponto de vista; conseguimos capturar também de que maneira o locutor se compromete ou não com o que está sendo dito.

Portanto, é possível afirmarmos após o estudo que onde existe comunicação existe argumentação: em todo e qualquer texto que se produz, há sempre uma intenção e direcionamentos argumentativos. É também por esta razão que se afirma que a língua e o uso que dela fazemos é fundamentalmente argumentativo (DUCROT, 1988).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ANSCOMBRE, J-C; DUCROT. O. **La argumentación em La lengua**. Versión española de Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Greco S.A., 1983.a.

ARNAULD, A.; LANCELOT. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKTHIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981. Trad. de Problémi poétiki Dostoiévsko.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6 ed. São Paulo: Hucit, 2006

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981. Trad. de Problémi poétiki Dostoiévsko.

BARBISAN, Leci Borges. As raízes da teoria da argumentação na língua. In: SILVA, Joseli Maria da; ESPÍNDOLA, Luciene. (Orgs.). **Argumentação na língua: da presuposição aos topoi**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

BARROS, Enéias Martins de. **Nova gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Atlas, 1985.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, Émile. **Os níveis da análise lingüística**. Problemas de Lingüística Geral I. Campinas, Pontes, 1988.

_____. **O Aparelho formal da enunciação**. Problemas de Lingüística Gerall. Campina, Pontes, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**, 2001.

CALLOU, Dinah; SERRA, Carolina. A variação na ordem dos adjetivos nos últimos quatro séculos. In RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 191-198.

CAMARA JR., M. **Estrutura de língua portuguesa**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMPOS, Claudia Mendes. **Efeitos argumentativos na escrita infantil ou ilusão da argumentação**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Linguagem. Campinas, São Paulo, 2005.

_____. O percurso de Ducrot na teoria da argumentação na língua. **Revista da ABRALIN**, v. 6.n.2, p. 139 – 169, jul./dez. 2007. Disponível: http://www.abralin.org/revista/RV6N2/07_claudia_mendes_campos.pdf. Acesso em: 20 de março de 2010.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semántica Argumentativa. Una Introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**: Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. 1 ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAREL, Marion. Argumentação interna aos enunciados. 1997. **Letras de hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n.3, p. 27 – 43.

CASTILHO, A.T.; CASTILHO, C.M.M de. Advérbios Modalizadores. IN: ILARI, Rodolfo (org) **Gramática do Português Falado**. V. II: Níveis de Análise Lingüística. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português**: linguagens, v.3, ensino médio. 5.ed. São Paulo: Atual, 2005.

DUCROT, Oswald. Esboços de uma teoria polifônica da Enunciação. In: _____ **O dizer e o dito**. Campinas, Pontes, 1984.

_____. Oswald et al. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

_____. “Enunciação”. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.2, 1984.

_____. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987. Tradução de Le dire at le dit.

_____. **Polifonía y argumentación**: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación Y Análisis del discurso. Cali: Universidade dell Vale, 1988.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativo. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido da linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. **“Argumentação e ‘Topoi’ Argumentativos”**. História e sentido na linguagem. Campina, Pontes, 1989.

_____. **Topoi et formes topiques** in Anscombe J.C, Théorie des Topoi. Paris, Kimé, 1995.

_____. Sémantique linguistique et analyse de textes. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, n. 35, p. 19-36, jul./dez. 1998.

_____. O percurso de Ducrot na teoria da argumentação da língua. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 2, p. 139 – 169 jul./ dez. 2007.

_____. **Provar e dizer: linguagem e lógica.** São Paulo: Global Editora, 1983.

_____. **O princípio da semântica lingüística: dizer e não dizer.** São Paulo: Cultrix, 1977.

ESPÍNDOLA, Luciene C. **“Né”, (eu) “acho” (que) e “aí”:** operadores argumentativos do texto falado. Florianópolis, 195p. Tese (Doutorado em Língua). Universidade de Santa Catarina, 1998.

_____. **A entrevista: um olhar argumentativo.** João Pessoa: EDUFPB, 2004 a.

ESPÍNDOLA, Luciene C. Retórica e argumentação. In: SILVA, Joseli Maria da; ESPÍNDOLA, Luciene C. (Orgs.). **Argumentação na língua: da presuposição aos *topoi*.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004b.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREITAS, Ernani César. **A teoria da argumentação na língua: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso.** 2006. 235 f. Tese (Doutorado em Letras (Lingüística Aplicada)) - Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2006.

FURLANETTO, Maria Marta. Argumentação e subjetividade no gênero: o papel dos *topoi*. Linguagem em (Dis)curso – Lem, Tubarão, v.6, n.3, p. 519 – 546, set/dez. Disponível em: <[http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0603/10%20art%208%20\(furlanetto\).pdf](http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0603/10%20art%208%20(furlanetto).pdf)> . 2006. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto & argumentação :um estudo de conjunções do português.** 4.ed.Rev. e ampl.,2007.

KOCH, I.V. **A interação pela inteligência.** São Paulo, Contexto, 1992.

_____. **A Inter-ação pela Linguagem.** São Paulo: Contexto, 1997.

_____. O texto e a (inevitável)presença do outro. **Letras 14**, UFSM, 1998, p. 107 – 124.

_____. **O texto: construção de sentidos.** Porto Alegre, 1996, p. 19 – 26.

_____. **Argumentação e Linguagem.** 9. ed São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Dificuldades na leitura/produção de textos:os conectores interfrásticos. In: M. Kirst & E. Clemente (Orgs.). **Linguística Aplicada ao Ensino do Português.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p.p.83 – 98.

MAIA. João Domingues. Gramática: teorias e exercícios. 4.ed. 2ª impress.São Paulo:Ática.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Jailma Maria da. A pressuposição: um percurso polifônica na carta pessoal. In: SILVA, Joseli Maria da; ESPÍNDOLA, Luciene (Orgs). **Argumentação na língua**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

OLIONI, Raymundo da C. Os modificadores na argumentação do locutor. In: **Cadernos de pesquisa em lingüística**, Porto Alegre, v.2, nº1, p. 9 -21. 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípio e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. **Unidade e dispersão**: uma questão do texto e do sujeito, 1986.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHT-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2.ed.São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a Gramática**. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Sofrendo a Gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone CastilhoBenedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert; (Orgs.).Riendigler, Albert (colaborador). Tradutores: Antonio Chelini; José Paulo Paes; Izidora Blikstein. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNEIDER, Fernanda. A Força Argumentativa Polifônica do Adjetivo nas Produções Textuais dos Alunos. Letra Magna. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura**. Universidade de Passo Fundo – Mestrado em Letras. 2008. Disponível em:<<http://www.letramagna.com/forcaargumentativapolifonica.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2010.

SILVA, Soeli Maria Schreiber da. **Polifonia e topos na linguagem**: um terceiro enunciador para dar conta da ironia. Universidade Federal de São Carlos: Departamento de Letras, São Carlos: São Paulo, 2005.

SILVEIRA, Maria Izabel da. **Teoria da Argumentação na Língua e Polifonia: uma perspectiva de aplicação ao ensino**. Dissertação de Mestrado em Letras.Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SOARES, Doris de Almeida. Elementos básicos para a análise de textos argumentativos em língua portuguesa. PUC – RJ, 2008. Disponível:<dorissoares@terra.com.br>. Acesso em: 27 de nov. 2010.

TODOROV, Tzevetan & DUCROT, Oswald. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. Tradução de Alice Kyoto Miyashiro, J. Guinsburg, Mary

VIGNER, Gerard. Técnicas de aprendizagem da aprendizagem da argumentação escrita. In: GONÇALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Puniccinelli; OTONI, Paulo (Orgs) etal. **O texto: leitura & escrita**. 2.ed.rev. Campinas, SP: Pontes, 1977.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo:HUCITEC, 1989.